

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**  
**Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade - CPDA

**DISSERTAÇÃO**

**DO RIO A MARICÁ:  
ESTRATÉGIA E EXPERIÊNCIA  
DO ÊXODO URBANO  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Maurício Martins de Oliveira

Rio de Janeiro

Julho/2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA  
E SOCIEDADE**

**DO RIO A MARICÁ:  
ESTRATÉGIA E EXPERIÊNCIA  
DO ÊXODO URBANO  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Maurício Martins de Oliveira

**Sob a orientação do Professor Luís Flávio de Carvalho Costa**

Dissertação submetida como  
requisito para obtenção do grau de  
**Magister Scientiae** em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade; área de concentração  
Desenvolvimento e Agricultura.

Rio de Janeiro - RJ, Julho de 2005.

Dedico este trabalho à irmã  
Dorothy, mártir da causa ecológica,  
assassinada no interior do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Ao apresentar este trabalho, gostaria de agradecer aos colegas e professores do CPDA, pela riqueza dos debates em sala de aula, que muito serviram para desenvolver a pesquisa, ora provocando a diversidade (e a *adversidade*) das idéias, ora confirmando algumas intuições. Também pela paciência que tiveram comigo, mero jornalista, peixe fora d'água.

Agradeço a CAPES, pela bolsa de estudos, sem a qual não poderia completar a dissertação.

A todos os funcionários do CPDA, especialmente ao Sr. Ilson, da xerox, pela paciência de fazer cópias em tempo recorde.

Aos amigos que fiz em Maricá, quando me ofereceram seu testemunho sobre a experiência de viver naquela cidade.

Às irmãs Eliane e Rosane, que um dia me convenceram de que eu poderia realizar um curso de Mestrado, além de me auxiliarem sempre com as questões teóricas e metodológicas do curso.

A meus pais, Edmilson e Maria José, que me deram as primeiras letras.

A minhas filhas, Maria Joana e Maria Sanma, que me deram inspiração e esperança num futuro melhor.

Especialmente à minha comadre, Kátia, que sempre participou dos meus percursos de trabalho em campo, auxiliando-me com sua sabedoria e amor.

A Deus, sobre todas as coisas.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONTEXTUALIZANDO MARICÁ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO....</b>	<b>14</b>
<b>2. O FENÔMENO URBANO.....</b>	<b>43</b>
<b>3. RIO DE JANEIRO: ENCANTOS E DESENCANTOS.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 O encantamento de uma cidade.....</b>	<b>58</b>
<b>3.2 O mito da cidade grande.....</b>	<b>68</b>
<b>4. RELATO DE UMA FAMÍLIA MIGRANTE.....</b>	<b>78</b>
<b>4.1 A experiência <i>invisível</i>:         construindo estratégias de vida .....</b>	<b>91</b>
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>113</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>128</b>
<b>7- NOTAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>137</b>

## Resumo

Este trabalho analisa o fenômeno do êxodo urbano de migrantes da cidade do Rio de Janeiro para o município de Maricá. Pretende-se neste estudo verificar, através da experiência de migração de uma família, de que forma a mesma realiza uma estratégia de vida, e como tal movimento (re)constrói conceitos e categorias acerca das principais questões atuais, como *qualidade de vida*, *violência*, *progresso* e *desenvolvimento territorial*. Para tanto, buscou-se o recorte da experiência de uma família natural do Rio de Janeiro, classe média, que se mudou para Maricá, levando suas impressões e expectativas. Os resultados apreendidos demonstram, apesar de não poderem legitimar social e estatisticamente um movimento “coletivo” de êxodo urbano, determinado conjunto de significados importantes para o campo de pesquisa sobre migrações internas, especificamente no Estado do Rio de Janeiro. A partir de dados oficiais e de outras fontes, levanta-se uma séria suspeita de que nas últimas décadas, de abertura política e econômica no Brasil, o êxodo rural possa ter “invertido” sua direção, indo muito além de um simples “estancamento”. Este é um dado importante para a reflexão acadêmica acerca da ruralidade e para o trabalho propositivo de políticas públicas, especialmente quando a questão da “desfusão do Estado” está em pauta. Primeiramente contextualizamos o município de Maricá no Estado do Rio de Janeiro, suas especificidades, sua história e perspectivas. No segundo capítulo, adentramos no fenômeno urbano, para enquadrar o tema na questão *urbano x rural*. No terceiro, analisamos o teor simbólico que envolve a construção de mitos modernos em torno da urbanização, e como se produzem as diversas identidades territoriais. No quarto capítulo, adentramos no núcleo da questão, analisando e problematizando a migração da família entrevistada como um percurso estratégico de vida e formação de um discurso legitimador.

**PALAVRAS-CHAVE:** estratégia, qualidade de vida, êxodo urbano, encantamento.

## Abstract

This study analyses the urban exodus phenomenon from the city of Rio de Janeiro's migrants to the municipal district of Maricá. We intend to verify, through the migration experience of a family, in what way they manage a life's strategy and how this movement (re)constructs concepts and categories about the main current discussions, as *life's quality*, *violence*, *progress* and *territorial development*. Thus, we pursue the selected experience of one family from Rio de Janeiro, middle class, which moved to Maricá, carrying their own impressions and expectations. The results show, in spite of could not legitimate social and statistically a "collective" movement of urban exodus, a particular collection of meanings for the research field about internal migrations, specifically in Rio de Janeiro State. Since the official data and other sources, a series of suspicious pointed to the last decades, of political and economical opening in Brazil, the rural exodus may be "reverted" its direction, going beyond a simple "stagnation". This is an important information for the academic reflection about the rural aspects and for the proposal work of public politics, especially when the "Rio de Janeiro State's defuse" raised as a relevant issue. Primarily, we contextualize the municipal district of Maricá in Rio de Janeiro State, its specifications, its history and perspectives. In the second chapter, we enter the urban phenomenon, to frame the subject in the *urban x rural* controversy. In the third, we analyse the symbolic meaning that involves the construction of modern myths around the urbanity and how several territorial identities are produced. In the fourth chapter, we explore the core of the question, analyzing and questioning the migration of the interviewed family as a strategic route of life and formation of a legitimized discourse.

**KEYWORDS:** strategy, life's quality, urban exodus, enchantment.

**“...a cidade é uma estranha senhora,  
que hoje sorri e amanhã te devora...”**

*(A Cidade Ideal – Os Saltimbancos/  
Chico Buarque-Enriquez-Bardotti)*

## Introdução

O movimento migratório de residentes do Rio de Janeiro para o município de Maricá é o tema da presente dissertação, que surgiu de algumas percepções panorâmicas (sem método, mas com *anthropological blues*<sup>1</sup> - uma espécie de *insight*), como a visão do movimento do turismo nas estradas, em véspera de carnaval, feriados ou fins-de-semana ensolarados, rumo à Região dos Lagos. Um corredor viário congestionado, com meio milhão de veículos cruzando a ponte Rio-Niterói denota fenômeno coletivo a ser investigado: que motivos levariam essa população itinerante a passar horas de sufoco e desconforto, em sua viagem turística de ida e volta? Que tipo de razões e motivações são acionadas durante essa busca coletiva e simultânea pelo interior do estado?

Entretanto, a pesquisa optou por outro recorte. Se a migração sazonal do turismo pode despertar interesse da apreensão científica - e que tem certo peso antropológico - optou-se aqui pelo estudo da *migração efetiva de residentes do município carioca para Maricá, compreendendo-se o período dos últimos vinte anos*. Se o simples passeio turístico pode identificar a tendência de busca do interior como ruptura eventual e momentânea da *continuidade*, como suspensão periódica de um *modus vivendi* na capital<sup>2</sup>, a transferência "definitiva" para uma cidade média interiorana torna-se objeto de dimensão mais significativa, reclamando tratamento sociológico próprio do fenômeno de êxodo humano.

A metodologia do IBGE para classificar os espaços *urbano* e *rural* remonta ao tempo do Estado Novo (1937), quando havia a preocupação em se ver o Brasil como espaço "urbanizável" - a urbanização como expressão "natural" da modernidade. Atualmente, tal metodologia pode dificultar a definição e o estabelecimento das políticas governamentais para o campo, como a *Reforma Agrária*. Evidentemente que em qualquer método sempre se encontrarão "resíduos" da orientação subjetiva do pesquisador, além das influências de quem patrocina a pesquisa, seja governo, seja uma empresa privada. O trabalho de "classificação" de espaços exprimirá, no mínimo, que o meio científico se articulou com diversos instrumentos epistemológicos, objetivando a *construção* de significados elaborada a partir de um conjunto de condicionamentos históricos e sociais; não será difícil a conclusão de que as metodologias, no decorrer do tempo, devem ser revistas e atualizadas também.

A década de 1990 registra fenômeno inédito na história do País: desacelera-se, de

forma nítida, o êxodo rural. Juntando-se estes dois fatos - a defasagem metodológica para definição do *urbano* e do *rural* e o sinal de "estancamento" do êxodo rural - abre-se caminho para a hipótese de inversão (ou reversão) de sentido dos movimentos migratórios internos. Ao mesmo tempo, segundo Luiz Antônio Pinto de Oliveira, chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais do IBGE, a escassez de projetos e de políticas de desenvolvimento regional estimulou o mercado a "procurar áreas de maior rentabilidade", interrompendo, assim, um processo de desconcentração das áreas urbanas, que são pólos de captação financeira, por excelência. Apesar dessa interrupção, as cidades médias do estado do Rio continuaram crescendo: na década de 1980, 2,8% ao ano, contra 1,8%, nas regiões metropolitanas. O êxodo urbano explicaria, em parte, o incremento econômico nas cidades médias? É possível que migrantes de classe média construam suas próprias *redes materiais de subsistência*, munidos de maior independência frente às macro-determinações do mercado que procura "áreas de maior rentabilidade"?

O capítulo 1 tratará de contextualizar a cidade de Maricá no Estado do Rio de Janeiro. Importante salientar a história do desbravamento do município, que remonta ao século XVI, quando chegaram os primeiros colonizadores (migrantes), graças a doações de sesmarias. A Coroa Portuguesa, preocupada em defender o litoral do ataque de piratas franceses, passa a distribuir terras "improdutivas", dando início à construção de grandes fazendas, e à formação do "povo maricaense" - resultado da fusão do índio litorâneo (Tupî), de açorianos, de portugueses degredados e de escravos trazidos para trabalhar nas fazendas ou foragidos em quilombos. Cabe registrar, ainda, a presença de monges beneditinos e padres que levantaram capelas e paróquias, assim como o início das questões agrárias - as primeiras brigas jurídicas com os posseiros. Quanto à constituição político-administrativa de Maricá, o capítulo considera três fases distintas: os primórdios coloniais até 1834; de 1835, quando é elevada à categoria de *cidade*, até 1930; e de 1930 até hoje.

Ainda no primeiro capítulo, faz-se necessário delimitar uma perspectiva opositiva entre capital e interior do Estado. Como a colonização do país se iniciou pelo litoral, aí se formou grande parte das capitais, fazendo coincidir o espaço urbano com o local juridicamente construído para ser o "centro", o complexo administrativo, financeiro e tecnológico (capital - cabeça), em torno do qual cresce o restante do estado (corpo). Essa funcionalização do território teria começado desde cedo ("capitanias" hereditárias),

determinando características e especialidades regionais e tratando o interior dos estados (o espaço localizado fora da capital, mas dentro do estado) num contexto de identidade sociocultural própria. Há também um histórico de migração entre capital (Rio de Janeiro) e o interior (incluindo Maricá) para se considerar, muito evidente quanto ao *êxodo rural*, mas ainda pouco apreendido quanto ao possível sentido inverso - o *êxodo urbano*.

No capítulo 2, passamos a explorar a linha de autores como Georg Simmel, Robert Ezra Park, Max Weber, Louis Wirth, que se interessam diretamente pelo *fenômeno urbano: o modus vivendi*, as condições materiais, os sintomas e comportamentos próprios de quem vive numa cidade grande; será observada a contextualização do fenômeno urbano como expressão primordial de *modernidade*, para que se dê consistência histórica e sociológica à pesquisa, inferindo-se a importância de movimentos políticos e econômicos na dimensão territorial<sup>3</sup>.

Segundo François E. J. de Bremaeker<sup>4</sup>, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM):

Em todas as partes os mesmos problemas estrangulam rapidamente as regiões metropolitanas. A qualidade de vida mostra-se alarmante processo de deteriorização devido à pressão exercida pelo excesso de habitantes sobre os serviços urbanos: registra-se uma expressiva carência tanto nos serviços de infra-estrutura urbana quanto nos serviços sociais. Além destes problemas, a situação se agrava com a constatação de um expressivo déficit habitacional, que se expressa no meio urbano através da ocupação irregular de grandes parcelas de território das cidades, provocando danos de toda ordem ao meio ambiente. O subemprego, o desemprego e o aumento da criminalidade são outros tipos de problemas enfrentados pelas regiões metropolitanas... concentrar investimentos públicos nas regiões metropolitanas implica em estímulo ao seu crescimento, conduzindo-as a um pernicioso gigantismo, onde as dificuldades multiplicam-se e a própria vida vai se tornando insuportável.

Cientes de que a crise *urbana* acompanharia uma crise de *modernidade* e uma crise *civilizatória*, durante a exposição desse capítulo acentuaremos o seu caráter *micro*, salientando-se estatísticas, relatos e outros indicadores sociais de apreensão metodológica mais pacífica e melhor localizada. Ademais, aqui estamos sugerindo que um estado crítico seja reconhecido quando, entre dois “pontos” estabelecidos de um processo, uma “queda” ou uma “depressão” acontece; a fase em que o “sistema funciona bem” causa saudades e no futuro mais breve possível se espera que ela retorne.

No capítulo 3, serão analisados os fatores de atração e repulsão que influem na escolha do Rio de Janeiro como cidade para se viver e residir, assim como na desistência de lá morar, quando o residente resolve migrar para o interior do estado. Vale ressaltar a presença marcante dos discursos que definem o Rio como pólo turístico principal, senão o mais legítimo, do estado, quiçá do país, os mitos que serviram para a construção da imagem de "cidade maravilhosa", e a fala tradicional de interior<sup>5</sup> como "atrasado"; lembrando igualmente as tentativas contemporâneas de se desenvolver o turismo rural, quando o próprio governo do estado fomenta programas, como o *Frutificar* e o *Rio Rural* - para resolver a questão do emprego e da fixação do homem na sua terra de origem - aproveitando a *pluriatividade* da economia nessa região, que não se sustenta mais exclusivamente de agropecuária, mas absorve formas complementares de captação de recursos, como a produção local de artesanatos e o circuito de turismo histórico-dirigido.

No capítulo 4, adentra-se a dissertação no objeto da pesquisa, que é *a migração humana do Rio para Maricá como estratégia de sobrevivência de valores materiais e simbólicos*. Nesse estágio, a investigação se debruça sobre o tema, tornando-se o núcleo da questão, onde serão levantadas as hipóteses, confrontando empirismo e suporte teórico. Aqui, os aspectos *qualitativo* (entrevista com uma família migrante) e *quantitativo* (exposição de estatísticas, dados censitários, informes da imprensa) instrumentalizarão o método. A forma narrativa de leitura da entrevista - que se aproxima da forma jornalística de reportagem e pede tratamento especialmente antropológico - será construída com base em um quadro extenso de perguntas, onde se oferece liberdade para o entrevistado, na expectativa de que surjam outras perspectivas não previstas originalmente. O peso sociológico dos *atos estatísticos* e *históricos* acrescenta - sem esgotar o método - um recurso tradicional de relativa legitimidade, muito caro às condições acadêmicas e às pretensões futuras de apropriação do exercício reflexivo da pesquisa numa possível intervenção governamental, sob a forma de políticas públicas. Assim, fica exposta a preocupação da pesquisa em formular, sobre o tema, a reflexão - exercício essencialmente acadêmico -, legando material para uma eventual proposição de intervenções públicas na melhoria de condições de vida da população.

Nesse capítulo, serão testadas as hipóteses de que migrantes do êxodo urbano (Rio-Maricá) estariam promovendo "estratégias de sobrevivência" tanto materiais

(buscando-se um custo de vida menor, outras ofertas de trabalho, segurança, moradia, etc.) quanto simbólicas (a subjetividade que define valores "legítimos", como a qualidade de vida, a ecologia, a espiritualidade, a filosofia de vida, etc.). Em que grau tais estratégias serão plenamente conscientes? Em que dimensão essas estratégias abrigarão novas formas de resistência ou de resposta a um determinado estado opressivo de vida, no espaço urbano? Sob intervenção do êxodo urbano, será possível se traçar uma nova configuração territorial do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000)?

A metodologia da pesquisa se dividirá fundamentalmente em três partes:

1. *Prospecção documental* - arrolando-se informações de bibliotecas locais (Maricá e Região dos Lagos), externas (Nacional, CPDA, CCBB), dados estatísticos (imobiliárias, cartórios, museus, IPEA, Fundação CIDE, IBGE, IBAM);
2. *Entrevista* - com perguntas curtas e abertas dirigidas a uma família migrante (Rio-Maricá);
3. *Elaboração da dissertação* - cruzando os dados empiricamente colhidos com o suporte teórico dos autores elencados, problematizando o tema e conferindo uma *reconstrução* do fato social êxodo urbano.

As reflexões conclusivas destacarão o processo de reconstrução da realidade, a partir do "ponto ideal" (weberiano), do foco metodológico encontrado entre o extremo da pretensiosa objetividade e o dos excessos de subjetividade. A fase de elaboração da dissertação buscará seguir o esquema de método explanado por Santos<sup>6</sup> (1991), quando planeja o cronograma: *revisão do quadro teórico; planejamento do trabalho de campo; trabalho de campo; desenho da análise; tratamento do material; relatório preliminar com as generalizações descritivas; relatório com as explicações interpretativas; e redação final do relatório da pesquisa.*

## 1. Contextualizando Maricá no Estado do Rio de Janeiro

### Foto 1 – Estação Ferroviária de Inoã, 1924.

Segundo vários estudiosos, a palavra *Maricá* se reporta a pelo menos dois significados quanto à sua origem: à aglutinação, na língua Tupi, de *Mari* (*espinheiro*) + *Cáa* (mato, como em *caatinga*), sugerindo o sentido de "terra de espinhos" ou "terreno espinhento"; e a uma planta cuja estrutura de semente produz, se balançada, sons análogos ao *maracá* - que é como os indígenas chamavam o chocalho utilizado nas cerimônias religiosas.

O município se iniciou com a necessidade de a Coroa Portuguesa defender o litoral brasileiro dos ataques de piratas franceses, no século XVI. D. João VI decreta o regime de Capitânicas Hereditárias, distribuindo a primeira sesmaria, em Maricá, a Antônio Marins, no ano de 1574. Pela orla da Lagoa de Maricá até Inoã, fixando-se no bairro em São José do Imbassaí (conforme até hoje é denominado), surgem os primeiros elementos de formação étnica do povoado.

Em 1635, chegam padres beneditinos, sendo erguida a primeira capela, destinada ao culto de Nossa Senhora do Amparo. Buscando clima mais favorável (em alguns pontos da localidade original havia *malária*) e terras mais férteis, os habitantes do povoado aos poucos se deslocam para a outra margem da lagoa, dando origem à Vila de

Santa Maria de Maricá<sup>7</sup> - nome que homenageia a rainha reinante *D. Maria I.* A categoria de "Vila" surge por força do alvará de 26 de maio de 1814 e, em 27 de agosto de 1889, por efeito do decreto estadual No 18, a vila adquire *status* de "cidade", com direito à sede municipal<sup>8</sup>.

Historicamente, a cidade sempre recepcionou visitas ilustres, como a da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, acompanhando a Família Real, em Julho de 1868, e hospedando-se na Fazenda Pilar, que até hoje exhibe retratos autografados dessas celebridades. Em 1584, o Padre José de Anchieta realiza a "pesca milagrosa", quando apontava - para ajudar pescadores - o lugar onde estes deveriam lançar as redes, "adivinhando" a espécie e a quantidade de peixe que iria ser pescada. Atualmente, no Vaticano (Roma), corre o processo de canonização de José de Anchieta, com base nesse "milagre". Em 1832, Charles Darwin - o célebre autor de *Origem das Espécies* - atravessa Maricá, rumo a Cabo Frio, pernoitando onde hoje há o loteamento chamado *Itaocaia*, Área de Proteção Ambiental (APA), e cavalgando os areais da extensa faixa da restinga, depois de atravessar algumas florestas, ainda sobreponentes naquela época (BRUM, 2004).

Nos três primeiros séculos de existência, Maricá exportava peixe para a metrópole portuguesa, após passar pelo processo de salga (conserva do produto) e transportando-o como carga de muar, até o porto de embarque (mas, depois, em fins do século XIX, o pescado descia pelos carros da Estrada de Ferro). Calcula-se que a renda anual do município, relativa à exportação do peixe, chegava a 400 contos de réis (BRUM, 2004).

Antes, porém, de se consolidar como importante fonte de produção de pescado, Maricá inseriu-se na chamada *indústria açucareira*, juntamente com toda a região fluminense, até declinar, dando início à cultura do café. Mandioca, milho, feijão, legumes e frutas ocupavam lugar secundário, abastecendo os mercados de Niterói e do Distrito Federal (Rio de Janeiro). O cultivo de frutas tropicais e cítricos ainda hoje se faz presente no contexto estadual do Rio, inclusive com a parceria e incentivo do governo do Estado, com o programa *Frutificar*, de crédito e assistência aos pequenos e médios produtores. Atualmente, a economia do município é diversificada, especialmente no setor de turismo e construção civil, vinculando-se à característica *multifuncional* (CARNEIRO, 2003) de algumas cidades turísticas do interior do Rio.

Em 1888, logo após a assinatura da *Abolição da Escravatura* no Brasil, reunia-se na fazenda do Vigário Araújo Gama um grupo de "ilustres locais" (Dr. Barbosa de

Oliveira, Caetano Rodrigues, Cesário Alvim, Barão de Inoã, Padre Araújo Gama, Padre Henriques e Cel. Joaquim Mariano Álvares de Castro) interessados na construção de uma estrada de ferro na cidade. Em 1889, a elevação de "vila" para "cidade" entusiasma a comunidade, que constrói o primeiro trecho da empreitada, ligando Alcântara, em São Gonçalo, a Itapeba, em Maricá. A construção da Estrada de Ferro Maricá marca exemplo precoce de iniciativa empreendedora e de visão desenvolvimentista, realizada sem qualquer auxílio financeiro dos cofres públicos. A parceria com o governo só viria mais tarde, quando a Estrada de Ferro Maricá é incorporada à Central do Brasil e ampliada, em seu percurso, até Cabo Frio (reflexo da política nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas). O trem era o meio de transporte mais eficaz para escoar a produção pesqueira até Niterói e São Gonçalo - o que fez o município despontar como liderança no *ranking* de produção de pescado no estado, durante toda a primeira metade do século XX (com a implantação da indústria automobilística no Brasil - Plano de Metas de JK - as ferrovias brasileiras passaram a segundo plano, privilegiando-se a construção de rodovias). A presença política das empresas de ônibus, aos poucos, determinaria o futuro dos meios de transporte da região, chegando-se ao ponto de ser incentivada a invasão de terras pela população local sobre o entorno da ferrovia<sup>9</sup>, como forma de acelerar seu sucateamento.

Segundo o IBGE (2000), Maricá tem área de 363 km<sup>2</sup>, situa-se aproximadamente a quarenta quilômetros do município do Rio de Janeiro (40 minutos de carro e 1h 20 Min de ônibus em dias de trânsito "normal"). A cidade tem obtido incremento no setor de turismo devido à melhoria na rodovia Amaral Peixoto, depois das obras feitas pelo governo do estado. Considerada metropolitana até o início do ano de 2002, passa a constar oficialmente no rol das cidades da *Região dos Lagos* a partir de então. Essa perspectiva abre vantagem para o município, pois ele passa a ser considerado espaço institucionalmente turístico, já que, de fato, a cidade vem explorando atrações turísticas há mais tempo, mesmo sob forma "acanhada".

Trata-se, pois, do município-turístico da Região dos Lagos mais próximo da cidade do Rio de Janeiro - tendo sua prefeitura explorado o jargão de *Portal da Região dos Lagos*, em programas publicitários. Ainda segundo o instituto, em 2000, Maricá contava com aproximadamente 60.286 pessoas, sendo que a distribuição entre homens e mulheres chegava a número equilibrado: metade da população para cada sexo. Visivelmente rural (Anexo 1), o IBGE constatou vivendo na área urbana 50.407

peças, enquanto 9.879 viveriam em área “rural”. Segundo os dados do instituto, Maricá possui população urbana maior que a rural, como a maioria das cidades do Estado do Rio. Ao contrário, no mesmo estado, *Bom Jardim, Itatiaia, Parati, São Francisco de Itabapoana, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes* pertenceriam oficialmente ao grupo de municípios cuja população rural é superior à urbana.

O município conta com taxa de alfabetização de 91,9% e apresenta 51 estabelecimentos de ensino fundamental e 34, de ensino pré-escolar. Quanto à habitação, em área urbana, a cidade contém 14.417 domicílios e 2.729, em área rural.

No quesito *migração*, Maricá possui 9.393 pessoas (aproximadamente 15% da população), com 4 ou mais anos de idade, provindas de outras cidades. Há pelo menos 2 pessoas representantes de cada unidade federativa, que migraram nos últimos 10 anos, excetuando-se o Amapá e o Tocantins. Do montante, chama-nos a atenção a percentagem relativa ao município do Rio de Janeiro, de onde migraram 8.195 pessoas - quase a totalidade de migrantes: a proximidade geográfica explicaria, em grande parte, essa perspectiva desproporcional, em relação ao restante do estado. Recentemente, em função da política distributiva dos *royalties* do petróleo, na bacia de Campos, Macaé tem ultrapassado Maricá no quesito migratório, apesar da distância relativamente maior daquele município em relação à capital Rio de Janeiro (160 km).

Um dos principais problemas da cidade é justamente a ocupação desordenada de migrantes (refletindo, em grande parte, a conveniência política), que acabam se estabelecendo em locais proibidos pela Defesa Civil, agravando a questão social. Além da notável presença de turistas cariocas, em fins de semana, principalmente, ou durante feriados prolongados, é possível se observar o turismo de população provinda de São Gonçalo, Niterói, ou mesmo da Baixada Fluminense.

O processo de *favelização* é denunciado por alguns segmentos comunitários, setores ecológicos e parte da imprensa local, assim como a questão das construções irregulares de condomínios, que afetam diretamente o sistema de esgoto e de água da cidade. Outro problema bem visível na cidade é a prática do “gato”, quando se emprega o expediente de “puxar” a energia elétrica de um poste, clandestinamente.

Maricá é conhecida também por acomodar população itinerante, que faz do município uma *cidade-dormitório*. Diariamente, muitos moradores se deslocam para o trabalho, no Rio ou em Niterói, retornando ao fim do dia. Este se traduz em interessante

aspecto econômico, posto que o Rio de Janeiro constitua a fonte pagadora desses moradores, que vão praticamente transferir ou redirecionar tais recursos para Maricá.

Muitos turistas, entretanto, optam pela mudança completa para o município: são comerciantes ou profissionais liberais; há funcionários públicos que conseguem transferência de órgãos de origem, e aposentados que decidem viver em sua casa de praia (no distrito de Itaipuaçu - pertencente a Maricá - há quarteirões que abrigam migrantes cariocas conforme a procedência de seus bairros de origem. Por exemplo, há um quarteirão com "gente do Méier"; outro, com "gente da Tijuca", etc.).

A migração para a cidade tem acarretado pujantes transformações, principalmente no setor de comércio e na especulação imobiliária, aumentando preços de serviços, como no caso da construção civil. Segundo relatos de moradores antigos, a violência e o número de roubos e furtos, em função desse aumento populacional, têm aumentado consideravelmente, e não há unanimidade entre eles quanto à vantagem de se "abrir" o município para o turismo e a migração.

Quanto à relação entre moradores antigos e migrantes, há queixas de ambas as partes, assim como elogios; sob certa perspectiva ressalta-se o aspecto religioso: grande parte da população "natural" e pobre assimilou a religião evangélica, que entra em conflito com alguns costumes "urbanos" da cidade grande trazidos na bagagem do turismo e do êxodo. Percebe-se facilmente a presença marcante de uma maioria de igrejas evangélicas e pentecostais (protestantes), e pouca representação de igrejas católicas, assim como outras agremiações espiritualistas (característica geral da Região dos Lagos). Fato histórico interessante é saber que a cidade, no passado colonial, abrigava considerável massa de escravos fugitivos que professavam a religião de Umbanda - hoje relegada a "guetos" discretos, longe do circuito tradicional do espaço urbano da cidade.

A migração para o município conta também com a presença de estrangeiros: principalmente ingleses, argentinos e chineses. Grupos sociais organizados têm, nos últimos anos, produzido festivais (culturais) de inverno, explorando a cultura local, produzindo-se e divulgando artesanato, música, pintura, passeios ecológicos, encontro de motociclistas, etc.

Maricá tem reunido um conjunto de fatores favoráveis (fatores de atração) para o turismo sazonal, assim como para o êxodo urbano (que se alia a fatores de repulsão, quando Maricá é comparada ao município do Rio de Janeiro, conforme veremos

adiante). A procura pelo turismo recai no interesse do viajante urbano pelo bucolismo do lugar, das praias e lagoas ainda selvagens, pela tranquilidade que caracteriza a maioria das cidades médias e pequenas do interior do Rio. Os praticantes desse turismo realizam, assim, uma *quebra na continuidade* de seu cotidiano, que é pautado pelo ritmo acelerado da cidade em que vivem.

Segundo relatório do TCE (2003), o município apresentou taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 5,71% ao ano, contra 1,17% na região e 1,30% no estado - uma das maiores taxas, portanto. Pelos estudos da Fundação CIDE, sua *taxa de urbanização* corresponde a 82,6% da população, enquanto que, na Região das Baixadas Litorâneas, a taxa corresponde a 99,5%. Comparando-se a distribuição da população nessa mesma região, Maricá é o município que apresenta o índice de 12% - o segundo maior - atrás de Cabo Frio (20%) e de Araruama (13%), e à frente de São Pedro da Aldeia (10%).

Pelo levantamento de dados da Fundação CIDE, Maricá se enquadra na classificação RODEIO/VERDE II, partindo-se da classificação pelo IQUS (Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal) segundo o quadro referencial abaixo:

Quadro de classificação de áreas pelo IQUS

<b>IQUS</b>	<b>Características</b>
<i>Rodeio</i>	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas.
<i>Rural</i>	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens.
<i>Nativo</i>	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas.
<i>Verde</i>	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas.
<i>Metrópole</i>	Maior percentual de áreas urbanas.

Fonte: Fundação CIDE.

Ainda segundo o relatório, o município se caracteriza por *altos percentuais de campo/pastagem* (54% do território); *formações originais* (9%); *vegetação secundária* (17%); e **13% de áreas urbanas**. Mais adiante, e a partir desses dados, veremos como é questionável a classificação oficial que imputa "urbana" uma cidade com tais características e proporções.

A Região dos Lagos é um conjunto de municípios litorâneos do Estado do Rio de Janeiro cortados pela Serra do Mar, que se inicia ao norte de Santa Catarina, Região Sul do Brasil, e estendendo-se por mais de mil quilômetros até o norte do Estado do Rio. Ao longo desse percurso, recebe diferentes denominações: Serra da Bocaina, ao sul do estado; Serra da Estrela e Serra dos Órgãos, ao fundo da Baía da Guanabara.

Desde cedo, assim que chegaram ao Brasil, os portugueses realizaram expedições ao litoral fluminense, com a "descoberta" da Baía da Guanabara, estabelecendo feitorias. Durante a primeira metade do século XVI, traficantes franceses incursionam pelo litoral, em busca de pau-brasil. Em terras fluminenses do litoral, viveram indígenas de pelo menos vinte idiomas diferentes, pertencendo a quatro grandes famílias lingüísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). Nas zonas de lagunas e enseadas do litoral de Cabo Frio até Angra dos Reis, viviam os Tupis ou Tupi-Guarani Tupinambás ou Tamoyo, e os Tupinikim ou Maracajá, na Baía da Guanabara. Em 1831, a Regência revoga as leis que permitiam a escravização dos índios Botocudos.

A região é cortada pelo rio Paraíba do Sul, formando extenso vale entre as serras do Mar e da Mantiqueira, passando por Resende, Barra do Piraí e São Fidelis, entre outras cidades menores, e desembocando na região de Campos. A erosão fluvial e as correntes marítimas deram origem à Baixada dos Goytacazes, planície aluvial do estado, no município de Campos, propiciando a formação de um solo fértil, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar e do arroz.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro é considerado a 2<sup>a</sup> maior economia entre os estados brasileiros, possuindo grande potencial turístico e relevante parque industrial metalúrgico, siderúrgico, químico, editorial e gráfico, de extração mineral, derivados de petróleo e naval: é o estado onde se concentram as maiores jazidas de petróleo do país, localizadas na plataforma continental de Campos. O PIB do Estado do Rio representa 10,91% do PIB nacional.

A Região dos Lagos se estende ao longo de três trechos distintos de formação litorânea, sendo o primeiro caracterizado pela presença de tabuleiros, baixadas e

restingas, indo do delta do rio Paraíba do Sul, na região nordeste do estado, até a cidade de Arraial do Cabo (170 km da cidade do Rio de Janeiro): local escolhido pelo piloto Américo Vespúcio, como ancoradouro, quando ali chegou e fundou a 1ª feitoria do Brasil, em 1503 (região conhecida como *Costa do Sol*). O segundo trecho se estende desde Arraial do Cabo até a ilha de Itacuruçá (82 km do Rio), e o terceiro, que vai da ilha de Itacuruçá até a região de Parati, ao sul (onde a Serra do Mar "mergulha" no oceano). Essa região costeira se caracteriza pela convivência relativamente harmoniosa de contrastes entre o luxo e a simplicidade, o colonial e o moderno, diferentes tipos de culinária e de modos de vida. A atividade pesqueira - herança colonial - ainda desponta com importância na região, embora nas últimas décadas tenha sido substituída pelo turismo e, em alguns casos, pela extração do petróleo (royalties), que tem enriquecido as finanças e aquecido as economias locais. Rio das Ostras, por exemplo, que retém boa parte os *royalties* do petróleo, ainda se beneficia com atrativos naturais, praias acessíveis, festivais de música, shows diversos e festas anuais, fazendo o turismo legar 20% à sua receita total. Com tantos atrativos, o último concurso público organizado pela prefeitura recebeu mais de sessenta mil candidatos de várias cidades do Estado do Rio e também do Brasil (ressaltando que a cidade abriga em torno de quarenta e cinco mil habitantes).

A facilidade de comunicação, possível com a construção da ponte Rio-Niterói, reforçou o peso relativo da metrópole sobre a Região dos Lagos - o que acarretou importantes mudanças na estruturação do espaço, como a redução e o abandono de atividades tradicionais da indústria de transformação, como as *salinas* e a produção *agropecuária*. Clima excepcional, natureza extremamente atrativa, o lazer semanal e o turismo das "praias de banho" são estimulados desde a década de 1940, quando à região chegavam ricos aventureiros da cidade do Rio, praticantes de esportes náuticos. Com o passar do tempo, a região se consolida como local de atração turística para cariocas, mineiros e paulistas, principalmente para instalação de casas de praia, de clubes náuticos, de diversões noturnas, de hotéis e restaurantes, de serviços comerciais e de abastecimento. Pode-se afirmar que a inauguração da ponte Rio-Niterói, em 1973, deu início à fase atual de *turismo de massa*.

A prosperidade socioeconômica de algumas cidades da Região dos Lagos tem refletido em movimentos migratórios, atraindo famílias de vários lugares do estado e do país. Para conter a "invasão", prefeitos têm instalado barreiras em rodoviárias e

estradas, criando patrulhas que fiscalizam as construções de barracos em via pública ou nas periferias: não apresentado o título de propriedade ou de identidade, a família é enviada para a assistência social, que depois se encarrega de "devolver" a família à cidade de origem. A situação se agrava quando se estimula o loteamento das áreas rurais, geralmente a troco de favorecimentos políticos em época eleitoral, levando o espaço físico ao processo de favelização.

Muitos residentes da cidade do Rio, especialmente os aposentados, transformam casas de veraneio em residência fixa. Na década de 1990, enquanto o município do Rio teve 0,74% de taxa média de crescimento populacional, Maricá despontou com 5,70%. Os nove municípios fluminenses que recebem *royalties* do petróleo têm proposta de conter o êxodo em direção à região: trata-se de promover assistência social e financeira aos municípios pobres do Noroeste, como forma de conter a migração e fixar o habitante naquela região.

Entretanto, torna-se presumível que o tratamento sobre a questão migracional passe a se diferenciar a partir do momento em que o êxodo urbano seja praticado - como veremos adiante - não por "pobres", mas pela "classe média" que traz recursos externos para a circulação local.

### *Aspectos socioeconômicos*

O jogo de forças políticas no Estado do Rio aponta para um cenário que delimita sentidos contrários de incursão desenvolvimentista. Enquanto na capital, é notável a preponderância de uma política voltada para a formação de cidade *global*, cosmopolita, como centro financeiro ou estação turística internacional, nas últimas décadas o interior do estado vem sendo tratado como pólo de produção industrial: pólo metal-mecânico, na Região do Médio Paraíba; pólo gás-químico, na Baixada Fluminense; pólo de moda, em Nova Friburgo, Valença, Petrópolis e Cabo Frio; pólo automotivo, em Resende, Porto Real e Quatis; pólo turístico, no Vale do Café e na Região dos Lagos.

O governo do estado trabalha com a estratégia de atração de empresas, como a Gerdau (US\$ 300 milhões), a CSA - Thyssen/CVRD (US\$ 3 bilhões), a Peugeot-Citroën (US\$ 50 milhões), a Michelin (US\$ 98 milhões), entre outras, trazendo o impacto de empregos diretos e indiretos na região (JB/Projetos de Mercado, 2001).

Recente pesquisa do IBGE (2000) mostrou que o Estado do Rio possui a segunda renda per capita do país (R\$ 11.459), ultrapassando São Paulo (R\$ 11.353), e ficando atrás apenas do Distrito Federal (R\$ 16.361). Os trabalhadores fluminenses têm o mais alto piso salarial do país, ultrapassando a marca de US\$ 100. De acordo com o Ministério do Trabalho, nos últimos três anos foram criados aproximadamente 100 mil empregos com carteira assinada - o que põe o Estado do Rio entre os cinco primeiros do país, em colocação de mão-de-obra. As exportações bateram recorde histórico de seis bilhões de dólares, em 2004. Responsável por cerca de 83% da produção de petróleo do país, espera-se que em dois anos o estado passe a ser o maior produtor de aço da América Latina. Há perspectiva de instalação de refinaria petroquímica, anunciada pela Petrobrás - o que representaria investimentos de três bilhões de dólares.

Segundo levantamento da Fundação CIDE, a participação da capital (Rio) no montante do PIB estadual decresceu de 63% para 50%, no período de 1996 a 2003, porém houve destaque para cidades como Macaé (PIB municipal: 542,81%) e Duque de Caxias (176,76%); segundo a imprensa local, estima-se que, até 2007, seja instalado poço de prospecção de petróleo em Itaipuaçu, distrito de Maricá. Dos 16,8 bilhões de dólares que o Estado do Rio atraiu em investimentos, em 2004, mais da metade teve o destino do interior - resultado de uma política de incentivos fiscais e financiamentos governamentais, além de obras de infra-estrutura, segurança, etc.

Segundo o Secretário de Integração Governamental, Luís Rogério Magalhães, o aumento de oportunidades de trabalho no interior confirma que o desnível em relação à

capital praticamente inexistente. Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), órgão do Ministério do Trabalho, revelam que o interior do estado criou mais de 21 mil vagas, nos primeiros cinco meses de 2004:

As grandes oportunidades de trabalho não estão mais na capital, e sim no interior. São resultados práticos que dissiparam o preconceito. Significa que estamos conseguindo equilibrar o processo de desenvolvimento.

O agronegócio dá ocupação a 370 mil pessoas no Estado do Rio, segundo o secretário de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, Christino Áureo. Com o programa *Rio Rural*<sup>10</sup>, o governo do estado espera oferecer condições para o uso sustentável dos recursos naturais e desenvolver as comunidades rurais das regiões Norte e Noroeste:

Durante muito tempo diziam que o Estado do Rio sofria de um mal chamado *macrocefalia*. A cabeça, a capital, seus arredores, com a população crescendo cada vez mais e ao mesmo tempo também concentrando os problemas. O nosso governo começou a inverter esse processo, caminhando com o desenvolvimento econômico e humano em direção ao interior, mas preservando o meio ambiente.

Uma das atividades mais promissoras é a da cana-de-açúcar. Conforme parecer do presidente da Comissão Nacional de Relações de Trabalho e Previdência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodolfo Tavares, as fazendas experimentais nos municípios de Campos e Quissamã podem criar 20 mil trabalhadores envolvidos com a produção de açúcar e álcool. Há perspectivas de investimentos na aquicultura, através do projeto *Multiplicar*, para 2005, que concede linhas de crédito para pequenos e médios empresários do ramo de pescado.

Observa-se que no Estado do Rio, apesar das inserções do setor industrial pesado, há espaço para a agricultura familiar, para a produção de manufaturados de pequeno porte e, especialmente, para o *turismo* - que sempre ficou restrito à capital e às regiões litorâneas, de uma forma geral. O alto custo do turismo na *orla* da capital e a motivação “ecológica” têm estimulado a exploração turística para os interiores, ricos em simplicidade e possuidores de meio ambiente natural mais intacto. É o caso das cidades do Vale do Paraíba, que formam o *Vale do Ciclo do Café*, onde antigas fazendas se integram em circuito de pousadas, de passeios ecológicos, com oferta de alimentação

orgânica, comércio de artesanatos, etc.

Tudo o que esse turista deseja é tudo o que a população do interior possui naturalmente como espaço público; ela aprende a valorizar-se como objeto específico comumente vinculado às boas e grandes questões, como a ecologia e o exotismo de uma cultura de simplicidade. Aos olhos de um executivo classe média estressado, a imagem de uma serra com fileiras de araucárias, o ar puro e o silêncio podem servir de irresistível chamariz. Cada cidadezinha possui sua história específica, suas peculiaridades, ângulos, paisagens, festejos e rituais que, para o habitante cosmopolita, podem se tornar um belo roteiro de viagem (ou uma perspectiva de residência futura). Pela simplicidade e pelo bucolismo, as cidades do interior possuem grande potencial para mobilizar um turismo “alternativo”, relativamente mais barato e de boa qualidade.

Para ilustrar o potencial econômico do turismo, de uma forma que vislumbre os "interiores" do país, aqui aplicaremos um sub-recorte sobre o trabalho elaborado pelo Ministério do Turismo, para o quinquênio 2003-2007. Segundo o documento<sup>11</sup>, o turismo rural (agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroturismo) contribuiria para: *diversificar a oferta turística; aumentar os postos de trabalho e da renda no meio rural; valorizar a pluralidade e as diferenças regionais; consolidar produtos turísticos de qualidade; e interiorizar a atividade turística*. Entre as razões que o estudo aponta para explicar a expansão dessa forma de turismo está *a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior*; nesse contexto, *torna-se possível obter-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista e maior renda para o produtor*. Eis uma forma interessante de se aliar turismo mais barato, saudável, regional, interno, com a vantagem de se eliminar o “intermediário industrial”. A venda de produtos *in natura*, por exemplo, agregada às estruturas simples de acomodação e hospedagem (verticalização da produção), pode ser realizada diretamente entre produtor e consumidor, evitando-se a escala intermediária de processamento industrial, que acaba onerando os preços e custos originais. Dessa forma, seria possível uma melhor "distribuição de renda" pelo território, valorizando os pequenos e médios produtores. Além disso, percebe-se a influência de questões culturais nesse projeto, que transcenderiam o viés puramente econômico: "a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os

modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior". Subentende-se nesse texto a preocupação de se articularem palavras-chave, como *moradores urbanos, raízes, natureza, modos de vida, populações do interior*, para a realização de uma "intervenção cultural" no espaço. Há uma *ruralidade*, um ambiente natural a ser conservado, um êxodo rural a ser diminuído; pelo âmbito governamental objetiva-se considerar *os arranjos produtivos locais de cada território, a fim de fortalecer os laços comunais e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais; respeitadas as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades*. Perguntamo-nos, a partir desse sub-recorte, como o êxodo urbano poderia dialogar com essa (re)valorização do interior e da ruralidade. Que articulações sociais seriam possíveis a partir de uma combinação de turismo de interior (ou turismo rural) com o movimento do êxodo urbano? Que direções uma economia regional, partindo dessa potencialidade ainda pouco aproveitada, poderia tomar, a fim de que o desenvolvimento social alcance o maior número possível de habitantes de uma região? Indagaremos também se o turismo rural não seria a "ponte" para o indivíduo considerar a possibilidade de passar a viver no local onde outrora praticava tão-somente o turismo. Enquanto pratica o lazer, o turista necessariamente toma contato com o "outro", com o que lhe é diverso, ou "adverso", realizando informalmente seu *trabalho de campo*. Desse contato, dessas percepções singelas, surgirão suas *concepções* acerca da vantagem ou não de passar a habitar aquele local. Situação diferente daquela em que o indivíduo, sem ter conhecimento sobre o local, se faz a mesma indagação.

No estudo sobre comunidade de pescadores artesanais no litoral sul do Rio (Parati), Campos (1992) analisa as transformações advindas na região, resultante de um conflito entre *tradição* e *modernidade*, e como a idéia do turismo se interpõe na construção de um projeto de produção e desenvolvimento social local. O espaço em transformação criaria uma nova síntese, não planejada, de combinações variadas, onde as formas tradicionais de produção e de economia passam a conviver diretamente com as novas demandas sociais do mercado de trabalho:

O processo de adaptação das disposições a novas estruturas, como a passagem da agricultura à pesca e desta ao turismo implica numa "reinvenção criadora" de um novo sistema das disposições, ou de uma nova racionalização... o espaço de interação com o turista é também o espaço simbólico do contato com o externo, ou com a modernidade. Simbolicamente aí se define um movimento de

interação com os valores dos outros e de apreensão de “*habitus*” diferente.

Estudos sobre migrações internas também consideram a idéia da migração *rural-rural*; a região interiorana do Estado do Rio atrai também migrantes de outras localidades rurais, outros estados, ou estados vizinhos. Porém, o interesse da presente pesquisa é explorar a possibilidade da migração *urbano-rural*, buscando indícios de que, além dos *fatores de atração* acima observados, o migrante considera *fatores de repulsão* - no caso da cidade do Rio de Janeiro -, trazendo o foco para a questão do êxodo. Assim, aqui trabalharemos com o recorte da relação entre o homem urbano e o rural, da cidade e de Maricá, respectivamente.

### **Descentralidades:**

#### **um esboço teórico para a perspectiva territorial**

O estudo do êxodo urbano suscita análise maior sobre como o território se dispõe espacial, social e historicamente. É aceito, com certa pacificação na sociologia, que as cidades-capitais são expressão direta da disposição espacial-geográfica do sistema capitalista. A "coincidência" entre a capital e o capital denota etimologia reveladora da característica que possui o processo de acumulação capitalista, ao longo da história. Simultaneamente a uma *divisão social do trabalho* é possível se pensar numa *divisão social do espaço* (BERMAN, 1988).

Para permanecer em expansão, a Revolução Industrial teve que providenciar um amplo ambiente científico e mercadológico voltado para a *especialização*. A simultaneidade das descobertas científicas, das viagens marítimas e da evolução do próprio pensamento humano, como reflexo de um impulso libertário (revoluções burguesas), faz a sociedade sofrer de progressiva diferenciação: antes, a influência da horizontalidade indiferenciada do mundo mítico, primitivo; depois, e a partir de então, o processo de emancipação das "trevas" - que se consolida com a consciência da modernidade (HORKHEIMER, 1976). Durante a consolidação do mundo moderno, importante fator acompanhou o surgimento dessas novas tecnologias emancipadoras: o aumento *demográfico* passou a permitir que se fizessem as mais variadas equações na organização do mercado e da vida social, como um todo, expandindo a complexidade de suas estruturas até graus nunca imaginados inicialmente (consolidando-se historicamente na necessidade de cruzamento e análise de dados em sistemas de

informática). Sintoma bem evidente desse percurso social é a chamada *burocracia* (WEBER, 1967). Quando ela se manifesta como objeto sociológico, já se encontra reconhecida como algo inevitável, sistemático, um "mal necessário", uma *estrutura*. Ordenar socialmente grandes números populacionais (crescentes) sobre um território (constante), adaptando-os às regras de mercado, com a devida separação dos indivíduos por classes econômicas, requereu controle hierárquico complexo que somente foi legitimado e "pacificado" com o estabelecimento do Estado de Direito e a legitimação da "democracia" capitalista. Até hoje é sofrida a tentativa de se compatibilizar a lei (direito) com seus resultados esperados, com sua aplicação e efetiva exequibilidade - o que resulta no distanciamento histórico entre *discurso e prática* (VELHO, 1994).

A visão frankfurtiana - muitos dirão romântica - da ascensão do capitalismo não pode deixar de citar a dialética (HORKHEIMER, 1990) que existe entre *mito e razão*, quando o mundo racional, em seu processo de acirramento e consumação, vai fazer ressurgir violentamente aquilo - o mítico - que ele tentou suprimir com violência (ROUANET, 1993). É a visão sociológica moderna também adotada por Freud, quando formula sua análise sobre como a civilização pôde se impor perante o mundo primitivo, diferenciando-se. *Sublimação* é sua palavra-chave. Sublimar as pulsões primitivas - eis o que deve fazer a humanidade para civilizar-se; sacrificar o *status* de humano, para adequar-se às equações matemáticas da indústria e passar a ser um número, uma *engrenagem da grande máquina* - a saída encontrada para que funcione um organismo gigantesco, composto de população crescente (WEBER, 1967).

Assim, a participação do indivíduo no espaço urbano depende de sua capacidade de "sacrifício" (ou sublimação); usufruir os benefícios do mundo civilizado é o mesmo que se iniciar na disciplina urbana e aceitar suas normas. Essa é uma idéia que acompanha as origens ocidentais, que remonta às primeiras preocupações entre os gregos da Antigüidade. Na *Odisséia* de Homero - uma das narrativas mais antigas do Ocidente -, já é possível perceber a preocupação do autor com tal questão. Ulisses, o herói que dialoga com os deuses, em certa passagem do épico, exercita o pensamento racional do sacrifício e da renúncia. Ele precisa passar num ponto do oceano onde vivem as sereias, e deve tomar cuidado porque - todos sabem - o canto das sereias é altamente sedutor e aquele que as ouve se joga ao mar, tamanha a beleza e a força de atração daquelas que representam a natureza indiferenciada, o primitivo. Ulisses tem uma idéia (espécie de malícia): ordena que a tripulação de escravos continuem remando,

mas com os ouvidos tampados com cera, enquanto ele é o único que pode ouvir, mas precisa ficar fortemente amarrado à vela; ele orienta a tripulação para que, sob nenhuma hipótese, ninguém o desamarre, por mais que ele próprio ordene ou implore, no momento do arroubo irracional, da agonia por querer se soltar e se jogar aos braços do mar (ADORNO / HORKHEIMER, 1986). O herói da *Odisséia* tem um objetivo claro - chegar à Ítaca, sua terra natal - assim como um governo moderno objetiva programas e arregimenta metas para alcançar determinado ponto "ideal" (quando a *Ítaca* de nossos dias assume a forma de um projeto político). Para tanto, somente construindo estratégias que requerem consideráveis graus de racionalidade.

Outro mito de narrativa direta e mensagem clara também assume para si esse retorno "vingativo" do mundo mítico sobre o racional, aditando a questão da urbanização, que nos é imediata: a *Torre de Babel*, uma "torre que penetra os céus, em torno de uma cidade que cresce" (em *Complexo de Édipo*, Freud demonstra como Édipo é vitimado por seu antropocentrismo, que é tentativa de vencer o "mítico" representado pelo Oráculo, usando de artimanha e malícia "racional", essencial e exclusivamente humana).

O texto bíblico preocupa-se com a tentativa de aqueles homens "se concentrarem em torno da Torre e não se dispersarem pelo mundo". São castigados e obrigados a se esvaírem pela Terra. Seria uma indicação dos perigos encontrados na tentativa recorrente de os homens sempre *se unirem para prestarem um projeto gigantista*? Para se tornar um "gigante", os homens - que são minúsculos em comparação com o universo - devem subir, uns nos "ombros" dos outros (fundamento de uma sociedade de massas). E a maneira mais racional (geométrica) reclama a forma de *pirâmide*. É preciso que se projete uma base e se construa uma geometria tal que faça equilibrar o "gigante"; no topo - que também é o *locus* da cabeça - só há espaço para os "eleitos", pois se deve considerar criteriosamente (critérios sociais) quem serão aqueles que terão o privilégio de "tocar os céus" e depois descer para contar e socializar (no sentido de tornar social, e não de "divisão igualitária") o Conhecimento (tecnológico) e demais riquezas materiais. A população da base, além de constituir a grande maioria, sofre o peso nos ombros, quanto mais a pirâmide cresce. Em se comparando tal situação com a vida de certos organismos biológicos inferiores, entenderemos que minhocas e alguns tipos de peixes pequenos, sob ameaça de predadores imensamente maiores, se juntam *simbioticamente* para parecerem superiores em tamanho, afugentando assim seus inimigos. Diante do

adversário gigante que aflige a humanidade em seu processo contínuo de civilização - que é a indiferenciação do mundo natural - não estariam os homens elaborando sempre formas de parecerem, desde que organizados, uma entidade igualmente gigante? O mito surge aqui a partir do mecanismo de recorrência que lhe é peculiar, apontando na formulação histórica da urbanização mais uma de suas manifestações, vale dizer: expressão moderna de um projeto antigo.

*Especialização e divisão social do trabalho* são categorias que aparecem simultâneas, impulsionadas pelo capitalismo emergente, mas que também o impulsionam, resultando na complexidade do mundo moderno (WEBER, 1967). Assim, reconhecemos que haja um *projeto civilizatório* em marcha, e que o instrumental da mediação social pelo sistema capitalista exige a sociedade organizada por *funcionalização*. Cada "tijolo" da pirâmide deve se ocupar com sua função dentro do megaprojeto. E não só os indivíduos: também os organismos sociais, as instituições, as culturas devem se dividir e se subdividir, sob forma piramidal, legitimadas por lei, isto é, por meio da racional legitimização do sufrágio universal.

Nos processos colonialistas do séc. XVI, as metrópoles européias já regulavam a relação que teriam com suas colônias, quando estas se ocupavam na função de abastecer o Velho Mundo com a matéria-prima que lhe faltava em casa. À medida que as colônias vão se emancipando, passam a receber de volta a mesma matéria-prima, agora processada industrialmente na Europa. A *função industrial* da Europa não era apenas econômica, visando às finanças, mas sobretudo *social*; a derivação da matéria-prima sobretudo indica processamento social sobre o Novo Mundo. A passagem do índio, do negro, do mestiço à civilização exprime a mesma "evolução" que a matéria-prima sofreu ao se industrializar como produto (ARENDETT, 2002). Concentrar gente em torno de uma "torre" (de um projeto) é propósito que condiciona uma organização coletiva a dispor o trabalho dividido socialmente; a tecnologia capaz de erguer uma torre que "penetre os céus" revela que a respectiva sociedade já se encontra suficientemente complexa e capaz de organizar um mercado de trabalho de "especialistas", sem os quais não seria possível se iniciar construção tão engenhosa. À medida que os meios de produção crescem e se tornam complexos, a idéia da organização do serviço "em série" acaba se estendendo por todas áreas de conhecimento e campos científicos. Há um sistema de retroalimentação no processo tecnológico: o trabalho em série requereu historicamente a complexidade da organização, e esta, para evoluir, depende das

técnicas de serialização, onde qualquer coisa é passível de ser representada por um número e as relações possam ser enquadradas em fórmulas, programas e teorias. Quanto mais o mercado de trabalho se estrutura nas metrópoles como universo de especialização, mais o homem urbano depende de recursos financeiros como mediação de troca; enquanto que, nas pequenas cidades, não havendo um setor terciário (serviços) bem desenvolvido, o seu habitante *multifuncionaliza-se*, muitas vezes, dispensando a necessidade de dinheiro para obter o que lhe falta.

Modernamente as cidades-capitais assumiram explícita função, mesmo que mais complexa, às vezes contraditória, de *pólos colonizadores*. Elas são as antenas emissoras e receptoras dos grandes centros internacionais; sua consolidação introduziu o *modus vivendi* cosmopolita (SIMMEL, 1950). Nova Iorque, Tóquio e São Paulo mantêm uma quantidade suficiente e semelhante de códigos, de forma que o habitante de uma das cidades, ao viajar para as outras, "sente-se em casa". Na relação que a capital tem de manter com o resto do estado em que se encontra, aquela mesma perspectiva emerge: a de subordinação por necessidade econômica (ou tecnológica). Também no caso do Estado do Rio, o interior ainda é grande fornecedor de matéria-prima, alimentos, cultivos (de mão-de-obra, no caso do êxodo rural) para as capitais - a despeito da globalização, que permitiu associações extraterritoriais. A função de *capita* (o local que "encabeça" o território) detém as características de *centralização* e *concentração*, que são formas de organização baseadas em extrema *racionalidade*: o posto de representante do estado perante as demais cidades.

O Rio de Janeiro é um exemplo peculiar, porque além de capital do estado, já foi capital da República, é cidade litorânea e possui "vocalização turística" reconhecida internacionalmente. Carrega, portanto, carga emblemática de pólo cultural; do Rio partem os modismos, os padrões comportamentais, as reflexões sobre cultura. A perspectiva de litoral põe a cidade de frente para os horizontes do além-mar e de costas para o interior; muito antes de haver Internet, quando a informação era trazida fisicamente por navios ou aviões, era pelo litoral que se fazia o contato das culturas internacionais.

Uma pesquisa sobre migrações internas deve considerar não somente as perspectivas de relacionamento entre o urbano e o rural, mas entender a necessidade de se superar essa abordagem dicotômica, sem cair na ilusão de que estaria desaparecendo a histórica contradição urbano-rural (VEIGA, 2004). Relação mais pacífica seria a

oposição *capital-interior* - uma vez que *interior* pode ser definido, com precisão de conceito oficial, como *todo aquele espaço compreendido fora da capital, mas dentro do território de um estado*. Assim como *urbano* e *rural* são categorias que revelam significados opositivos (mas não excludentes), *capital* e *interior* servem ao mesmo propósito, apenas se excluindo juridicamente. Aqueles, quando se está pensando na perspectiva de projeto civilizatório; estes, quando se busca a visualização do território a partir da funcionalidade que coube historicamente a cada espaço. Interior e capital podem abrigar formas tanto urbanas quanto rurais, apesar de a urbanização estar mais presente na capital, e a ruralidade, no interior. Estudar os significados que orbitam estas duas categorias pode trazer pistas importantes para a administração de um território, em se considerando sua integralidade.

Como apreensão histórica, já se experimentou, e com excelência, dar figuração ao enquadramento territorial do Brasil segundo a relação *litoral - interior* (HOLANDA, 1995). No estudo das origens de ocupação européia na América do Sul, é importante que se verifiquem os distintos interesses entre espanhóis e portugueses sobre suas colônias. Portugal teria procurado inicialmente formar, em terras brasileiras, o espaço de *exploração*, enquanto a Espanha, um território de *povoamento*. Como pólo de exploração, torna-se bastante compreensível o esforço da Coroa Portuguesa em se concentrar nas regiões litorâneas, dada a facilidade e a praticidade de exportação dos produtos. No litoral brasileiro é onde se encontram as primeiras cidades e capitais, que ficaram "marcadas" desde então. A Espanha teria buscado lugares mais altos e para o interior, visando a um empreendimento menos exploratório (e mais de povoamento, ou se quisermos, de *expansão* e *extensão* do seu território na América). Os índios que se recusaram a permanecer no litoral brasileiro, a serviço da Coroa, adentraram-se pelos interiores e foram chamados de *tapuias* (MONTEIRO, 1992). Estes eram identificados como índios de "pouco trabalho", "viviam de coleta e pesca", "eram canibais", etc. Desde cedo criou-se a identificação: quem vivesse pelos interiores era considerado atrasado, e os habitantes dos litorais, ao contrário, mais "civilizados e produtivos". Um país com dimensões amazônicas - como é o caso do Brasil - resente-se de mais espaço para a reflexão sobre esses movimentos de interiorização, pois eles não se restringem a simples fato estatístico, mas possibilitam um leque instrumental de ferramentas estratégicas quando, por exemplo, se está falando na necessidade de se *ocuparem as fronteiras para inibir o tráfico de drogas e armas*, em *proteger o parque ambiental da*

*biopirataria, em distribuir melhor a população pelo território, alentando a promoção de programas de geração de empregos e moradias, etc.*

Na tentativa de insistir com o modelo europeu de centralização das capitais, no Brasil, um conjunto de outras possibilidades criativas, alternativas, que levem em conta as "sinuosidades" da paisagem natural brasileira, pode não estar sendo bem aproveitado. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda vai observar:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo' - palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como 'saudade' e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que 'não vale a pena...'

No movimento de interiorização do Estado do Rio deve ser considerado não somente o aporte econômico e social direto, muitas vezes utilitário para a economia do próprio estado, mas igualmente o conjunto de aspectos simbólicos que o acompanham. Será que o tratamento preventivo em relação à população interiorana - tão histórico e antigo quanto o que se refere às populações negras - não mereceria semelhante reparação (ou resgate), a bem do desenvolvimento integral do território? Um dos elementos que emperram a descentralização das capitais - e quem sabe *dos* capitais? - pode residir justamente nessa postura preventiva sobre o interior.

Veremos mais adiante que as cidades estão sob permanente transformação, se as considerarmos, conforme Lefebvre (1969), como "a projeção da sociedade sobre um dado território". Assim, a construção de um espaço planejado supõe o rol das mais variadas construções teóricas; na verdade, prática e teoria se misturam na ocorrência de movimentos migratórios, redesenhando o espaço. Sobre o território físico vão se dispendo diversos e importantes recortes individuais, coletivos, governamentais, acadêmicos, econômicos, que traçam uma nova *gestalt* espacial; tais recortes nos servem de instrumentalização reflexiva.

**Ordem & Progresso: indícios de apropriação do êxodo urbano pela mídia**

O texto a seguir é transcrição do jornal *A HORA* / No 169, assinado pelo

jornalista-editor Mário Hora Jr., que tem circulação pelas cidades de Maricá, Niterói, São Gonçalo e Saquarema. Este número traz notícias acerca da recente reeleição do prefeito Ricardo Queiroz, sua diplomação e a dos dez vereadores. Traz também reportagem sobre a inauguração das Casas Bahia na cidade.

Curioso observar a visão que tem o jornalista, e morador de Maricá, a respeito do "progresso chegando"; outras cidades interioranas, de São Paulo, entram em sua análise comparativa, com a mesma perspicácia.

*Apertem os cintos - o progresso vai decolar*

Os meses de novembro e dezembro trouxeram-me à lembrança uma fase muito agradável da minha vida em que, sendo detentor, por quinze anos, da conta de relações públicas e comunicação da Aeronáutica Neiva, vivia eu gravitando em torno de Botucatu e São José dos Campos. Esta última cidade conheci no final da década de 50, início de 60, quando São José dos Campos, pelos seus bons ares, estava deixando de ser um local adequado para os tísicos. E a cidade era, praticamente toda, propriedade de médicos.

Depois, com o surto industrial paulista espraiando-se pelo Vale do Paraíba, São José mudou da água para o vinho. Dezenas de indústrias foram se instalar no município, que já ostentava uma invejável fama, por abrigar o Centro Técnico de Aeronáutica-CTA e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA.

Então, o Clube dos 500 resolveu construir um hotel de grande qualidade, com todas as opções de conforto de um moderno hotel. Os hoteleiros da cidade ficaram preocupados, mas, sabiamente, começaram a modernizar os tradicionais hotéis. *Hall* mais amplo, tapetes, pessoal paramentado, ar condicionado, frigobar e telefones nos quartos. Tiveram que investir a duras penas, para se aproximarem o mais possível ao modernismo do Clube dos 500.

Em outra ocasião, as Lojas Americanas resolveram instalar uma filial em São José dos Campos. Foi um Deus nos acuda. Os proprietários de papelarias chegaram a fazer passeata pelas ruas da cidade, pedindo ao prefeito que não concedesse o alvará para a instalação da filial.

Essa grande cadeia de lojas usou uma estratégia inteligente - convidou os compradores das papelarias da cidade para uma reunião em que seria revelado como e onde comprar com vantagem para que se pudesse ter um preço baixo no varejo. Deveriam criar uma cooperativa. Em vez de comprar cem grossas de lápis, deveriam comprar toda a carga do caminhão, a preço muito mais em conta, e dividir entre os cooperados.

Por que estou relembando estes fatos? Porque, quando a Raquel Calçados e as Casas Bahia vieram para Maricá, houve um princípio de pânico entre os comerciantes do ramo. Tranqüilizem-se, desde que adotem técnicas modernas de administração, marketing, compras e audácia nas vendas. Precisam se reequipar, se modernizar.

Aliás, todo o comércio de Maricá tem que evoluir. Em poucos anos estaremos com 100 mil habitantes, e já estamos nas cogitações de dezenas de grandes empresas do Rio, Niterói, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Os analistas de mercado circulam, incógnitos, pelas ruas da cidade e pela

prefeitura. Há outro motivo que os atraem - o tal poço de petróleo que estará sendo perfurado pela Petrobrás, em breve, provocando um enorme *boom* de progresso para o município. Todo o mundo deve estar preparado para isso (comprem terrenos agora, já, pois os preços vão subir como aconteceu em Macaé e Campos, como aconteceu em São José dos Campos, Taubaté e arredores). O progresso vem aí, com supermercados, shoppings, grandes centrais de material de construção, lanchonetes, restaurantes, etc.

Só se pode administrar o progresso andando no mesmo passo que ele. É preciso modernizar, atualizar.

Maricá, com 100 mil habitantes, vai sofrer grande transformação. Vai deixar de ser aquele município provinciano que me acolheu há 24 anos, com cerca de 35 mil almas, e água extraída de poços artesianos profundos. Maricá deixará de ser aquela cidadezinha bucólica, pacata, com estacionamento fácil ao longo das calçadas na área financeira e comercial.

As garças não mais pousarão no muro dos fundos de nossa casa. O progresso chegou.

O texto acima expõe a preocupação enfrentada por parte da população maricaense no espaço que está se modificando em função de crescente incremento econômico. Em instância *macro*, o Brasil teria vivido o mesmo questionamento durante a década de noventa, século passado, quando se debatia a incursão do país na perspectiva neoliberal. As economias nacionais deveriam “se adequar” às propostas de internacionalização e abertura desencadeadas pelas novas demandas do mercado global. Dir-se-ia que o fim da *Guerra Fria* e a legitimização dos EUA como pólo hegemônico mundial (o mercado venceu esta guerra) foram condições fundamentais que reordenaram o novo pensamento econômico.

Após a abertura política dos anos oitenta, o Brasil viveu a abertura econômica, quando a sociedade civil flexibiliza a legislação que “protegia” a indústria nacional (e as estatais). No bojo teórico do tema “globalização”, essa abertura modificou internamente a paisagem socioeconômica do território; além disso, impôs que o Estado brasileiro revisse suas estruturas, a partir do movimento das “reformas”. Os níveis inflacionários passam a ser controlados sob pressão cambial, elevando-se os juros básicos, reduzindo-se gastos públicos essenciais e privatizando boa parte das estatais. No plano socioeconômico, recessão e desemprego em massa foram os sintomas mais visíveis ao longo desse período (SANTOS, 1993).

Entretanto, tais mudanças não se fizeram de forma plenamente pacífica. Pressões políticas, *lobbies*, greves, questionamentos jurídicos surgiram para fomentar o debate social acerca da guinada neoliberal. Questões como *soberania nacional* e *cláusulas pétreas* são postas em pauta para debate social.

Visivelmente se percebe o confronto entre dois discursos: aquele que propõe uma

reformulação do que seja nacional, e o quanto o “nacional” é necessário; outro, que afirma a importância estratégica de se preservar a dimensão da máquina do Estado - expressão de conquistas sociais históricas. O discurso do modelo vencedor - o neoliberal - propunha o raciocínio de que em se alargando o circuito de concorrência, para âmbito internacional, os preços haveriam de cair naturalmente. O custo imediato desse programa foi o comprometimento da indústria nacional que, sem tecnologia suficiente, não pôde acompanhar o processo de concorrência (reduzindo custos para melhor adequação de preços no mercado). A alta sistemática da moeda americana e dos juros domésticos tem emperrado a participação da indústria brasileira no mercado neoliberal.

A inserção dos municípios como entes federativos autônomos, mais livres para se auto-regularem, surgiu no momento de abertura política (com a Constituição Federal de 1988), mas não tiveram fôlego financeiro para enfrentar a abertura econômica que sobreveio, logo em seguida. Com o processo federativo, os municípios sentiram o reflexo direto das demandas federais: viveram a mesma passagem do Estado à sua fase “gerencial”. As mesmas preocupações e semelhantes questionamentos passaram a circundar as órbitas do âmbito municipal. É nesse contexto que se insere a narrativa supracitada: o discurso desenvolvimentista vem atingindo os municípios e gerando a mesma sorte de conflitos entre os setores diretamente envolvidos. Comerciantes de Maricá denotam preocupação com certa “injustiça” e “desvantagem” que levam quando redes comerciais de grande porte, como as Casas Bahia, se instalam no local. Conforme relato de S., proprietário de uma loja de material de construção, situada no centro da cidade:

...É covardia. Ela [as Casas Bahia] chega dando formas de pagamento irrecusáveis. Dez, vinte, trinta prestações... O comércio local não tem condições de fazer a mesma coisa. Sabe o que vai acontecer? Mais desemprego. Mais desocupados. Mais assalto e violência...

O “princípio de pânico entre os comerciantes” observado no texto, pelo jornalista Mário Hora, não se trata de apenas medo infundado. A abertura econômica tem histórico de prejuízos em âmbito nacional ou em municípios vizinhos a Maricá. Entretanto, o jornalista aproveita para tranquilizar a população, pois, em se adotando “técnicas modernas de administração...” o ambiente estará mais propício a uma concorrência sadia, justa. Vê-se aqui a reprodução dos mesmos discursos de que se

utilizaram os mentores intelectuais da Reforma do Estado brasileiro, quando a “otimização de recursos” ressurge como o velho elemento positivista de “salvação”.

Com o melhoramento da Rodovia Amaral Peixoto, a integração de Maricá ao eixo dos municípios “desenvolvidos” tem sido questão de tempo. Ao longo de um processo histórico, que se iniciou com a construção da Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva), Maricá sofreu influências diretas da capital do Estado. Em 1952, o então governador Ernani do Amaral Peixoto autoriza a Viação Nossa Senhora do Amparo a explorar o serviço de transporte coletivo de passageiros entre Maricá e Niterói. Vinte anos depois, a empresa conta com frota de 30 ônibus, e na década de 90, informatizada, passa a dispor de 200 veículos, com 25 linhas municipais e intermunicipais. A viação também é responsável pela contratação de cerca de 800 funcionários: o segundo maior empregador da cidade, só perdendo para a Prefeitura. Mário Hora lembra que há “cogitações de dezenas de grandes empresas do Rio, Niterói, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo”, ressaltando a importância da malha rodoviária na manutenção do “progresso” na cidade.

Acolheu-se aqui o breve relato de R.A., que é morador de Itaipuaçu, distrito maricaense cogitado para local de instalação de “poço de petróleo que estará sendo perfurado pela Petrobrás”. A principal carência de Itaipuaçu, segundo R.A., é de transporte. O distrito é conhecido por abrigar muitas casas de veraneio, cujos proprietários se deslocam de automóvel e, mesmo assim, durante certas épocas do ano. A população local, portanto, sofreria desse abandono permanente pelo setor público. O transporte rarefeito do local limita-se a horários esparsos e conta com frota de veículos sem manutenção. A empresa (Nossa Senhora do Amparo) argumenta que a via principal, de terra batida, por não estar asfaltada, e se encontrar permeada de buracos, prejudica a mecânica dos coletivos. Há, portanto, ainda conforme R.A., certo conflito com os próprios moradores: entre os que são pelo asfaltamento e os que são contra. Aqueles apregoam os benefícios do asfalto, a chegada de “progresso”, enquanto estes profetizam o “fim do caráter tranquilo de roça do lugar.” R.A. se situa entre os segundos. Ele afirma que a insuficiência dos transportes e o problema da “chuva que alaga as ruas” são um mal menor, quando comparados à “invasão do comércio, da poluição, da violência...” Pesaroso, R.A. reconhece, entretanto, que a chegada do asfalto é “inevitável, ainda mais com a chegada da Petrobrás”.

Mário Hora profetiza que “Maricá deixará de ser aquela cidadezinha bucólica,

pacata, com estacionamento fácil ao longo das calçadas na área financeira e comercial”, como num exercício de autoconsolação (racionalização) frente ao inevitável. Afirma que “só se pode administrar o progresso andando no mesmo passo que ele”, substituindo subrepticamente o verbete “suportar” por “administrar”: recado aos leitores-comerciantes ainda não conformados com a idéia. Há nessa preocupação o discurso e a consciência naturalizada e difundida de que “é preciso modernizar, atualizar”.

Recentemente, o jornal O Globo, em matéria sobre os 30 anos de fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro (*A Crise dos 30*, pg.5, 13.03.05) se reporta à pesquisa do IBGE (2004), sobre *tendências demográficas*. Maricá participa do grupo de sete municípios que mais cresceram (dentre as 92 cidades do estado), perdendo apenas para Iguaba Grande (8,11%), Rio das Ostras (8,07%), Armação de Búzios (6,33%) e Cabo Frio (6,17%). Com uma taxa de 5,77%, Maricá desponta muito acima da média nacional de crescimento (1,64%), e da média regional, em relação ao Estado do Rio de Janeiro (0,75%). Num subtítulo da reportagem, lê-se: “Segurança e qualidade de vida do interior atraem cariocas, enquanto cidades como a capital e Niterói crescem abaixo da média nacional”.

Outro jornal que circula na cidade - *Jornal de Maricá* - no editorial intitulado “Parabéns, Maricá” alerta os candidatos à Prefeitura, no pleito de 2004:

Nosso município estará completando, neste 26 de maio, 189 anos de emancipação político-administrativa, isto é, deixou de ser paróquia de Maricá para se transformar em Vila, através de um alvará assinado naquele dia do ano de 1814. Desmembrava-se, assim, o nosso território dos termos das cidades do Rio de Janeiro e Cabo Frio. Privilegiado pela natureza, cercado pelo mar, pelas montanhas e por um sistema lagunar, até hoje os administradores que por aqui passaram não se deram conta de que com um pouco de boa vontade, coragem, competência e sobretudo visão do futuro, Maricá poderia estar hoje 50 anos na frente dos demais municípios que formam geograficamente a legendária e, por que não dizer, famosa Região dos Lagos. Ao contrário dos demais, Maricá está regredindo. É com tristeza que nesse dia de festas façamos tal afirmação quando o mais interessante seria escrever destacando conquistas que até agora não chegaram. Maricá cresce sim, negativamente. *Sua população aumenta a cada dia com famílias inteiras fugindo da violência urbana na Capital. Com isso, crescem os loteamentos e a cidade infelizmente está sendo favelizada com a cumplicidade do Poder Público. O nível de alerta está aceso...* [grifo meu].

Há nesse texto uma preocupação específica que se dirige ao tema da pesquisa em tela: alerta ao poder público quanto ao problema da migração para a cidade. Se o

“progresso” acaba chegando no bojo da inevitabilidade do que é “moderno”, com ele chegam também os diversos infortúnios já conhecidos de uma cidade grande (como o Rio), urbanizada, onde não se planejou suficientemente o seu crescimento: conforme a visão do editorial, um “crescimento negativo”, dir-se-ia *a face negativa do crescimento*, já que há também elementos positivos. O que se deseja é que o poder público assuma seu papel institucional de controle do crescimento urbano. Esperança vã, talvez, posto que o instituto da abertura econômica não veja com bons olhos a ingerência estatal nas questões estruturais – ao Estado caberia tão-somente, e no máximo, o papel regulador (daí a criação das agências reguladoras, no âmbito federal). O crescimento dos loteamentos, tornando Maricá uma cidade favelizada, é reflexo da tradição política, histórica, da maioria dos municípios: quando se tem a figura do homem público que distribui terras, lotes, em busca de votos e favorecimentos. Daí a preocupação do texto com a “cumplicidade do poder público”.

Os textos analisados sugerem dupla atenção para o processo de crescimento de Maricá. Por um lado, é preciso que a sociedade civil se organize para “se adaptar” às imposições da modernidade, solidificada com a abertura econômica dos últimos anos; o outro ponto se dirige ao poder público, para que assuma de forma contundente o controle sobre o crescimento do município, sob pena de, em poucos anos, a cidade se encontrar “desfigurada”, sem uma identidade, ou simplesmente estigmatizada. Ambos estão falando do êxodo urbano: no primeiro, a migração de empresas; no segundo, o movimento migratório de pessoas.

Em fevereiro de 2005, o jornal *A Gazeta Mercantil* divulgou o *Atlas do Mercado Brasileiro*, com a relação dos 300 municípios brasileiros mais “dinâmicos”. Maricá ocupa honroso segundo lugar, entre as noventa e duas cidades do estado do Rio, e o 76º, no *ranking* nacional. Não será preciso dizer que essas estatísticas servem para municiar politicamente o governo municipal, trazendo Maricá para a “vitrine” do estado.

Outro jornal local, de Maricá - *Grande Estilo: turismo e negócios* (Ano V, No 57 / maio de 2005), cuja circulação abrange vários lugares tão distintos quanto estratégicos, como a região *Costa do Sol*, a *Região dos Lagos*, os bairros *Tijuca* (Rio) e *Barra da Tijuca* (Rio), e *Grande Rio* - escreve em seu editorial, reportando-se ao 191º aniversário da cidade:

As belezas naturais e o progresso fizeram de Maricá o município mais cobiçado da Região dos Lagos, onde o crescimento vem respeitando a natureza. Obras de modernização do governo Ricardo Queiroz têm contribuído para dar ao município a certeza de que o turista virá a ser a principal fonte de capacitação de recursos nos próximos anos. Com a colaboração do estado, duplicando a Rodovia Amaral Peixoto e sem pedágio, Maricá ficou mais próximo da capital, Rio de Janeiro, deixando de ser uma cidade-dormitório, para se transformar numa cidade-residência. Maricá hoje é uma das preferidas entre as cidades turísticas fluminenses, com seus 45 quilômetros de litoral, lindas praias e um complexo lacustre interligado onde as montanhas e áreas verdes se confundem e conferem o município, todo o ano, um clima diversificado, permanecendo agradável.

Uma simples leitura, mesmo superficial, irá perceber nesse texto a presença de apoio político ao prefeito, ressaltando a bravura da cidade, e o precioso ambiente natural, que desponta como nova alternativa de turismo. Nele também se explicita a passagem de sua funcionalidade: deixando de ser cidade-dormitório, para se transformar numa cidade-residência. O editorial expõe a cidade de Maricá, como a distribuir peça publicitária do município em pontos-chave na cidade do Rio. Entretanto, nada do que se diz ali contém alguma forma de propaganda enganosa, já que a imprensa (principalmente o espaço do editorial) obviamente possui maior independência e liberdade de expressão, e por trás de uma narrativa caricata ou exagerada, os elementos subjetivos da descrição revelam “fundo de verdade” ou verossimilhança: a não ser quando no texto se reproduz o discurso eco-politicamente correto, com a fala “onde o crescimento vem respeitando a natureza”. Entendemos que tal afirmação, no caso, extrapole a realidade, tão grave o assunto da ecologia na atualidade; “respeitar a natureza” é ato que não costuma sobreviver fora de discursos e operações publicitárias. E, de fato, sabe-se que a cidade enfrenta graves problemas de poluição, especialmente no tocante às lagoas e ao sistema de esgoto, em geral, que têm conexão direta com o problema da escassez de água. No centro de Maricá, a CEDAE distribui água em três determinados dias da semana, para que o morador programe-se e encha as caixas d’água, administrando o líquido durante o mês. A qualidade da água, inclusive, está comprometida com o sistema de esgoto, e uma das atividades mais rentáveis daquela cidade é justamente o fornecimento de água potável, em galões de plástico. Outro problema bem visível, que se vincula à questão do desequilíbrio ecológico, é a praga dos pernalongos - reclamação comum do turista que chega pela primeira vez à cidade. Não é de se espantar a proliferação de farmácias e o comércio de cremes e pastas; numa mesma calçada, duas ou três drogeries dividem a clientela crescente.

Não se pode deixar de observar o esforço do jornal em publicar positivamente a cidade, projetando-a para captação de recursos no rentável setor imobiliário. A questão da ocupação do solo e dos loteamentos irregulares reproduz-se em Maricá como nos “estágios” iniciais de várias cidades que cresceram, sem que se desse tratamento adequado aos seus nós estruturais. A proximidade dessa questão com a política local de concessões de terras por favores eleitorais não se constitui ineditismo no estado, nem no país. Mas, daí a se apregoar uma postura ecológica - imagem sempre agradável para os olhos -, anunciando prática inexistente, certamente que se interpõe grande distância. “Belezas naturais e progresso”, conforme o texto, são a reprodução óbvia e utópica da promessa iluminista de potencialização de todas as forças positivas, como se a harmonização entre indústrias e meio ambiente fosse uma aplicação certa e imediata. Não se pode impunemente afirmar que a humanidade tenha apreendido o progresso (tecnológico), de forma equilibrada, sem reveses ecológicos. Ao contrário, o “progresso” tem-se mostrado como o principal predador das “belezas naturais”.

A lente da imprensa local mostra-se bastante receptiva à idéia de Maricá deixar de ser dormitório para ser residência. Ou seja, mesmo sem traçar apontamentos teóricos ou com maior profundidade analítica, a mídia tem se preocupado com a questão do *êxodo urbano*, especialmente em relação à cidade do Rio, e estimula a reflexão acerca das possíveis vantagens que tal movimento poderia oferecer à população de Maricá. Falta de dinheiro para circular e “fartura” de terras “ociosas” tornam-se elementos de equação sempre presente no município: vender terras, especulando na “alta”; e muitas vezes, uma família é “pobre”, mas possui seu “pedaço de chão” - geralmente resultado de ação de posse (ou usucapião), facilitada pelo jogo político. No crescente mercado de alugueis, aos poucos a população desperta para a oportunidade de alugar sua “segunda casinha”, na beira da praia ou próximo à lagoa, em períodos onde a demanda “explode” (carnaval, *réveillon*, feriados, verão, etc.).

Aliando-se a essa equação, está presente o interesse do *cidadão urbano carioca*, em quebrar a *continuidade* do seu estressante dia-a-dia, na capital. Ele vem na busca de sossego, de aventura, com amigos, ou para encontrá-los, e viver alguns dias de *bucolidade*; a mais ou menos uma hora da capital, ele tem a seu dispor praias com águas limpas, extensas faixas de areia e espaços folgados; ou viajando com a namorada, a noiva, em lua-de-mel, ou simplesmente sozinho, procurando solidão e contemplação: certamente um turismo mais econômico, se comparado com outras regiões tradicionais.

A prática reiterada dessa disposição ambiental e da necessidade turística como terapia, a partir de um turismo relativamente barato, construiria a cultura receptiva para o êxodo urbano, criando novos contornos de identidade e novas perspectivas quanto ao desenvolvimento territorial. Assim, Maricá reuniria fatores excelentes para o aproveitamento turístico, além de dispor de condições para a realização de atividades mais tradicionais; esse potencial foi auferido pelo *Atlas do Mercado Brasileiro* como elemento *dinamizador*, classificando o município como a segunda cidade mais dinâmica entre as noventa e duas cidades do estado.

## 2. O fenômeno urbano

Em sua obra - *Política*<sup>12</sup> - Aristóteles já se preocupava com a relação entre aumento do número de habitantes de uma comunidade e o espaço físico constante. Segundo o filósofo, haveria um limite "ideal" que, transposto, afetaria as relações entre esses habitantes e o "caráter" da cidade. A evidência de sua tese, vinte séculos depois, pôde ser melhor observada (LAËRTIOS,1977) quando do nascimento da modernidade, expresso nas formas rudimentares do mercantilismo, fase pré-industrial, que prepararam as condições para o crescimento das populações européias.

Não será dissonante afirmar que as figuras do *capitalismo*, da *industrialização* e do *urbanismo* tiveram, no *Século das Luzes*, o seu período apropriado de fecundação, legitimado como marco inicial de um projeto iluminista visivelmente manifestado. A produção de "inventos" e "descobertas" científicas, a exploração marítima, o crescimento populacional, diversos fatores solidificam, ao longo dos séculos, a construção do paradigma *racionalista* que tem, no conceito de *modernização*, o sentido de um processo "evolutivo". Mais tarde, no século XIX, o Positivismo de Comte trataria de estender esse paradigma às áreas de ciências humanas (WEBER, 1966).

A vinculação de *urbanidade* com *cortesia*, *civilidade* ou *afabilidade* revela o *quantum* de significados que passaram a orbitar os agregados "gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as idéias e as práticas que chamamos civilização" (WIRTH, 1987). Assim como *cidadania* está ontologicamente vinculada à criação das *cidades*<sup>13</sup>. O cidadão é aquele que adquire direitos e se obriga a deveres concebidos e legitimados historicamente, materializados na construção do espaço urbano das grandes cidades. Nessa perspectiva, as cidades podem ser percebidas como *aquelas unidades territoriais, sem as quais o processo civilizatório não se consumaria*.

No sentido inverso, *rústico* refere-se ao homem do campo, não suficientemente *socializado*, e por isso, um módulo opositivo a *cidadão*. A matéria-prima oriunda do meio natural está para o produto processado industrialmente, como o homem rústico está para o indivíduo da cidade, processado socialmente.

O sentido mais usual de urbanização será, então, apontado como processo de construção social delimitador de modernidade. A marca do urbano classifica o objeto que já se encontra composto de agregados tecnológicos: ele foi *beneficiado*, possui

valor artificializado, em poucas palavras, pode ser considerado uma *mercadoria* (ARENDR, 2002).

Se urbanização é processo de beneficiamento manifestado historicamente, urbanismo será um modo de vida (WIRTH, 1987). Aquela, um *modus operandi*; este, o *modus vivendi*.

Ainda segundo Wirth (1987), o modo de vida urbano é *descrito sociologicamente como consistindo na substituição de contatos primários por secundários, no enfraquecimento de laços de parentesco e no declínio do significado social de família, no desaparecimento da vizinhança e na corrosão da base tradicional da solidariedade social*. Mesmo que sua visão crítica sobre o *modus vivendi* urbano reflita naturalmente a condição pessoal de pastor protestante, sua caracterização sobre esse modo de vida não se encontra distante da maioria das análises sobre o tema; a questão urbana, como crise, manifesta-se como a própria crítica: na dificuldade de se materializarem os direitos do cidadão, ou de se ver aplicada a *cidadania*, reside a trama da urbanização.

A *ecologia* também tem feito esse papel, de sinalizar às forças urbanizatórias que determinadas linhas de projeto urbano podem resultar em mais prejuízo que melhoramento: daí a necessidade de se reverem os *graus de tolerância* do homem frente às imposições tecnológicas. Da mesma forma que produtos alimentícios (matéria-prima processada industrialmente) comportam um limite de tolerância para a ação de elementos químicos industriais no organismo humano (como, por exemplo, a *gordura hidrogenada*), a organização coletiva urbana (o meio natural processado industrialmente) necessitará de *controle de seu caráter tóxico*, sob pena de esse caráter desfigurar a essência da produção original.

Quando a sociedade começa a se organizar, por exemplo, para criar mecanismos híbridos (sociais e comunitários) de organização, ela pode recepcionar a figura do *policimento comunitário*, unindo a necessidade da presença da cidadania (*pólis* de *policimento*) e de formas *de contatos primários* (comunitários); ou seja, é preferível aos moradores do quarteirão de um bairro que eles conheçam a pessoa dos policiais que por ali circulam, e vice-versa: entende-se vantajoso à segurança pública do local que os policiais conheçam seus moradores, para que se tenha algum controle sobre possíveis conflitos e sinistros. Outras formas de *comunitarização* semelhantes também são cogitadas, como o programa governamental *médico da família*, sempre se considerando a propriedade de se aproximarem os serviços básicos da população, mas sob uma forma

híbrida, em que se preveja a instituição *social* articulada com dispositivos *comunitários*. A *comunitarização do social* se prestaria a amenizar o rigor deste último, inibindo seus “efeitos colaterais”. Na migração para uma cidade média - onde esses elementos ainda permanecem mais ou menos equilibrados, sem a sobreponência de um sobre o outro - não estaria a família migrante buscando realizar, como estratégia, uma nova perspectiva de vida? Se a família, em seu trajeto de êxodo urbano, constrói e combina esses elementos de *comunitarização*, não estaria a sociedade, independentemente da boa vontade política, livre para “recortar” o território segundo suas necessidades básicas?

O *modus vivendi* urbano não está confinado a uma região geográfica específica, como no caso das grandes cidades, das capitais e das metrópoles. Ele foi construído a partir desses lugares, porém, como paradigma, se estende ao longo do território; se é duvidoso que o projeto urbanizatório, em sua face propriamente dita, de “isolamento total do meio natural”, alcance o mais distante dos municípios de interior, na mais reclusa ruralidade, é certo que tais regiões são sistematicamente alcançadas pelos *mass media*. A televisão e o rádio, por exemplo, adentram-se com relativa facilidade, transmitindo, não apenas informação, mas a *formação* de um pensamento essencialmente urbano (idéias, padrões, concepções): o que abre espaço para lançar a possível tese de como a violência poderia estar invadindo o espaço rural.

Definir o espaço rural como *urbanizável* traz a mesma orientação paradigmática que define os países do chamado Terceiro Mundo como países *em desenvolvimento* (não haveria país subdesenvolvido, assim como não existiria espaço propriamente rural). Dessa forma, a mítica da urbanização alcança a forma “autoritária” do pensamento racional: uma vez que ela se torna irresistível eixo de atração, em torno do qual a sociedade vai se dispor, e de forma “natural”, “espontânea” (HORKHEIMER, 1990). Questionar a propriedade do processo de urbanização é propor que se reveja a legitimidade do sistema macroeconômico: questionamento reprimido à base do pensamento racional violento que não pode prever modelo alternativo a si próprio.

Se o urbanismo se estabelece em tais lugares, e neles tem sua excelência de ser, sua força não se restringe a limites físicos ou geográficos, mas se articula socialmente com a totalidade territorial, tamanha a extensão de seu raio de influência. É assim que, por exemplo, o Centro-Oeste brasileiro pôde recepcionar o *agrobusiness* - agricultura de alto investimento, destinada à exportação. Com base nesse movimento de expansão, a *linha americana* de sociologia rural (MENDRAS, 1969) afirmará o território como

espaço efetiva e naturalmente *urbanizável*, como urbanização potencial, enquanto a *escola francesa* conceberá os espaços *urbano* e *rural* como autônomos e independentes.

Nessa linha de estudo do urbanismo (WIRTH, 1987), são propostos os seguintes referentes:

- a) Quantidade de população;
- b) Densidade de população;
- c) Heterogeneidade de habitantes e vida grupal, que podem ser formuladas com base na observação e pesquisa.

a) Quantidade de população

Grandes números populacionais envolvem quantidade maior de variações individuais (diversidade). Um processo de interação social com elevado número de indivíduos aumenta a diferenciação potencial entre eles, multiplicando as relações sociais - o que atualmente poderia ser chamado de *interatividade*, e que foi analisado por Durkheim (1999) como *densidade moral*. O contrário se manifesta nas áreas rurais, onde se espera maior *homogeneidade* de características - aspecto que torna visível a capacidade do homem do campo em "fazer de tudo um pouco", ao passo que o homem urbano *especializa-se*. A diferenciação no plano laborativo é apenas uma das diversas distinções que vão compor os traços de um e de outro.

Max Weber (1974) reconhece que, do ponto de vista sociológico, grandes números de habitantes e a densidade do agrupamento significam *falta de conhecimento pessoal mútuo entre os habitantes, inerentes a uma vizinhança*. O aumento da quantidade populacional envolveria modificação no *caráter das relações sociais*.

Quando se diz que a cidade grande se caracteriza mais por contatos secundários do que primários, está se querendo observar a superficialidade das relações sociais, excessivamente intermediadas, principalmente pelo *setor terciário* (serviços). Entende-se que a *solidariedade social* tenha sido sistematicamente substituída pela utilização de serviços pagos (intermediados industrialmente), durante o processo de estabelecimento do espaço urbano. Sem o aporte tecnológico especializado, que garante a satisfação das

necessidades básicas por meio da intermediação dos serviços, os homens rurais estabelecem relação solidária entre si, muito menos tecnicizada e mais próxima da *coesão social*, simplesmente porque não delegam ao prestador de serviços aquilo que eles, reunidos, podem fazer (como no caso do *mutirão*), não se descartando a hipótese do sistema de troca primitivo (escambo), das cooperativas, etc.

No interior, enquanto era possível uma só pessoa acumular várias "funções", como no caso da *rezadeira*, que cultivava ervas, aplicava unguentos e com orações dirigia verdadeiros tratamentos terapêuticos de cura; além dos serviços costumeiros, os laços sociais podiam, dessa forma, ser realizados, equilibrando as redes de sociabilidade, como um todo, e fazendo estabelecer formas simples, mas eficazes de integração social. Ao contrário, no espaço urbano, o superficialismo, o anonimato e o aspecto transitório das relações ressaltam o caráter de *anomia* proposto por Durkheim (1999), quando explica as várias formas de "desestruturação social" que atuam numa sociedade emancipada tecnologicamente.

De 1940 a 1980, no intervalo de algumas décadas, o *quantum* populacional da relação urbano-rural, no Brasil, inverteu-se: 30% dos brasileiros viviam nas cidades, enquanto o meio rural absorvia 70% da população; no início da década de 80, as cidades passaram a comportar 70% da população, enquanto o meio rural era habitado por 30%. A qualidade de vida<sup>14</sup>, obviamente, por mais subjetivo que possa ser seu conceito, acompanhou a evolução do inchaço urbano, mas de forma *inversamente proporcional*: à medida que o espaço urbanizado se densifica, aumentando-se a população, diminui a oferta dessa qualidade, ou esta não acompanha o crescimento daquele espaço.

#### b) Densidade de população

Quando um dado espaço concentra elevada quantidade populacional, o foco da análise recai sobre o conceito de *densidade demográfica*. A ordem social, a organização do espaço físico e o controle urbano têm que dar conta de uma estrutura altamente *complexa*. O *boom* industrial traça, no ambiente urbano, um desenho de diversificações e diferenciações, criando universo

próprio, fértil, para a técnica da especialização. Buscando auxílio nas ciências naturais, Wirth (1987) faz importante analogia:

Conforme Darwin salientou para a flora e a fauna e conforme Durkheim notou no caso das sociedades humanas, um aumento numérico para uma área constante (isto é, um crescimento de densidade), tende a produzir diferenciação e especialização, pois somente dessa forma é que a área poderá suportar o aumento numérico. A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social.

Com a urbanização, consolida-se a *divisão social do trabalho*, dispendo o território urbano em áreas, segundo a determinação funcional do mercado: formam-se corredores específicos de produção, de consumo, de residência, de lazer, etc. O controle governamental serve-se da racionalidade administrativa para dar conta da ordem social, regulando rotinas e rituais urbanos, intermediando as demandas impostas pelo mercado, de forma a administrar as diversas áreas divididas.

Numa visão panorâmica, a densidade foi equacionada pela diretriz do *crescimento vertical*, fazendo as cidades crescerem "para o alto", na forma de prédios e arranha-céus, incrementando a especulação imobiliária. Pode-se dizer que o fenômeno da *favelização* no Rio de Janeiro também seguiu tal diretriz, resultando em crônicos problemas de habitação. O sistema viário igualmente se ressentia dessa verticalidade, posto que se mantinha sob limitação horizontal (rodovias, trilhos, hidrovias, etc.) constante, sempre ameaçando o trânsito com a possibilidade de colapso. Simulando esse processo, se uma casa abrigava família de cinco pessoas, ocupando espaço de 400 m<sup>2</sup>, por exemplo, com sua derrubada e a construção de edifício, passaram a viver "verticalmente" 500 pessoas no mesmo espaço constante. Ora, esse acréscimo de volume demográfico não encontra vazão no espaço horizontal; mesmo a projeção de pontes e elevados não satisfaz a demanda e não acompanham a velocidade do crescimento urbano. Congestionamentos são frequentes, previsíveis, e estimulam vários setores sociais a pensarem novas articulações entre os fluxos de trânsito urbano e a densidade aparentemente irreversível do espaço urbanizado.

### c) Heterogeneidade

A complexidade social surgida com a urbanização também motivou a complexidade das análises sociais. No vetor socioeconômico, surgem várias sub-classes (A,B,C,D,E...), aumentando-se a dificuldade natural de apreensão sociológica dos fatos urbanos (sociologia urbana). A diversificação de "tipos" humanos abre espaço para as ciências humanas que cuidavam das relações culturais (antropologia, psicologia, filosofia, etc.), fornecendo matéria-prima para se edificarem várias linhas de pensamento, de escolas acadêmicas, pois o espaço urbano criou para si *identidade* específica, autônoma, multifacetada. Como objeto de estudo, surgem as *populações urbanas*.

Wirth (1987) dirá que "devido aos seus diferentes interesses emanados de diferentes aspectos da vida social, o indivíduo se torna membro de grupos bastante divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento de sua personalidade" (WIRTH, 1987). Não será com dificuldade que a "antropologia pós-moderna" terá o trabalho de classificar a população urbana, identificando nesses grupos um *complexo de tribos* (tribos urbanas) - o que aproxima a tipologia à metáfora de *barbarização do espaço civilizado*. Embora o ambiente urbanizado se caracterize pela ação e postura *padronizadora*, ordenando o espaço social (principalmente o urbano) por meio de diversas leis e codificações - o que identificaria um impulso homogeneizador - a ambientação "cultural" se dispõe de crescente diversidade, cabendo várias tipificações da personalidade humana. A tensão entre as forças *homogeneizadoras* do projeto urbano e o ambiente cultural *heterogêneo* exprime uma das características da *alta modernidade* (GIDDENS, 1991).

Durkheim (1999) chama atenção, ainda sobre o fator demográfico, para o que denominou *densidade moral*: a proximidade física entre os homens aumentaria suas relações sociais, que se intensificam e se diversificam, resultando em maior *capacidade civilizatória*. À medida que aumenta o número de cidadãos de uma mesma cidade, circunscrito sempre a um espaço físico constante, aumentam as relações entre si e, paradoxalmente, eles devem se organizar de forma tal que determinado distanciamento seja mantido - base do individualismo. Quanto mais cresce a quantidade de relações,

mais estas se tornam complexas, e se acirra o *modus vivendi* individualista. Num ambiente desses, é bastante compreensível o *boom* da linguagem virtual, que opera sem as limitações do espaço físico; assim como, do conflito social, expresso pela violência, pode ser feita a leitura de que a falta de espaço certamente o estimularia. A criação dos *espaços virtuais*, se bem que auxilie tecnologicamente o homem na operacionalidade do seu dia-a-dia, não substitui plenamente a vivência do espaço físico. A crise urbana também se prestaria a denunciar a necessidade vital do homem por esse tipo de espaço. Se ela nos sugere que essa condição precisa constar no entendimento social (quicá jurídico, sob forma de lei que garanta o espaço físico suficiente para o cidadão), resta-nos saber se outra saída estaria à nossa disposição, que não fosse o tratamento matemático de “esvaziar o que está cheio, para se distribuir com isonomia ao longo do território”. Em outras palavras, como aplicação de política pública, não nos parece possível escapar de um tratamento de *desdensificação* territorial, no momento em que se deseja considerar a densidade moral proposta por Durkheim. Mesmo que os espaços virtuais nos auxiliem no momento histórico presente, a satisfação da necessidade por espaço físico deve ser investigada pela própria ciência que desenvolve a “virtualidade”.

A pressão numérica da população sobre os meios de produção, sobretudo no período das últimas décadas, quando a economia se retraiu, aprofunda o espírito de *concorrência e competitividade*, causando aumento do desemprego no espaço urbano (DUPAS, 1998). Uma massa considerável de trabalhadores urbanos pressiona as demandas do mercado, achatando salários e compondo clima favorável para o conflito social. Os centros urbanos, a partir da década de 90, não mais atrairiam a população emigrante do êxodo rural - fato que é lido pelo IBGE como *estancamento*, e que a presente pesquisa suspeita tratar-se do início de uma reversão de sentido do êxodo. Por outro lado, é preciso salientar que nos espaços rurais a rarefação de empregos se dá, não pela pressão demográfica - que lá não existe -, mas pelo processo de *automação* do campo, ou pelo viés da seca.

O meio urbano, portanto, ultrapassa os limites físicos, territoriais, quando requerido para conceituação sociológica (WEBER, 1974). Em 1994, a OCDE cria uma divisão de desenvolvimento territorial, buscando nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e uma elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais. Assim, o território representaria *uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que*

*desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico* (GRIMBERG, 1991).

O fenômeno urbano pode ser concebido como a materialização mais imediata do paradigma racionalista que possibilitou a construção da modernidade (BERGMANN, 1986). Ele reflete uma forma de pensar, de conceber o mundo, de se relacionar com o meio natural (mesmo que o isolando ou cooptando-o), de tecer relações entre os indivíduos, de compor identidades. A análise do fenômeno urbano confunde-se com a compreensão acerca da modernidade; urbanização e modernização misturam-se na análise, quando o grande tema da *civilização* se interpõe como indutor de um projeto para o mundo ocidental ou ocidentalizável. Da mesma forma, sem a construção física e teórica da *pólis* não seria possível perceber o mundo como processo político (ROUANET, 1993). Gênova e Veneza foram as cidades que acomodaram os primeiros tijolos da urbanização ocidental, quando da fase inicial do capitalismo (fase mercantilista). O comércio que ali se dinamizava já requeria do território as condições de *centralidade*, de matriz tecnológica, de racionalidade técnica, constituindo aquelas cidades como pólo emissor e receptor de "progresso". Concentração do capital, concentração populacional, concentração dos meios tecnológicos - o capitalismo não se desenvolveria sem a presença desses diversos tipos de "concentracionismos" que operam em conjunto.

Analisando a vida mental nas metrópoles, SIMMEL (1950) afirmará que:

A metrópole sempre foi a sede da economia monetária. Nela, a multiplicidade e concentração da troca econômica dão uma importância aos meios de troca que a fragilidade do comércio rural não teria permitido. A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados.

Uma cidade grande não se estabelece sem o caráter objetivo da *impessoalidade* que enxerga o mundo como conjunto numérico encaixado em determinadas funções. No campo jurídico, por exemplo, a impessoalidade é prevista no momento de racionalidade da Administração Pública, quando a sociedade a recebe como *princípio*, para legitimar o Estado de Direito moderno. A coisa e a causa pública não podem sofrer a "mácula" da intervenção personalizada, sob pena de afetar a virtude da justiça e da equidade social - da lisura jurídica, em outras palavras. A pessoalidade excessiva põe o ambiente urbanizado sob sério risco, ameaçando o retorno de uma vida rural, aristocrática, antidemocrática, anti-urbana.

Ainda segundo o autor, a antiga *pólis* teria o *próprio caráter de uma cidade pequena* (1950). A visão grega do déspota em seu próprio domínio doméstico faz sentido à medida que se evidencia a ameaça constante do inimigo, do bárbaro que rondava as portas de uma civilização nascente, e por isso ainda frágil. O aspecto militar do controle dos cidadãos entre si, de modo a se refrearem as individualidades, já denotava uma técnica de segurança, a bem da coesão social:

Isto produziu uma atmosfera tensa, em que os indivíduos mais fracos eram suprimidos e aqueles de naturezas mais fortes eram incitados a pôr-se à prova de maneira mais apaixonada. É precisamente por isso que florescem em Atenas o que deve ser chamado, sem ser exatamente definido, de 'o caráter humano geral' no desenvolvimento intelectual de nossa espécie.

Uma das características mais significativas da metrópole é "essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas" (1950). O problema da espacialidade, a carência de espaço numa cidade grande, pode ter servido de grande motivador para a criação e disseminação da *virtualidade*. A linguagem virtual dos computadores não surgiu noutra época, senão no momento histórico das concentrações urbanas, onde a economia de espaço é a primeira ordem. Há, portanto, três aspectos a serem considerados, no estudo do fenômeno urbano:

1. *Aspecto material*

As estruturas que dão a sustentação da economia, os meios de produção, a hierarquia das classes sociais, etc;

2. *Aspecto organizacional*

As estruturas comprometidas diretamente com a ordem pública e a organização coletiva, as instituições sociais, as relações entre indivíduos;

3. *Aspecto simbólico*

Conjunto de comportamentos, idéias e atitudes individuais e coletivas, a visão de mundo, etc.

O fenômeno urbano, sem dúvida, pode ser considerado um dos objetos mais inquietantes e difíceis de serem apreendidos cientificamente. Há mais complicadores que facilitadores, e poderemos considerar variadas formas de percepção e perspectivas.

Por exemplo: pode-se afirmar que a população brasileira - sua grande parte (80%) - se encontra efetivamente urbanizada? Ou seria mais apropriado se dizer que *efetivamente urbanizado* é o território (físico) brasileiro, e não sua população? Outrossim, estes seriam dados suficientes para se classificar o Brasil como um país urbano?

Dos aspectos elencados, o *simbólico* apresenta-se preponderante no recorte que pretendemos dar ao presente estudo do êxodo urbano. A família entrevistada enquadra-se no “perfil” de população urbano-carioca, classe média, com certo grau de formação intelectual; seu desprendimento em narrar e descrever a própria vida, seus projetos, sua visão de mundo, expressa o exercício de construção da sua *identidade*. Inserida no ambiente urbanizado, ela é tanto partícipe de um processo de *individuação* (o tornar-se indivíduo), quanto de um processo de *individualismo* (o tornar-se individualista). À falta de limites mais precisos de definição, pode-se dizer que o homem urbano confunde a *individualidade* com o *individualismo*; assim, o consumo desenfreado de mercadorias e produtos industriais, que bem caracteriza o ambiente urbano, assume a função de um processo de individualização: a liberdade caracterizadora do indivíduo se completa em pleno ato mercantil de consumismo; o indivíduo é “livre” à medida que pode consumir, no ritmo alucinado da cidade grande.

A família que se mudou para Maricá não está interessada em fazer parte de circuitos de consumo; foi exatamente pensando em distanciar-se o mais possível do consumismo, que ela formulou a idéia da migração. Essa postura social (que pode passar por *anti-social*) de renúncia revela que a família se posiciona contrária a um estado de coisas; ela passa a diferenciar-se, elaborando uma identidade social que traduza melhor seus anseios. Para os amigos da família, que permaneceram do Rio, a migração do êxodo urbano significa um conjunto de *símbolos* diferentes dos seus, aparentemente sem lógica, e com traços distintos. A *renúncia* da família, a esses amigos, se configura como *privação*. Eles não compreendem que, na visão da família, a renúncia dirigida a certos aspectos do mundo urbanizado pode significar uma boa estratégia. Na verdade, renúncia é artifício universal, onde todos, sob certas condições, têm ao que renunciar: como o homem urbano que renuncia ao meio rural.

Na cidade do Rio, a *sociabilidade* se distinguiu (em relação a outras cidades) com destaque, pelo fato de sua *geografia social* dispor os cidadãos, e as classes econômicas, em uma espécie de “mistura”. Essa particularidade do modelo de segregação (RIBEIRO, 1997) faz o Rio se diferenciar de cidades como Buenos Aires, Santiago do

Chile e Chicago, onde a “pobreza foi totalmente isolada, territorial e simbolicamente” (1997). Nesse contexto, é possível que favelas e condomínios de luxo façam parte da mesma vizinhança, e que ricos e pobres construam *redes de sociabilidade*, no bojo de uma perspectiva de forte apelo cultural. Segundo Ribeiro (1997), todas as classes econômicas e sociais participam do mesmo ambiente projetado pela urbanização, realizando “uma espécie de laboratório de produção cotidiana da compaixão e da simpatia e, em alguns casos, da solidariedade social”.

Entendemos que essa carga simbólica, construída há séculos no espaço urbano das cidades, seja importante e crucial para se entender a passagem da família entrevistada: que novos arranjos, em sua relação com esses símbolos, seriam possíveis no novo ambiente de vida? Como poderão ser produzidas as novas formas de *solidariedade social*, uma vez que a família migrante levará suas experiências de vida da cidade grande para seu novo *habitat*? Que apropriações sociais do conceito de urbano serão possíveis para a família migrante? Como se perceber a “nova” identidade social em construção?

### 3. Rio de Janeiro: encantos e desencantos

Fundado em 1565, entre o morro Cara de Cão e o Pão-de-Açúcar, o município do Rio de Janeiro ocupa uma área de 122.131,21 ha e conta hoje com população de aproximadamente 5.852.000 habitantes (IBGE, 2000).

Pode-se afirmar que os primeiros contornos de urbanização na cidade começaram em 1567, quando foram edificadas a *Casa dos Governadores da Capitania*, a *Casa da Câmara*, a *Cadeia Pública*, assim como a *Igreja de São Sebastião*, os *Armazéns do Rei* e o *Colégio dos Jesuítas* (inaugurado em 1573), na localidade conhecida como *Morro do Castelo* - que hoje é o bairro homônimo, no Centro do Rio.

O litoral norte da cidade era o mais abrigado e o preferido para a localização de trapiches e casas ao longo das praias e do alinhamento montanhoso *Conceição-Providência*. Na Zona Sul, os bairros da Gávea, Botafogo, Catete e Laranjeiras se desenvolviam com a proliferação das *Casas de Chácara*.

Segundo SISSON (1986), a urbanização inicial do Rio procede de dois marcos instauradores de centralidade, a partir e em torno dos quais cresceu o restante do município. Os *marcos religiosos*, extensão do espaço ritual, trouxeram o impacto da influência lusa, pela ação de beneditinos e franciscanos, construtores de igrejas (morro de São Bento e de Santo Antônio), dos Jesuítas, no Castelo, e com o *Palácio Episcopal*, no Morro da Conceição. Os marcos religiosos litorâneos são localizados ao longo da extensão entre São

Cristóvão e Glória. Os *marcos seculares*, que contribuíram para formalizar a centralidade político-administrativa, representam-se pelos armazéns, pela *Casa da Moeda*, pela *Casa dos Governadores*, já nos idos de 1743 - espaços localizados no *Largo do Paço*, até então conhecido como *Largo do Carmo*.

Em 1763, transfere-se de Salvador para o Rio a capital do Vice-Reino, ampliando o caráter de centralidade. A *Casa dos Governadores* é transformada em *Paço dos Vice-Reis* (o mais influente prédio do poder civil da colônia), sendo acrescida de um pavimento com doze janelas. Até o início do século XIX, medidas urbanísticas incluíram melhorias na iluminação pública, aterro de pântanos, construção de pontes, etc. O *Passeio Público* é construído pelo Vice-Rei Luiz de Vasconcelos - obra inovadora de urbanização e saneamento, destinada ao lazer da população.

Com a vinda da Corte, o processo urbanizatório acelerou-se, estabelecendo no

município mais de quinze mil habitantes, oriundos de Portugal (fidalgos, funcionários, criados, militares). O Paço e prédios vizinhos abrigavam o Príncipe Regente, a família e as comitivas, enquanto o mosteiro de São Bento alojava fidalgos e servidores imediatos do rei.

BORJA (1995) ressalta a importância das *áreas centrais*, no estudo dos fenômenos de *centralização, descentralização e recentralização*. Outros autores, como SOJA (1994), preferem a perspectiva das chamadas *novas centralidades* - onde se observa uma "passagem de metrópoles monocêntricas para metrópoles descentralizadas". A preocupação com a perspectiva entre áreas centrais e periferia tem sido uma constante entre críticos e analistas da urbanização brasileira.

Assim, pela análise desses cenários "pós-urbanos", em que a forma clássica de centralidade dá lugar a uma centralidade mais diluída, podemos fazer a leitura sintética de que a questão do urbanismo é *menos determinada pelo espaço físico e cada vez mais concebida como um modus vivendi*; o ideal urbano extrapola os limites conceituais de perspectiva espacial ou de densidade demográfica, para vincular-se a uma forma de concepção de vida, transportando o caráter da centralidade original para áreas periféricas (onde o projeto urbano não consegue se *interiorizar* geograficamente ele se *introjeta* como forma de consciência individual e coletiva).

Entretanto, essas novas lógicas acabam reforçando o papel das áreas centrais das *idades globais*: quanto mais globalizada a economia, maior importância tem a área central, e quanto maior, mais poderosa e competitiva for a região central, mais competitiva e poderosa (global) será a cidade. A diluição de tais centralidades não ocorre, entretanto, sem o acirramento do conflito das forças centrípetas e centrífugas, ora centralizando o poder tecnológico, financeiro, econômico, no "ponto central", ora permitindo movimentos de descentralização.

Na relação da cidade do Rio com o estado, dá-se o mesmo: o poderio tecnológico, cultural, jurídico do centro do estado explicará, em grande parte, a questão do interesse de alguns setores cariocas apoiarem a *desfusão*, desfazendo-se do peso (sobrecarga) das noventa e uma cidades restantes. A figura do progresso que se vincula à urbanização permanece ativa, mesmo que o projeto urbanizatório tenha se emancipado de seu propósito inicial, que era o de *se universalizar* materialmente.

A área central do município do Rio de Janeiro corresponde ao seu centro histórico, desenvolvido desde o século XVI até o XIX, renovando-se ao longo do século

XX. Segundo a Professora Lilian Fessler Vaz<sup>15</sup>, o desenvolvimento dessa centralidade se deu em pelo menos três fases:

1. Ocupação e dominação do meio natural (século XVIII a XIX);
2. Renovação urbana (de 1900 a 1970);
3. Revitalização urbana e preservação (de 1980 a 2000).

A centralidade numa cidade grande como o Rio de Janeiro pode ser observada a partir de planos concêntricos: há um centro emissor e receptor de cultura, de finanças, de idéias, etc. que delimita o espaço urbano, no município, mas a própria cidade é centro do estado - unidade administrativa mais conhecida como *capital*. A disposição geográfica moderna de *capital como o centro*, o *locus* principal do território, reflete a “evolução” do próprio sistema capitalista, que entendeu apropriada a concentração das funções de controle jurídico-administrativo, de pólo econômico-financeiro, de estação de emissão-recepção de cultura e repositório tecnológico.

O capital, para se concentrar, impôs concentrações complementares: da população, dos meios de produção, dos recursos financeiros, das unidades administrativas principais, da terra. Funcionaliza-se o território, erigindo aqueles pontos historicamente dotados de centralidade como a *cabeça* do território (*capital*) e relegando o espaço restante como o “resto do corpo” (as áreas rurais, por exemplo, em função do êxodo rural, forneciam “braços” para o trabalho físico ordenado racionalmente pela *capital*).

Conforme Queiroz (1978):

O camponês traz à cidade os produtos que consome; por sua vez adquire na cidade produtos desta. Porém, esta complementação econômica se subordina a uma dominação política: a cidade age como um poder central [grifo meu], existindo no povoado ou no grupo de vizinhança um representante dela, que pode ser um cidadão ali integrado ou um camponês que adquiriu conhecimentos citadinos ou, mesmo, líderes camponeses para tanto habilitados.

O fenômeno do êxodo urbano reverte a lógica dos pontos centrais, redesenhando as relações que as diversas regiões de um mesmo território têm entre si. A incursão, por exemplo, de uma instituição como o Poder Judiciário, ao interior do estado, por meio de unidades descentralizadas (varas federais), reflete a necessidade de interiorização do

próprio Estado: porque o êxodo para as áreas menos urbanas ou rurais do interior não é somente de humanos, mas dos diversos valores sociais agregados, positivos e/ou negativos. Existe ainda o estímulo de empresas privadas, em busca de compensações fiscais e mão-de-obra mais barata; é sabido que a globalização possibilita novos arranjos na cadeia produtiva, permitindo, por exemplo, que a matéria-prima seja retirada de um país, processada em outro, e distribuída em terceiros, ou seja, o pensamento linear das “centralidades” não é mais determinante no setor privado. Conforme declara o Ministro Edson Vidigal, inaugurando varas federais no interior do estado do Maranhão<sup>17</sup>:

Esse processo de interiorização é uma resposta ao crime organizado que tem fincado suas bases no interior. Levamos para lá a presença do Estado, pois além da Justiça Federal, seguem a Polícia Federal e a Receita Federal.

### 3.1 O encantamento de uma cidade

Há vários epítetos para se classificar o município do Rio de Janeiro, sendo o mais conhecido aquele que se refere como *cidade maravilhosa*, consagrado em diversos tipos de música e na arte, em geral. A mítica do carnaval identifica o Rio como *cidade do carnaval* ou *cidade do samba*, garantindo irresistível apelo de *marketing* na sua constituição como pólo turístico. Já em 1565, com a expulsão dos franceses e restabelecido o domínio português, Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, conferindo-lhe o epíteto de *Mui Heróica e Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. A vinculação de São Sebastião ao marco de fundação da cidade deve-se à “lendária” intervenção do santo, quando intercedeu junto a Portugal para derrotar os franceses, na Baía da Guanabara.

Ao longo de sua história, o Rio de Janeiro consolidou sua “vocaçãõ” turística, marcada pela presença de ambiente natural rico em belas paisagens, serras, montanhas, praias e lagoas - além de ser reconhecido como a cidade que abriga a maior floresta urbana do mundo. Entretanto, há diversas razões para a classificação da cidade como *cartão postal do país* que refutam a idéia de “vocaçãõ” - confirmando que o caráter vocacional pelo turismo seja mais uma *construçãõ coletiva* do que propriamente e apenas um “destino”.

No início do século XVIII, o Rio de Janeiro era uma das cidades mais cobiçadas

na Europa, devido à extração do ouro - perspectiva de vantagem sobre o estado de Minas Gerais, dada a facilidade de escoamento da zona portuária de uma cidade litorânea. Em 1763, transfere-se de Salvador para o Rio a capital do Vice-Reino. Em 1815, o país se tornava *Reino Unido ao de Portugal e Algarves*, e a cidade passou a abrigar a Corte de D. João. Na construção da sua imagem como *pólo turístico*, esses fatos históricos foram de suma importância, pois auxiliam fornecendo à cidade do Rio destaque histórico perante outras unidades federativas.

Se tais fatos legaram os traços da construção do Rio como cidade turística, é a partir do modernismo do século XX que se consolida essa imagem. Tal período é demarcado por diversos *fatos culturais*<sup>18</sup> : a edificação de monumentos, o maior estádio de futebol do mundo, o charme das praias, a bossa-nova, a Garota de Ipanema, o carioca way of life, a mítica da malandragem, o carnaval<sup>14</sup>, a rede hoteleira, as casas de shows e diversão pública, ECO-92, a CIMEIRA, o *Rio Convention & Visitors Boureau*, etc. Atualmente, e apesar da imagem “arranhada” em noticiários internacionais (em virtude da violência), a cidade do Rio articula-se para recepcionar eventos esportivos como os jogos Pan-Americanos (2007) e as Olimpíadas. Produto da indústria que mais cresce em todo o mundo, o turismo constitui-se como processo “construído para produzir resultados racionalmente estabelecidos” (PEREIRA, 2003).

Em 1906, o Presidente da República Rodrigues Alves passa a faixa presidencial a Afonso Pena, observando ao sucessor que o Rio de Janeiro “remodelado e saneado” tratava-se de uma *cidade maravilhosa*. A reforma urbana (1903-1906) sustentou-se no tripé *saneamento - abertura de ruas - embelezamento*, com o fim de atrair capital estrangeiro. Buscava-se enquadrar a cidade em padrão arquitetônico mais condizente com o porte de uma cidade-capital. O governo federal assumiu as obras de saneamento, a modernização do porto, a abertura das avenidas Central e do Mangue, enquanto a Prefeitura se encarregava do embelezamento de logradouros públicos. A partir desse momento, o solo urbano da área central passa por intensa valorização, atingindo em cheio o ordenamento residencial da área: cerca de 1.600 velhos prédios residenciais são demolidos, fazendo muitos moradores partirem para a Zona Norte e demais subúrbios. Parte dessa população resistiu à migração para as periferias, criando nova modalidade de habitação popular - a favela. O relatório de uma comissão nomeada pelo governo federal da época, para tratar do assunto, refere-se ao *Morro da Favela* (atual Morro da Providência) como “pujante aldeia de casebres e choças, no coração mesmo da Capital

da República, a dois passos da Grande Avenida”. Assim, a Reforma Urbana, do início do século XX, define a *passagem da paisagem colonial para a paisagem burguesa*, moderna, acompanhando a evolução dos motivos de modernização européia.

Recentemente, o jornal inglês *The Independent*<sup>18</sup> noticiou que o Rio de Janeiro seria a *cidade da carnificina* - o que foi lido pela mídia brasileira e pelos agentes políticos, de um modo geral, como exagero. Na guerra das proporções - difícil é se dimensionar o problema - diversos segmentos sociais parecem concordar com o fato de que esta cidade se encontre realmente sob assustadores índices de violência, mas que não chegam às estratosferas da barbárie, como o jornal inglês procurou mostrar, devido ao elevado número de homicídios. Em meio a interesses privados (patrocinadores) que circundam os meios de comunicação, a imagem da cidade do Rio toma formato caricatural, ficando à deriva das forças econômicas e políticas interessadas na sua apropriação. Simultaneamente ao noticiário que veicula momentos de guerra civil, com apreensão de *bazucas a laser* ou *minas terrestres*, a televisão pode desfilir uma ensolarada propaganda acerca das vantagens do turismo no Rio, com direito a visões de “plano geral”, onde as virtudes são realçadas e os problemas, minimizados.

Amêndola (1998) observa que na fase avançada do capitalismo (neoliberal, globalizado) está "declarada a disputa entre as cidades para se tornarem espaços atraentes desse capital transnacional e volátil". Há um fluxo internacional de capital no qual as cidades precisam estar inseridas; para se adequarem a princípios mercadológicos, elas necessitam "tornar o espaço urbano mais atraente, baseando-se na flexibilização das leis de uso do solo..." As cidades passam a ser administradas como grandes empresas (empreendimentos), expressando as novas orientações da administração pública de um *estado gerencial*. O neoliberalismo retira a função de *bem-estar* do Estado (wellfare state), reconfigurando-o como *agente regulador*: ele apenas trata de ordenar a lógica da administração, deixando a lógica do mercado a cargo do próprio sistema privado.

Para dar moldura a esse novo papel do Estado, as cidades vêm sofrendo intervenções urbanas sob a forma dos chamados *Planos Estratégicos das Cidades*. Os PECs têm o objetivo de *redinamizar a economia local*, propondo-se forma *participativa* na elaboração dos planos. Os planos estratégicos para a cidade do Rio, nas últimas décadas, inspiraram-se nos PECs desenvolvidos para a cidade de Barcelona, ao sul da Europa, que já sediou as Olimpíadas (em 2002), usando de *marketing* para captar

investimentos que resultaram em grandes transformações na dinâmica produtiva e infraestrutura urbana daquela cidade (telecomunicação, saneamento, transportes, lazer, hotéis, empresas de turismo). Entretanto, o "modelo Barcelona" de ordenamento urbano deixou a cidade refém das grandes empresas, relegando ao poder público considerável custo social. Barcelona, assim como o Rio, integra o CIDEU - Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano: associação entre cidades que tem por objetivo impulsionar as cidades-membro à realização de planos estratégicos urbanos, como instrumento de ordenamento futuro das cidades.

A construção de uma imagem para o Rio - *cidade encantadora, encantos mil, cidade maravilhosa* - passa por um padrão de intervenção urbanística, que é de "natureza simbólica... recriada a imagem da cidade, transformando o imaginário social, para conduzir a uma nova percepção capaz de colocar a cidade no circuito das capitais do turismo internacional... torna-se um produto a ser vendido e deixa de ser um espaço de política e construção da cidadania. A lógica da cidadania é substituída pela lógica do mercado" (AMÊNDOLA, 1998).

Em julho de 2001, o parlamento federal brasileiro aprova o *Estatuto das Cidades* (Lei No 10.257), que é o conjunto normativo de regras que buscam materializar o *direito à cidade* (LEFEBVRE, 1969): direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações - conforme dita a própria instância legal. Tal regramento é regulamentação do ditame maior da Constituição Federal que, logo em seu artigo primeiro, enquadra *cidadania* no rol dos princípios fundamentais, ao lado de *soberania*, de *dignidade da pessoa humana*, dos *valores sociais do trabalho e da livre iniciativa* e do *pluralismo político*.

O Estatuto das Cidades é resultado institucional do antigo ideário da Reforma Urbana, presente desde o início do século XX, e tem como base a preocupação com a precariedade das condições de vida da população. O processo urbanizatório brasileiro "elevou drasticamente a demanda por empregos, moradias e serviços públicos nas áreas urbanas, que já abrigam quatro em cada cinco brasileiros" (CHAFFUN, 1936). O Estatuto e o ideário da Reforma Urbana apontam, como princípios fundamentais, na execução de seus projetos:

- a) O direito à cidade e à cidadania;
- b) A gestão democrática da cidade;

## c) A função social da cidade e da propriedade.

Concluimos que as administrações da cidade do Rio de Janeiro têm dependido diretamente do capital das grandes empresas interessadas em explorar a “vocação” turística, mas se ressentem da articulação política em torno de um projeto de auto-sustentabilidade, onde se valorize principalmente o capital produtivo e a mão-de-obra da população local. A apropriação do Rio como espaço *encantado* depende da caracterização socialmente construída, que aproveita o *turismo* como atividade econômica fundamental. Ao estado de São Paulo, por exemplo, publicitariamente se vincula a imagem de *motor do país*; enquanto um espaço se articula para captar recursos dos *setores de turismo e lazer*, o outro, aparentemente privado de um meio natural igualmente generoso, busca explorar a imagem do *produtor*, do tipo humano *trabalhador*, industrial.

Na elaboração do Estatuto das Cidades se está pensando em prazos de médio e longo alcance, portanto, trabalho árduo de metas e projetos a serem realizados e visando à auto-sustentabilidade; enquanto que a visão “catalã” de cidade globalizada, em função do turismo, reporta-se à imediatividade de projetos, à captação de capitais voláteis e à preocupação excessiva com os holofotes internacionais. Esta última depende do tratamento simbólico de *encantamento*, para vender uma imagem mitificada da cidade ao mundo.

Obviamente que, com “construção de imagem”, não se está informando um processo absoluto de *artificialização*. A cidade do Rio possui realmente atributos que corroboram parte de seus epítetos nacionais e internacionais; é inegável que ela possui contornos específicos de um *resort*, como é o caso de *Miami* (EUA), sempre se valendo dos ingredientes de *sol, praia e diversão*. Esta imagem construída opera a favor de uma forte correnteza: o mito da *ecologia*, que arrasta todos os discursos em prol da unanimidade politicamente correta. Mesmo urbanizado, o município do Rio de Janeiro mantém intacta certa característica rural, pelo entorno de encostas, morros, praias e lagoas; esta *ruralidade residual*, quando se relaciona com as orientações urbanizatórias, criando cultura e identidade próprias, põe a cidade no *ranking* das mais “completas”, posto que nesse espaço a convivência social se dê com muita diversidade de pensamentos e “tipos” humanos habitantes de uma terra onde a natureza ainda resiste às forças civilizatórias que envelheceram a Europa. O fascínio do turista, principalmente o estrangeiro, estará sempre vinculado à própria história, que um dia revelou ao velho

mundo as belezas e riquezas do novo; eis a recorrência do mito edênico, consagrado nas bandeiras de colonização do cristianismo.

Entretanto, a mancha da violência urbana, que afasta da cidade os caracteres de “paraíso”, somente é neutralizada simbolicamente, sob forma de publicidade massiva direta ou indireta (como no caso das novelas *for export*). O noticiário, em todo o mundo, registrando a “realidade”, assemelha-se a uma *contrapublicidade*, revelando ao mundo do turismo como o “paraíso” vem sendo sistematicamente atacado e tomado pelos anjos caídos do tráfico de drogas e do terrorismo. Do processamento de todas essas forças - e nunca esquecendo o interesse do capital - resultará o conjunto de características mais ou menos compatíveis que compõem a imagem “acabada” da cidade.

De 1763 a 1960, como capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro recebeu *status* administrativo especial e era a mais rica do país. Juntando-se a isso o pródigo patrocínio federal, pode-se afirmar que o município era capaz de assegurar a seus residentes infraestrutura bem desenvolvida e serviços sociais de alta qualidade (saúde, educação, moradia, segurança pública).

Em 1975, porém, o Rio perde seu *status* especial de Estado da Guanabara, e se inicia a década “perdida” - anos oitenta - período de estagnação da economia, com a escalada da pobreza e do crime, com a deteriorização dos serviços públicos. Nos anos noventa, aberta a economia às orientações neoliberais e sem a abundância de verbas federais, o governo municipal é pressionado a desempenhar o papel de promotor do crescimento econômico na cidade e no apoio ao governo estadual, no que tange à segurança pública. Em 1900, um em cada dois habitantes de cidades brasileiras vivia no Rio, e até 1956, o município ultrapassava São Paulo, como força econômica - o que demonstra transformação profunda no mapa socioeconômico da cidade, nas últimas décadas.

Pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo, da EMBRATUR, no *Estudo da Demanda Turística Internacional de 1998*, buscaram compreender que fatores causavam maior repulsa ao turista, quando este se dispunha à estada no país. Para surpresa geral, o item *violência* ficou em 3º lugar (9,8%), perdendo para a maior preocupação dos visitantes - *limpeza pública* (14,4%), e a segunda - *sinalização turística* (12,3%).

Embora esse quadro não torne efetivamente a violência urbana um item secundário, optou-se no trabalho em tela pela definição de violência como objeto mais

abrangente, próximo à forma como se conceitua em perspectiva jurídica: *constrangimento físico ou moral*. Diremos, então, que a violência já se iniciaria com a falta de limpeza pública e de sinalização turística - que são violações da cidadania, violações perpetradas no espaço “cidade”. Neste caso, se o turista é alcançado pela cidadania - pois ela tem universalidade -, também o é pela *violência*, já que a falta de cidadania expressa *violação* de direitos (universais).

Assim, aqui enquadraremos violência muito além dos fatos criminosos, pontuais e estatísticos (dados quantitativos), mas como elemento antigo e mais intangível do que geralmente se supõe; ele implica um complexo de relações (culturais, históricas, sociológicas, filosóficas, psicológicas, etc.) que se esforça por achar sentido na série ininterrupta de atos bárbaros, como o terrorismo, justamente agora, quando a ciência consagra a plenitude de seu saber iluminado, e a *razão* tem de conviver com a falência de um projeto civilizatório, como a promessa de libertação não cumprida.

Compreendemos que a urbanização - pelo menos a que se refere ao caso - seja ela própria ato de violência original, de *violação* (intervenção) do meio ambiente natural. O espaço urbano é essencial e “naturalmente” violento ou comporta elevados graus de violência, em se comparando com outros ambientes como, por exemplo, os meios rurais, mesmo que reconheçamos a violência rural tão antiga quanto à urbana, ou mais, posto que urbanização seja fenômeno relativamente recente, contemporâneo da modernidade. Portanto, aqui adotaremos o recorte da violência como possível fator de repulsão de certo segmento social e urbano; não só a violência propriamente dita (homicídios, seqüestros, lesões, balas perdidas etc.), mas o *conjunto de fatores urbanos, estruturais, que violam os princípios básicos da cidadania engendrados pela Constituição Federal e regulamentados pelo Estatuto das Cidades*. Nesse sentido, por exemplo, estaremos elencando o *congestionamento de veículos*, em vias públicas, como um dos sinais da violência - logo, fator de repulsão no momento em que se decide buscar a vida em outra cidade, onde as vias são mais “livres”.

As estatísticas sobre violência urbana, no Rio de Janeiro - que não tem o alcance do conceito de violência ora adotado - não são animadoras, como é do conhecimento público geral. Segundo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário de segurança do Estado do Rio, professor da UERJ, 558.715 cariocas<sup>19</sup> vivenciaram, direta e indiretamente, experiências violentas. Significa a ocorrência de mais de um crime grave por minuto ou a marca de quinze homicídios diários, com que o Estado do Rio convive há vinte anos.

A questão é tão grave socialmente que "a impressão provocada pelo tamanho do desafio é tão desproporcional às nossas forças, que não conseguimos nem mesmo abordá-lo, isto é, descrevê-lo de um modo ordenado - o que seria o primeiro passo para identificarmos o que é prioritário, em meio ao oceano de dificuldades, definirmos uma metodologia de enfrentamento e - quem sabe? - uma estratégia, se não a solução, pelo menos de relativo controle". A dificuldade de reflexão e proposição públicas reside justamente nos dados *qualitativos*, que não são números ou gráficos, mas a *análise* sobre essa matéria-prima.

Conforme salienta Bicalho (2003), a cidade do Rio de Janeiro convive com a violência desde sua fundação, talvez mesmo antes do próprio "descobrimento" do Brasil, com o *Tratado de Tordesilhas*. Nessa época, pelo menos em duas ocasiões é possível se detectar a presença da sensação coletiva do medo, resultante de violência humana: a possibilidade de invasão de embarcações estrangeiras, em principal, de piratas franceses, e de contágio de doenças trazidas pelos navios negreiros vindos da África. Ao avistarem velas francesas, próximas do litoral, moradores da cidade "enviaram suas mulheres e filhos, além de boa parte de seus bens, para fazendas no interior [grifo meu], com medo de um saque por parte dos franceses". A partir de 1798, influenciadas pelas revoluções burguesas, as elites coloniais passam a temer o inimigo interno, quer dizer, as forças capazes de se articularem em função dos ideais de libertação nacional. Negros, escravos libertos, quando se juntavam para realizar cultos africanos, também invocavam o sentimento de medo: na gênese da violência na cidade do Rio, o tráfico negreiro<sup>20</sup> e a escravidão marcaram as relações pessoais, assim como as institucionais.

Por força das limitações de espaço, a imprensa tem se referido à violência urbana com reportagens sintéticas, sem o tratamento analítico adequado para uma questão bem complexa. Contudo, se a mídia contribui para o "encantamento" da cidade, ela também serve de fonte documental, quando apresenta, por exemplo, como elemento de *desencantamento*, o depoimento da pensionista Valdira (O Globo 13.04.03 pg. 19), ainda assustada com a "bala perdida" que invadiu seu apartamento, na Glória:

É muita sorte eu estar viva. Poderia ter morrido de repente. Tenho vontade de ir embora para bem longe e só voltar quando essa vergonha acabar.

Na mesma reportagem, Alfredo Lopes, Presidente da Associação da Indústria

Hoteleira (ABIH), observa que a transferência do congresso da ONU, marcada para junho de 2004, do Rio para São Paulo, denota a insegurança que os representantes da organização manifestaram, em função dos noticiários. O professor Jairo Rocha de Faria, 31 anos, mudou-se para Petrópolis, após ser seqüestrado no Norteshopping (O DIA 15.04.03 pg. 11), em março de 2000, por três homens que haviam acabado de assaltar o restaurante Rei do Bacalhau. Como resposta à imprensa, Hélio Lopes, diretor do condomínio da EGEC (administradora do shopping), explica que "esse foi um caso isolado", repetindo o que costumam dizer as autoridades policiais, frente a tais episódios.

O psicólogo Carlos Santiago Ribeiro, pai da estudante Gabriela, morta nas escadarias da estação de metrô São Francisco Xavier, no bairro do Maracanã, revela que a filha "queria exercer a profissão [de veterinária] aqui. Adorava a natureza do Rio e tinha muitos colegas", mas que o sonho dos pais era "abrir uma loja de animais no interior do Rio" - sonho não compartilhado pela menina (JB 25.03.03 pg. C1).

Lembrando o caso da jovem Gabriela, a estudante Vanessa Farah Ferreira da Silva, 17 anos, afirma que "está muito assustada" e, assim que puder, se muda do Rio, pois "aqui, a morte pega a gente de surpresa". Ela ilustra o fato de moradores da Tijuca alterarem sua rotina de ida ao colégio e volta pra casa, por causa da violência (O DIA 30.03.03 pg. 29).

Assassinado na porta de casa, em Laranjeiras, o professor Gustavo Armando de Pádua Schnoor, 50 anos, tinha passado o carnaval em seu sítio, na região serrana. Acabava de chegar, com a mulher e o cão labrador, quando foi morto. A viúva Liana Koiler explica que o projeto antigo da família, retomado após o acontecimento, era ir morar nesse sítio (O DIA 11.03.03 pg. 11).

O leitor do JB, Jeferson de Andrade, em carta ao jornal, reclama da violência no Rio, fazendo alusão à matéria veiculada e declarando que após residência durante quinze anos no Rio, retornou para Minas Gerais (JB 14.03.03 pg. A14).

A atriz Glória Pires, um mês depois de ter a casa invadida por ladrões, decide mudar-se do Rio para a fazenda da família, em Goiânia. No dia 31 de abril, três homens armados assaltam a casa da atriz, em São Conrado, rendendo o segurança do condomínio (O DIA 11.06.03 pg. 13).

Moradora de endereço "nobre" - Avenida Vieira Souto - a pernambucana Maria do Carmo Resende, 58 anos, diz-se "apaixonada pela cidade", mas lamenta a "onda de

violência que aterroriza os cariocas". Vítima de roubo ao prédio em que morava, Maria confirma a vontade da maioria dos moradores do prédio: "deixar o Rio" (O DIA 27.04.03 pg. 26).

Também os endereços "menos nobres" da cidade, como o caso do conjunto Amarelinho, em Irajá, registram casos de moradores interessados em mudança do Rio. O morador José Luiz, que perdeu o filho Maicon, durante tiroteio entre policiais e traficantes, desabafa que "só pensa em ir [voltar] para o Nordeste e tocar a vida". Segundo a reportagem, José Luiz "quer morar na Paraíba, arrumar um emprego e viver longe da violência que um dia lhe tirou um filho" (JB 30.03.03 pg. C3).

A dona-de-casa Juliana Correia de Deus, 26 anos, moradora do Rio Comprido, teve o apartamento atingido por uma "bala perdida" e declarou à imprensa que iria se mudar para "uma casa na Região dos Lagos". Segundo a polícia, a bala era de fuzil AR-15, e teria partido do Morro do Fogueteiro (O DIA 29.09.03 pg. 15).

No dia 08 de abril de 2003, foi enviado, à estação *Trem do Corcovado*, no Cosme Velho, um fax emitido por "bandidos", ameaçando "provocar atentados ao Corcovado e ao Pão-de-Açúcar", em represália à prisão do traficante *Sombra*. Assustado com a ameaça, o turista matogrossense Reinaldo Gomes, 52 anos, declarou que não voltava mais ao Rio. Ele estava hospedado no Hotel Méridien, atingido por uma bomba, dois dias antes. O casal Alberto Mattos de Cordova, 44 anos, e Ivanilda Pinheiro, 37, em visita ao Corcovado, e em função da violência, declaram que desistiram de morar na cidade e anteciparam a volta da viagem, pois estão "horrorizados com a violência" (O DIA 02.04.03 pg. 10).

Em outro endereço "nobre", na rua Rainha Elizabeth, em Ipanema, quatro bandidos invadiram prédio de luxo, agrediram e imobilizaram o porteiro Valdir, que afirmou ter sido humilhado e querer voltar para a Paraíba (O DIA 23.04.03 pg. 11).

Há muitos relatos orais de moradores do Rio interessados em se mudar da cidade, rumo a um município menos "violento". Os depoimentos supracitados se referem à motivação dada pela *violência física propriamente dita*, apenas para ilustrar uma situação extremada, quando o morador, acuado pela violência ou vítima da mesma, decide deixar a cidade. A pesquisa em tela, entretanto, deseja considerar a totalidade do fenômeno violência como um conjunto estrutural, onde o fato criminoso é apenas a parte mais visível.

Não será difícil de aceitarmos que a cidade do Rio tenha vivido seu "clímax" de

encantamento no período pós-Segunda Guerra Mundial até meados da década de setenta (época do “milagre econômico”). Ela reunia condições favoráveis: capital do Brasil, consolida-se como pólo dinamizador de cultura, com o surgimento da bossa nova, por exemplo; na política, reflete a experiência democrática intervalada pelos governos militares (1945-1964). O espectro da violência urbana, nesse período, pode ser considerado apenas modesto ensaio, se comparado com o impacto dos anos noventa. O banditismo se expressava na figura do “malandro”; a prática da violência limitava-se, de forma geral, a guetos e horários pré-estabelecidos. Aos poucos, porém, o narcotráfico se instala na maioria das favelas, financiado pela rota internacional, e estimulado por uma rede de consumo de classe média. Outros “nós” urbanos também passaram a se consolidar, como a questão dos transportes coletivos, do saneamento básico, da saúde, da moradia. Os investimentos em estruturas básicas não acompanharam o crescimento expressivo da população - e talvez seja esta lacuna a responsável pela idéia de que a imagem de uma cidade possa ser construída artificialmente, sem qualquer fundamentação real.

Apesar desse processo de desencantamento, autoridades municipais reiteram sua disposição em manter o tratamento clássico para a cidade: reencantá-la, tratando problemas crônicos com “frentes de intervenção” que não resolvem a questão por muito tempo.

Sendo o objeto do atual estudo dificultado pela falta de distanciamento, como quer a boa linha metodológica - pois aqui se trata de tema extremamente atual e próximo ao sujeito-pesquisador - entende-se a importância dos relatos via-imprensa como fontes primárias mais imediatas que o próprio IBGE (2000), que registra estancamento do êxodo rural - o que nos faz indagar sobre a possibilidade de uma inversão (ou reversão), através do êxodo urbano.

### **3.2 O mito da cidade grande**

Por *encantamento*, entendemos a categoria de análise utilizada por Adorno e Horkheimer (HORKHEIMER, 1990), na obra *Dialética do Esclarecimento*. Segundo os autores, o desencantamento do mundo era o programa do movimento iluminista, que deu as bases para se consagrar o paradigma da *razão*, como novo instrumental de

apropriação do mundo, "evoluindo" para a figura de um projeto industrial de modernidade. Se o mundo antigo, assolado por deuses e mitos, era *encantado*, a bem da "evolução civilizatória" fez-se necessário desencantá-lo, para que o homem se "emancipasse da ignorância primordial".

Nesse sentido, *cidade grande* é fruto e semente de modernidade; processo e reprodução de um *modus vivendi* que é pautado pelo tripé iluminista: *universalidade, individualidade e autonomia*.

Universalidade, porque atinge a unidade da espécie humana, a despeito da diversidade dos povos, e demonstra que "atrás da variedade empírica das culturas existe uma uniformidade fundamental" (ROUANET, 1993). O *cosmopolitismo* da cidade grande fica ainda mais evidente no momento da *globalização*, quando se preza a "indiferença entre as culturas, os interesses e/ou soberanias nacionais, com a alegação de que a pátria de todos os homens é o universo" (1993).

Individualidade, quando a cidade grande comporta o conjunto constituinte de indivíduos. Ser socializado numa metrópole significa *passar por um processo social de individuação*, a partir do qual o cidadão tem liberdade para construir sua própria identidade, superando os condicionamentos que não foram acolhidos pelo seu ato secularizado de raciocínio.

Autonomia, no que tange às diversas formas de liberdade: autonomia intelectual, autonomia política, autonomia econômica. O cidadão é munido de *direitos* e da *capacidade de exercer esses direitos*. No caso brasileiro, com a Constituição Federal de 1988, os municípios ganham maior autonomia, *status*, como os estados, recepcionando um elenco de competências próprias, exclusivas (mais tarde limitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - objeto de críticas pela maioria dos prefeitos).

ROUANET (1993) resume o que seria a idéia iluminista, que supomos ser fundamento paradigmático da urbanização das cidades:

Em suma, a idéia iluminista propõe estender a todos os indivíduos condições concretas de autonomia, em todas as esferas. Em outras palavras, ela é universalista em sua abrangência - ela visa todos os homens, sem limitações de sexo, raça, cultura, nação - individualizante em seu foco - os sujeitos do processo de civilização são indivíduos e não entidades coletivas - e emancipatória em sua intenção - esses seres humanos individualizados devem aceder à plena autonomia, no tríplice registro do pensamento, da política e da economia.

O ideário iluminista foi historicamente apropriado pelo processo urbanizatório;

urbanização é *domínio sobre o meio natural*, que tem na cidade grande seu espaço de manifestação e materialização; é um “laboratório experimental”, por excelência: não se pode desvincular um padrão normativo de sua idéia motivadora.

Para Marx e Engels, a classe burguesa submeteu o campo ao domínio da cidade. Já na metade do século XIX, os autores do *Manifesto Comunista* (1848), em suas análises, podiam observar fenômenos como a *concentração urbana*, vinculando a dominação burguesa a outras perspectivas de dependência, além da exploração do *homem pelo homem*:

Da mesma forma como torna o campo dependente da cidadela [a burguesia] torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente.

Apesar de certa influência do romantismo alemão, Marx e Engels avançaram na exposição teórica de suas idéias, vinculando-as ao pragmatismo do socialismo científico, a bem da legitimidade de uma ciência social ainda nascente. A nova classe econômica - a burguesa - sistematiza o mundo com vários níveis de “domínio”; a relação do campo com a cidade não poderia deixar de refletir a disposição que impõe o capitalismo: de funcionalizar um “centro” (*capita*, capital) em relação a uma órbita subjugada (*corpore*, interior).

Na Bíblia de Jerusalém, em Gênesis (11,1), podemos encontrar interessante observação a respeito da *Torre de Babel*, quando os personagens da estória conclamam o povo a construir uma "cidade e uma torre cujo ápice penetre nos céus!" A nota de rodapé explica que "o tema da torre combina com o da cidade: é uma condenação da civilização urbana".

O fato de o texto não vir ancorado em determinada data ou tempo histórico fortalece a essência do mito, que não está limitado espacial ou temporalmente e, portanto, constitui-se em “fato” que sofre de permanente ocorrência. Além disso, a linguagem mítica é diametralmente oposta à racional: esta requer análise, descrição minuciosa, método; aquela, síntese e linguagem “encantadora”.

Na fala da personagem anônima que conclama ao povo "Vinde! Façamos tijolos e cozamo-los ao fogo!" não residiria a síntese do movimento contínuo de edificação das cidades urbanas, entendendo o urbano como uma forma de viver, independentemente do marco histórico da modernidade? Haverá elemento melhor que o fogo para traduzir a

força de uma transformação onde "tudo o que é sólido desmancha no ar"? (BERMAN, 1986). Mais adiante, a mesma voz incita: "Façamo-nos um nome e não sejamos dispersos sobre a terra!" *Fazer um nome* seria, antes de tudo, criar nova identidade: deixar de ser uma população dispersa, passando a constituir um coletivo coeso em torno de determinado projeto. *Não ser disperso sobre a Terra* é ordem ou nova orientação para que os homens se concentrem sobre determinado espaço, ou seja, a *concentração urbana* (contemporânea da *concentração do capital*). Somente concentrando forças e recursos seria possível construir e ordenar historicamente um projeto civilizatório, emancipando a humanidade, assim, do caos primitivo, do período indiferenciado da pré-História.

Mas, *Iahweh* parece não concordar com essa nova disposição humana. O Deus do Antigo Testamento está indignado porque "todos constituem um só povo e falam uma só língua." Depois parece fazer interlocução com seus anjos:

Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum desígnio será irrealizável para eles. Vinde! Desçamos! Confundamos a sua linguagem para que não mais se entendam uns aos outros.

Diante da possibilidade de os homens não disporem de mais limite para a realização de seus desejos, *Iahweh* intervém, trazendo confusão entre eles - o que interrompe a construção da cidade:

*Iahweh* os dispersou dali por toda a face da Terra, e eles cessaram de construir a cidade.

Se retirarmos a carga exageradamente antropomórfica da linguagem mítica, talvez possamos olhar com maior objetividade a passagem da Torre de Babel, e perceber, na perspectiva mítica da urbanização, o processo recorrente de *encantamento*. A "confusão", a "dispersão", o "caos", na narrativa bíblica, surgem personalizados como castigo de Deus - o que não nos impede de vê-los tão-somente como consequência "natural" de uma *apropriação violenta do espaço natural*, onde não foram considerados estudos maiores, e de longo prazo, sobre o impacto socioambiental, ou simples resultante da voracidade dos projetos humanos. Como a dominação de um ambiente originalmente rural, à base de violentas estruturas sociais (urbanização) e econômicas (capitalismo), poderia estar isenta de gerar violência? A Torre do projeto civilizatório estaria, enfim, como as torres gêmeas de Nova Iorque, ruindo pela sabotagem dos

*bárbaros*, ou pela *vingança mítica*, conforme se evidencia na narrativa bíblica?

O Gênesis comporta ainda outra passagem de relevância, em se tratando do assunto "cidade urbanizada". Trata-se da estória de Caim, que assassinou Abel, foi condenado por Deus a ser errante no mundo e teve, por isso, estigmatizada toda sua descendência. Diz a narrativa que Caim - o primeiro assassino da humanidade - "tornou-se um construtor de cidade e deu à cidade o nome de seu filho, Henoc..." (Gen. 4,17). O rodapé desse trecho, na Bíblia de Jerusalém, é novamente elucidativo: "...aqui Caim é o construtor da primeira cidade, o pai dos pastores, dos músicos, dos ferreiros e das meretrizes, que provêem às comodidades e aos prazeres da vida urbana". Recorre-se novamente ao mito da condenação urbana, e muito tempo antes que a modernidade desse seus primeiros suspiros.

Não serão poucas as narrativas antigas, e principalmente as modernas, que irão proporcionar instrumentos de análise do mito *cidade grande*. Em torno das análises contemporâneas - onde a contextualização da modernidade é explícita - *Fausto* de Goethe despontará como a principal, pioneira e mais abrangente narrativa do *desenvolvimento como tragédia* (BERMAN, 1988). A estória que vinha sendo contada por Johann Spiess, em 1587 (*Faustbuch*) e Christopher Marlowe, em 1588 (*História trágica do Dr. Fausto*), nas mãos de Goethe toma roupagens finais que descrevem o período histórico que se consolida com a Revolução Industrial ("esboçado" no mercantilismo). A estória multi-autoral de *Fausto*, na visão de Goethe, apresenta Fausto negociando com Mefistófeles (o diabo) um projeto para a humanidade, que a transformaria radicalmente e de maneira irreversível. Fausto propõe a Mefistófeles um plano de progresso científico, de erradicação gradual e completa de qualquer mecanismo das "trevas" (bárbaro, primitivo, ignorante); podemos encontrar aqui já a idéia fundamental da *divisão social do trabalho*, pois Fausto é o responsável pelo projeto civilizatório, em sua parte teórica, reflexiva, "bem-intencionada", enquanto Mefistófeles é o ser que "sujará as mãos", materializando o projeto; assim, tecnicamente divididos, ambos se isentam perante a tragédia maior da humanidade, dramatizada no percurso histórico. Lembra, por exemplo, a situação em que se encontra a população do Rio frente ao conflito das autoridades, para saber de quem é a responsabilidade pela segurança pública, em certos casos em que a leitura da lei se torna imprecisa e indefinida.

O gigantismo das instituições, no afã de abarcar a totalidade do controle sobre o

seu projeto, torna “frágil” a fase de execução da norma que foi teorizada em codificação de leis. Em poucas palavras, a sociedade, ao “se agigantar”, deteriora as condições iniciais que lhe deram sustento.

O mal mefistofélico encarna o mecanismo de intermediação entre o projeto (intelectual) e sua materialização (operacional), e Fausto apenas faz a sua parte, pois

só o que lhe interessa é o resultado final: quer que o terreno esteja livre na manhã seguinte, para que o novo projeto seja iniciado. Isso é um estilo de maldade caracteristicamente moderno: indireto, impessoal, mediado por complexas organizações e funções institucionais .

A parte de *Fausto* que nos cabe recortar, para o estudo do mito da cidade grande, em sua relação ontológica com as “cidades menores”, observa o momento em que Fausto supervisiona o trabalho mefistofélico e percebe que

toda a região em seu redor se renova e toda uma nova sociedade é criada à sua imagem. Apenas uma pequena porção de terra da crosta permanece como era antes. Esta é ocupada por Filano e Báucia, um velho e simpático casal que aí está há tempo sem conta. Eles têm um pequeno chalé sobre as dunas, uma capela com um pequeno sino, um jardim repleto de tílias e oferecem ajuda e hospitalidade a marinheiros náufragos e sonhadores .

Não resta outra saída para Fausto e Mefistófoles, senão a extinção desse foco de resistência; o projeto moderno civilizatório almeja a onipresença do paradigma racional, e não seria uma cidade pequena, símbolo do passado “primitivo” recente e, portanto, risco de “retrocesso”, que os impediria. A Revolução Industrial redesenha o mundo

no sentido de criar um ambiente homogêneo, um espaço totalmente modernizado, no qual as marcas e a aparência do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio .

Drama divino ou tragédia existencial, a imagem da cidade grande atravessa o tempo sob a formulação dos mais variados recortes míticos. Ela parece acompanhar sempre a questão civilizatória, desde os primórdios da organização coletiva da humanidade até hoje, fase “superior” da complexidade social, e estar vinculada aos sentidos da modernidade, do progresso tecnológico, do desenvolvimento, em geral. A necessidade imperiosa da tragicidade durante o trajeto de desenvolvimento social vem-nos sugerir que o mundo se transforma, e com ele devem ser modificados os conceitos

de qualidade de vida (ou “adaptados” às novas exigências históricas).

Os problemas urbanos - que são muitos e crônicos - traduzem, muito mais que uma crise de modernidade, a crise de um modelo de civilização que "está fazendo água por todas as juntas" (ROUANET, 1993). Assim, assistiremos à sabotagem ao Universalismo, com a "proliferação de particularismos", os diversos nacionalismos, a explosão dos conflitos étnicos, religiosos, e também a xenofobia, o racismo, o terrorismo; veremos a Individualidade submergindo no "anonimato das massas" e no circuito esquizofrênico do consumismo; presenciaremos a Autonomia "sendo explodida pelo reencantamento do mundo, que repõe os duendes em circulação, organiza congressos de bruxas", abalada pelos sistemas de *vigilância total* (câmeras *big brother*), e no aspecto econômico, engessando economias nacionais sob o comando do FMI. O tripé que foi posto para suportar um projeto civilizatório não tem se sustentado com equilíbrio constante, e toda tentativa de reforma estrutural revela apenas a instabilidade de sucessivos "calços" que não impedem o balanço das estruturas.

Se a pauta do Iluminismo era o *desencantamento* do mundo governado por mitos, a fase da *alta modernidade* (GIDDENS, 1991) retoma o processo semelhante de desencanto, mas agora, e inversamente, do próprio ideário iluminista. No plano *micro*, local, o desencanto se evidencia na vida imediata do morador em sua cidade; ele se desencanta com a “presença” da política (a burocracia), após se desencantar com a “ausência” da política (regime militar); com a cultura (*mass media*, colonização cultural), depois de sofrer a “falta” de cultura efetivamente brasileira (época pré-colonial e colonial); com a economia (desemprego, custo de vida), passada a fase de subsistência (economia não-industrial). A promessa não cumprida de *emancipação do homem*, de sua libertação do mundo primitivo, é perceptível no plano *macro* de análise histórica, e sintomático nos tempos modernos, mas também no dia-a-dia de quem paga impostos, obedece às leis, e não vê seus direitos serem realizados com a mesma imposição normativa. O estado anômico, previsto por Durkheim (2000), resume um estado de múltiplas frustrações com o ideal urbano, resultado de prolongado e incessante desencantamento com tal modelo.

DUBOS (1974) apresenta a importância de se relacionar *qualidade de vida* à *qualidade do meio externo* (o ambiente natural) como indicativo fundamental para se dimensionar um “nível de saúde”. *Qualidade de vida* e *quantidade de recursos* não seriam categorias em proporção direta; ao contrário, a multiplicidade de recursos refere-

se ao processo de “encantamento da abundância”, quando se manifestam as proezas da modernidade no espaço urbano. O autor tece críticas à utilização da tecnologia pela civilização ocidental, afirmando que essa civilização só estaria preocupada com os efeitos tecnológicos de "primeira ordem": mercadorias e serviços produzidos. Os efeitos de "segunda ordem" seriam os sinistros ecológicos, tais como a poluição atmosférica, o congestionamento de trânsito de veículos, a escassez de água, as diversas carências de saneamento, etc. O autor sugere que a *qualidade de vida* seria importante elemento para a promoção do crescimento econômico; em outras palavras, passando de um "dado limite", o processo tecnológico reverte-se em prejuízo econômico, ou, para usar linguagem técnica, os custos ultrapassariam os benefícios - sendo, portanto, oportuna e urgente a revisão desse processo. Dupuy (1980) também vinculou qualidade de vida com qualidade ambiental.

Assim, os níveis de qualidade do ambiente depõem contra ou a favor do aspecto qualitativo de vida, distanciando-se um tanto mais da subjetividade. O congestionamento de veículos, por exemplo, em vias públicas, apesar de refletir, em sucessivas camadas históricas de progresso, um aparato tecnológico conquistado - carros importados, transporte moderno, conforto, sinalização de última geração, etc. - acarreta elevado prejuízo<sup>21</sup>, calculado estatisticamente. À vida numa cidade grande agrega-se o custo crescente sobre os benefícios; o prejuízo econômico advindo do próprio projeto econômico traduz-se como constatação daquele desencantamento.

BERLINGUER (1983) irá considerar as doenças, principalmente as psicossociais (estresse, depressão, síndrome do pânico, fobias, etc.), que estão mais identificadas com o *modus vivendi* de uma cidade grande, como forte e excelente indício da baixa qualidade de vida. Doenças não-viróticas mereceriam a atenção da sociologia urbana, justamente porque sua propagação se dá por meio de "vírus sociopsicossomatizantes": elementos “mais invisíveis” que os transmissores tradicionais. Por outro lado, há carência de formas de vida capazes de proporcionar *satisfatores* - elementos que propiciam a satisfação do indivíduo por uma vida menos estressante (sem *estressores*).

EHRlich (1990) retoma a influência darwinista do século XIX, apregoando o controle populacional como saída plausível para a questão dos recursos, que são limitados. À medida que uma cidade cresce e se satura demograficamente, a qualidade de vida decai. Não nos será difícil perceber que um crescimento vertical (prédios, conjuntos habitacionais, condomínios) afeta diretamente o plano horizontal do passeio

público (e da sociabilidade, em geral), por exemplo. Em torno de onde havia uma casa, com família de cinco ou dez moradores, e foi construído prédio para habitarem 300 ou 400 pessoas, não se pode viver sem o impacto imediato da violência, a começar pelas vias públicas, que se mantêm como espaço constante<sup>22</sup>, ou sob cenário pior, ainda mais reduzido. O crescimento urbano de grande magnitude gera equivalente demanda por serviços de infra-estrutura, sem os quais acarreta carência e exclusão social.

Quanto à urbanização, SILVA (1978) questiona o mito de que toda cidade deva trabalhar para ser grande, assim como todo o espaço rural deva ser urbanizado. Se a qualidade de vida não se constitui motivo suficiente de preocupação, a perspectiva de prejuízo econômico o faz, já que a recuperação ou remediação do espaço urbano torna-se mais onerosa que o projeto original: a diferença reside no quesito *planejamento de longo prazo* - não raro, elemento posto secundário, posterior à construção das cidades<sup>23</sup>.

A prova de que o *quantum* econômico não constitui necessariamente qualidade de vida foi explicitada por LEIS (2004), quando chama a atenção para o fato de que o PIB e seu reflexo *per capita* não traduzem com fidelidade a situação econômica do indivíduo, mas assegura apenas a demonstração de uma média numérica.

BROWN (1990), membro do *World Watch Institute* (WWI), instrui sobre a questão da qualidade de vida, vinculando-a ao conceito de *sustentabilidade*. Uma sociedade é auto-sustentável à medida que satisfaça suas necessidades sem consumir a base de recursos das futuras gerações.

Portanto, havemos que considerar a tensão entre os fatores objetivos e subjetivos do conceito de qualidade de vida, quando se está em jogo a pesquisa sobre o *desencantamento* do cidadão com a cidade grande. Da mesma forma precisamos considerar o perigo da tentação de voltarmos ao romantismo rousseauiano, e identificar o mundo bucólico, rural<sup>24</sup>, como o próprio "paraíso".

Procede, entretanto, a preocupação com o desafio de se desnaturalizar a noção de que *qualidade de vida* estaria inexoravelmente vinculada ao campo abstrato da subjetividade. Tanto para efeitos reflexivos e acadêmicos, quanto para efeitos práticos, em função de possível utilidade como política pública, o entendimento do que possa vir a ser qualidade de vida precisa se alimentar dos variados conceitos elencados, não sendo necessariamente um somatório de todos eles, mas, sob certa maneira, uma resultante de todas as considerações.

Dois mitos se aglutinam: o da cidade grande e o da qualidade de vida. Desde a

Revolução Industrial, a construção de grandes cidades está sistematicamente identificada com a busca de qualidade de vida. Mais tarde, quando o habitante da capital já se encontra capaz de fazer uma leitura sobre o local em que vive, inicia o questionamento sobre se deve ou não permanecer nela vivendo, e realiza o deslocamento de significados em torno do que possa ser realmente *qualitativo*. Pode-se entender, nesse exercício reflexivo, a construção visível de uma antinomia entre *qualidade* e *quantidade*; enquanto no espaço urbano, as indústrias são capazes de produzir e oferecer mercadorias, em escala obviamente industrial, o espaço rural geralmente manifesta tendências contrárias, de produção artesanal, onde ao valor do produto agrega-se a *aura* do pequeno produtor (KONDER, 1988), que obviamente não pode ser quantificada, mas qualificada. Ao contrário, se não é difícil de se constatar o aspecto “quantificável” das cidades, a “qualidade” desses produtos e serviços à disposição deve ser posta sob constante dúvida. A família interessada em buscar uma região mais rural do estado, como no caso em tela, entende que na cidade acolhida (Maricá) poderá se aproveitar, não da fartura de opções industriais, mas de opções alternativas, que são em menor número, mas “de qualidade”. Quantidade e qualidade parecem, então, se comportar sob razão inversa.

#### 4. Relato de uma família migrante

##### Foto 3- Lagoa de Araçatiba.

Ao longo da presente pesquisa, foi realizada entrevista com uma família que possui o perfil denunciado - que denomino *migrante* - para compor quadro *qualitativo* sobre a experiência de migração do Rio de Janeiro para Maricá. Preocupou-se aqui, não em se estabelecer tratamento estatístico-legitimizador, mas em se conferir *material de pesquisa adquirido pela experiência da família*, sob forma de narrativa. Considerando que durante a entrevista, outras questões foram surgindo (abertas e extensas), calcula-se em 120 a quantidade média de perguntas. O uso de iniciais, como técnica de identificação, resulta de acordo firmado entre as partes, com o único interesse de se preservar a intimidade e a segurança profissional dos entrevistados.

As perguntas foram divididas em três blocos:

1ªParte: Explora a perspectiva de identidade dos entrevistados, quem são, o que pensam, sua visão de mundo, as imagens que têm de si próprios, etc.;

2ªParte: Aborda a dimensão material de sobrevivência, a questão do emprego no Rio de Janeiro e as perspectivas em Maricá, sua visão sobre o mercado de trabalho tradicional e o mercado “alternativo”, o custo de vida antes e depois da mudança para Maricá, etc.;

3ªParte: Retrata a questão dos fatores de repulsão e atração que levaram os entrevistados a migrarem para Maricá; os fatores subjetivos que possam ter influenciado na opção de vida da família e as representações simbólicas que orbitam os conceitos de *qualidade de vida*. Abre-se o recorte sobre o tema da violência urbana.

Identidade, Materialidade (espírito objetivo) e Representação Simbólica (espírito subjetivo) formam o tripé metodológico da entrevista que se entende capaz de abarcar um perfil da família. Não se deseja com isso realizar procedimento de legitimização da representatividade, posto que seja número insuficiente para formar universo estatístico, mas permitir que *o relato pessoal possa assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo* (BOURDIEU, 1983). A preocupação foi a de se registrarem os diversos tipos de fala e fornecer material para pesquisas futuras, sob o recorte da experiência de uma família. Em vez de poucas perguntas e um número expressivo de entrevistados - o tratamento estatístico clássico - optou-se pelo inverso: elevada quantidade de perguntas para um mínimo de entrevistados. Dessa forma, espera-se explorar a variedade de significados existentes na experiência pessoal do êxodo urbano para Maricá - lembrando que a expressão alcunhada "êxodo" vincula-se à necessidade de especificar que não se trata de uma simples migração, mas de migração humana motivada por fatores de repulsão bem definidos, assim como o *êxodo rural* teve na *seca* e na *automação do campo* seus agentes repulsores principais.

As entrevistas decorreram em clima descontraído, em torno de duas pequenas mesas de cimento, no quiosque do Hotel Jangada, no bairro de Araçatiba. Do alto da sacada do hotel, vê-se a Lagoa de Araçatiba, de águas rasas e escuras. Não é difícil de se ouvir ou ler a respeito da poluição na lagoa, pela mídia local; a crítica é dirigida à falta de saneamento e de sistema de esgoto, já que residências ao redor da lagoa despejam esgoto diretamente na água, ou indiretamente, absorvido pelo subsolo.

Em fins do século XVI, o padre José de Anchieta esteve à beira dessa lagoa, onde

teria realizado "milagre", fazendo aparecer muitos peixes. Atualmente, corre no Vaticano (Roma) o processo de canonização de Anchieta, com o objetivo de torná-lo oficialmente um santo. Em certa altura do calçadão da lagoa, observa-se o local onde outrora fora erguida estátua em homenagem ao padre - que infelizmente foi roubada. Restam apenas o bloco de cimento com pichação de *spray* e a placa de inauguração, laureada com nomes de políticos locais.

À beira da lagoa, crianças brincam no escorrega e nos balanços, enquanto adolescentes arriscam um jogo de vôlei, mais adiante. O clima de descontração é permeado por uma bela paisagem ao fundo, com direito a pôr-do-sol e à visão da Pedra do Elefante - formação montanhosa bem conhecida na cidade, que pertence ao distrito de Itaipuaçu. A informalidade do ambiente natural foi escolhida propositalmente para estimular a espontaneidade da entrevista.

#### **Foto 4- Calçadão da Lagoa de Araçatiba**

A família entrevistada compõe-se de quatro membros: pai, mãe, filho e filha. H. é advogado, trabalha em escritório, na Avenida Presidente Vargas, Centro do Rio de Janeiro. Sua esposa, S., é formada em pedagogia; no Rio, dava aulas em escola primária, no bairro da Tijuca, Zona Norte. S. distribuiu seu currículo pelas escolas de

Maricá, visando ao emprego de professora. Na primeira metade do ano de 2004, S. abriu pequeno comércio de artesanatos, no OFF SHOPPING de Maricá - atividade que não vingou. J. e N. são o filho e a filha, respectivamente, 16 e 10 anos. J. circula de bicicleta pelos locais mais "movimentados" da cidade e afirma que onde morava, no Rio, não conseguia andar de bicicleta, devido ao trânsito de veículos e à violência. É visível que J. e N. perderam peso (emagreceram) desde que chegaram à cidade - fato por mim mesmo observado<sup>25</sup> e confirmado pelos pais.

A família procede do bairro carioca de Madureira. Em Maricá, alugam uma casa no bairro de Pedreiras - a duzentos metros do terminal rodoviário - que faz fronteira com o Centro da cidade. No bairro de Araçatiba, em quarteirão próximo à lagoa, a família possui um terreno, onde espera construir a residência definitiva. Muito antes do dia da entrevista, em conversa informal, H. explica que, onde morava, no Rio, havia "toque de recolher" às 21:00h, comunicado pelos "bandidos da área"; "a partir dessa hora, não se via mais ninguém na rua" - afirmou H., espontaneamente, sem que qualquer pergunta lhe fosse dirigida. S. aproveita para complementar a fala do marido, explicando que "aqui andamos até meia-noite, sem preocupação alguma". J. aproveita para ilustrar o "sentimento de segurança" que encontrou em Maricá, dizendo que vai "às compras" e pode deixar "encostada" sua bicicleta na parede, ao lado do mercado: "Nas primeiras vezes, achei que ia sair do mercado e não encontrar mais a bicicleta. Mas, paguei pra ver. Uma vez esqueci a bicicleta na beira da lagoa e só voltei no dia seguinte, perguntei ao moço do *trailer*, ele tinha guardado ela pra mim. É mole?" A família parece iniciar, como enfoque da conversa, o tema da violência urbana.

Ao ser indagado sobre o tema *religião*, H. revela que é membro de loja maçônica e segue na tentativa de explicar a doutrina. Segundo H., não se trata de religião (como o *cristianismo*, o *budismo*, o *islamismo*, etc.), mas de uma "linha doutrinária presente em vários momentos cruciais de nossa história". H. e S. fazem questão de ressaltar que "preservam os dias santos católicos" e não possuem "qualquer forma de preconceito em relação a outros movimentos religiosos".

H. e S. parecem ter gostos semelhantes quanto ao "tipo" de música: MPB e samba. H. conta que nas horas vagas compõe letras de música e que tem um amigo, no Rio, que é parceiro musical do Zeca Pagodinho. O casal aponta apenas o *funk* como "estilo intragável", "que não desce". Nesse momento, N., a filha, ensaia pequena coreografia, demonstrando certa afinidade com esse "estilo" - influência da escola, segundo os pais.

"Ela só faz isso para nos afrontar", revela H., em meio a uma descontraída gargalhada.

Quanto ao hábito de leitura, H. diz não possuir tempo para ler, senão a matéria específica e dirigida do Direito Previdenciário. Quando lhe sobra tempo, H. aproveita para ler jornais, sempre atento às análises e reportagens de área jurídica, os órgãos públicos, o governo federal, etc. S. e os filhos confessam não possuir o hábito de ler; desculpam-se, explicando que chegaram há "pouco tempo na cidade" e, antes de desenvolverem o hábito da leitura, precisariam "conhecer a galera de Maricá", ditando, desta forma, sua escala de prioridades. A falta de tempo, entretanto, não impede J. e N. de verem televisão. Nos fins de semana, pegam fitas de vídeo e cartuchos de jogos eletrônicos. Ao serem indagados, J. e N. revelam que ficaram surpresos em encontrar "videolocadoras aqui, em Maricá", pois achavam que a cidade não lhes proporcionaria este tipo de lazer. S., a mãe, intervém para dizer que seus filhos temiam ficar isolados na cidade, pois os amigos da escola, no Rio, alertavam que "a vida no interior iria ser um verdadeiro tédio". S. aproveita para lembrar que J., em um ano e meio vivendo em Maricá, perdera 10kg, porque "aqui ele anda de bicicleta, caminha, pode fazer compras... nem precisa de academia..." (Risos). Retornado o tema, indagando-se sobre a qualidade da programação televisiva, de um modo geral, H. não mede palavras para criticá-la com rigor. Afirma que o ideal seria instalar uma *tv a cabo* - instalação que depende de melhoria no orçamento financeiro da família. S. e H. acreditam em "boa educação" para os filhos e discordam da idéia de censura prévia. Entretanto, S. ressalta a necessidade da melhor adequação de horários: novelas, por exemplo, passariam "cenas inapropriadas para um horário em que as crianças ainda estão na sala, aguardando o jantar".

No quesito da *auto-imagem*, H. se imagina desbravador. Deixar a residência no Rio, para "se aventurar em outra cidade" é a imagem que amigos e familiares faziam de H. - briga que ele resolveu "comprar", formulando contra-argumentos. Depois que fizeram a mudança para Maricá, esses amigos e familiares passaram a tratar H. como um "aventureiro... quase inconseqüente". Houve quem chegasse ao ponto de classificar tal mudança como "ato de fuga da realidade". Para eles, a realidade é a vida na capital, com seus problemas e riscos diários. "Viver sob o perigo de balas perdidas" ou "estressado nos engarrafamentos do *rush*" seriam "coisas naturais", pelo que naturalmente "a população tem de passar, pois o governo não consegue resolver". Portanto, vigora o discurso de que solucionar tais problemas seja papel do governo,

enquanto o papel da sociedade civil seria o de reclamar, "fazer valer os direitos". Quanto a familiares e amigos, perante sua opinião, S. é enfática ao revelar que sua imagem sempre foi a de questionadora - o que explica a baixa resistência em aceitarem sua mudança de vida. O fato de a transferência para Maricá ter envolvido crianças agrava a imagem negativa: segundo H., se tal mudança fosse realizada apenas por "adultos solteiros, sem compromissos ou vínculos maiores", não causaria esse impacto. Já a nova vizinhança - H. e S. fazem questão de anunciar que têm um ótimo relacionamento com ela - reconhece a atitude da família migrante, uma vez que acreditam ser a *violência no Rio* e, secundariamente, o *custo de vida*, motivos suficientes para a realização da "aventura". Essa nova *rede de sociabilidade* - que inclui os colegas de escola de J. e N. - demonstrava inicialmente, nos primeiros meses da família migrante em Maricá, "considerável hospitalidade", conforme aponta S., lembrando que na vila onde moravam, no Rio, durante anos, se conheceu três vizinhos, "foi muito". Passado esse estágio inicial de migração, porém, "certas características da natureza humana, como a bisbilhotice da vida alheia, logo deram sinal de existência". H. vê a fofoca como "algo natural", mas não "eterno", no ser humano, e por isso releva o fato: "no Rio, nas portarias de prédio, na rua, em todo lugar, haverá o mesmo problema, com a diferença de que nesses lugares o processo não fica tão visível quanto numa cidade menor". Além disso, confirma H., se esse problema existe em todo lugar, "ao menos aqueles problemas mais graves, como a violência e o estresse, ainda são regionalizados, e nessa região [Maricá] tenho encontrado muita diferença". Sobre a imagem que fazem de familiares e amigos que vivem no Rio, H. e S. são categóricos em classificá-los como acomodados, "pessoas que vivem reclamando de tudo, mas não se mexem", "criam um monte de desculpas para não tomarem uma atitude como a nossa". Quanto aos novos amigos, H. e S. os observam como "gente menos estressada, acolhedora, mas de um nível intelectual e cultural limitado". Para H. e S., apesar de Maricá não estar isolada do mundo - na Era Global tudo se conecta - é facilmente notado que "a falta de teatros, cinemas, shows, bibliotecas" não equipa a população com o "mesmo grau de cultura" de quem vive no Rio: dificuldade que deve ser transcendida e realidade que pode ser adaptada, não impedindo qualquer forma de bons relacionamentos. H. espera que, em futuro próximo, adquirindo automóvel, possa levar a família para "passeios culturais" pelo Rio: "porque essa é a *função* daquela cidade" - atesta.

Quando anunciado o novo tema do questionário - a política - H. se revira na cadeira, coça o queixo e ensaia um riso de ironia, dando sinal de que se trata de assunto polêmico, não pacífico e bastante risível. H. não revela detalhes de sua participação na política, mas confessa ter votado em Lula, nas últimas eleições. Perguntado sobre a expectativa que faz desse governo, H. reconhece que "ele [o Presidente da República] prometeu muitas coisas na campanha, impossível de serem realizadas em cinco anos". S. faz análise sobre a questão: "qualquer candidato que assumisse o posto não cumpriria as promessas eleitorais... mesmo porque ele já encontra lá a 'máquina' toda pronta para imobilizá-lo. Mesmo que desejasse aplicar as mudanças que sempre propagandeou, não conseguiria, pois se encontra 'engessado'". H. aproveita para tecer curiosa comparação, citando a relação que o Papa tem com seus cardeais, no Vaticano: de limitação imposta pelo poder, agravada pela influência da hierarquia política e da burocracia. H. e S. fazem o coro dos realistas, quando anunciam sua postura em relação aos "políticos", pois, "não se deve esperar nada de um político... assim, o que vier é lucro". O casal diz simpatizar-se com alguns movimentos sociais, como o *Solidariedade* (do Betinho), o *Basta!* (contra a violência urbana) e outros, especialmente aqueles que levantam a bandeira da ecologia e dos direitos humanos. São igualmente simpáticos ao MST, posto que reivindicam "uma causa legítima". Para S., o Brasil não avançou social e historicamente devido à falta de "reforma agrária de verdade, como se deu em vários países do Primeiro Mundo". H. acha interessante o MST incluir, em sua pauta, a "convocação do homem urbano desempregado ou subempregado para integrar o movimento", pois ele conhece casos de pessoas que estão melhor de vida hoje, no MST - que forneceria "maior assistência e estrutura que o próprio governo". O único ponto programático dos sem-terra de que H. e S. discordam é a tática do confronto - estratégia desenvolvida pelo movimento, ao longo dos anos.

Outra questão que empolga a família é quanto à vida na cidade de Maricá. Interessante notar que H. e S. realizam, inconscientemente e sem método, um trabalho de campo antropológico, desde o início da entrevista, elaborando comparação entre "aqui e lá", "antes e depois", "como era a vida e como é agora". Parecem ter a preocupação de a todo momento *testar a legitimidade de sua atitude*, avaliando se os pontos positivos estão superando os negativos, na intenção óbvia de uma resultante positiva. H. e S. reconhecem que nos grandes centros urbanos - em especial, no Rio de Janeiro - a vida é excessivamente impessoal, permeada por conflitos sociais que geram

violência. Ambos estão de acordo com o fato de esta violência constituir-se não apenas de um surto, mas como componente estrutural, quer dizer, morar na cidade do Rio traduz-se em, antes de tudo, viver sob estruturas violentas *que reproduzem a violência*; a forma industrial de organização, onde o humano torna-se *indivíduo*, e este reduz-se a um *número*, acomoda a própria violência como combustível gerador de mais violência, num processo angustiante de *retroalimentação*. Uma de suas “apreensões industriais”, por exemplo, ocorre quando a polícia militar realiza concursos públicos ou quando comerciantes se unem para pagar segurança privada - criando assim *frentes de trabalho*, proporcionando empregos. A indústria da segurança reverte milhões, no comércio de produtos eletrônicos, na blindagem de automóveis, em apólices de seguro, etc. O crescimento econômico de Maricá (recentemente houve a instalação das Casas Bahia, do Bob's e de outras empresas) exige que o município - considerado cidade média - se enquadre nas orientações clássicas de segurança pública para uma cidade grande; por isso, já é possível observar a presença da segurança privada nas ruas principais, onde se localizam as agências bancárias e outras lojas de médio porte. Anunciei a H. e S. que a presente pesquisa *considera violência não apenas a manifestação explícita de um ato, mas, e principalmente, a materialização de um processo*. Diante desse conceito, H. e S. concordam que o Rio de Janeiro seja violento em suas “vias congestionadas”, no “conflito entre a guarda municipal e os camelôs”, no “custo de vida elevado”, no “abismo social entre as classes”, na “falta de moradia”, etc. “Com todos esses fatores, como o Rio não poderia ser violento?” indagam os entrevistados, cada qual a seu modo, em caráter conclusivo. Por esses motivos, afirmam que a vida numa cidade grande é *estressante, cara e perigosa*; que é necessário “pensar se vale à pena [nela morar]”. Ao contrário, numa cidade média, como Maricá, esses índices ainda não chegaram a patamares assustadores, dando “margem de manobra para se exercer a cidadania”. Quer dizer, numa cidade grande, a *cidadania* é constante e sistematicamente ameaçada, comprometida com as “estruturas urbanas”, que são reflexo das forças econômicas de mercado. O casal finaliza o relato sobre esse tema, lembrando que Maricá “precisa controlar seu crescimento, antes que seja tarde demais”. H. e S. afirmam que a vida atual em Maricá praticamente satisfaz suas expectativas: “mesmo porque, antes de nos mudarmos, visitamos a cidade durante meses e assim fomos conhecendo o terreno, a realidade, os prós e os contras... a nossa mudança não foi brusca, de uma hora para a outra” - ou seja, foi parte de *um processo contínuo, não imediato, metódico, mas*

*mediado por visitas de reconhecimento que testassem as condições "reais" da vida local.* O caráter estratégico desse processo confirma que a posição tomada pela família transcende a "impulsividade do indivíduo inconseqüente", alcançando a percepção de que ela, na verdade, assume postura plenamente racional.

Se consideramos que *encantamento / desencantamento* fazem parte de um processo *dialético* (desencantar-se com algo é encantar-se com outra coisa), podemos afirmar que a família entrevistada desencanta-se com a vida que levava na cidade do Rio e passa a se *reencantar* com a nova perspectiva. Dispensando-se o significado vulgar de mito como "mentira" ou "ilusão", podemos dizer também que a família desencanta-se com o velho mito da cidade grande, resgatando outra sorte de elementos míticos.

Na segunda parte da entrevista, focalizou-se o aspecto material da sobrevivência. H. observa que o custo de vida no Rio de Janeiro "está cada vez mais alto", principalmente quanto ao setor terciário (serviços). *Alimentação, moradia e educação dos filhos* são itens que influenciam diretamente, pois, se é verdade que o mercado disponibiliza variados estamentos de preços, os serviços *de qualidade* são elitizados. Para se viver no Rio, a custo baixo, H. simula o seguinte quadro: "morar na Baixada Fluminense, pegar trem, escola pública para os filhos, farmácias populares..." Mesmo assim, para H. e S., o custo de vida baixo, no Rio, acaba saindo alto, posto que se refira às camadas sociais D e E da população - os segmentos mais sensíveis e atingidos pela violência em seu trajeto para o trabalho. Teorizam que a cidade do Rio se encontra distribuída socialmente de forma *circular*, quer dizer, à medida que o indivíduo se aproxima de seu centro, aumenta o custo de vida: reflexo da própria lei de mercado, pois é para o centro que se dirige a população, na busca de recursos materiais de vida. A concentração urbana nos centros refletiria, a um só tempo, a *concentração populacional* e a *concentração do capital*. Partindo-se do centro, em direção às periferias, reduz-se o conjunto tecnológico e moderno de recursos, barateando o custo de vida, devido ao processo de desconcentração.

H. e S. vêem Maricá como "grande potencial ainda não aproveitado". Segundo contam, esperam em médio prazo adaptar seus ofícios à cidade: ele, abrindo escritório de advocacia; ela, uma escola para crianças. Concordamos que haveria espaço praticamente para todas as áreas e profissões, com atenção especial para o *turismo*, no município. Apesar de o custo de vida ter diminuído, H. e S. afirmam que há "serviços e

produtos muito caros", posto que a cidade ainda não comporta suficiente e saudável *rede de concorrência* que faça os preços diminuírem até um nível razoável; reportam-se ao fato de apenas uma única empresa de transportes (Nossa Senhora do Amparo) estar explorando a atividade no município - o que contradiz o democrático mecanismo de livre *concorrência* de mercado. Segundo H. e S., fazendo-se compras no Rio, em redes de comércio populares, é possível "ganhar vantagem sobre essa situação".

S. deixa transparecer vocação para a disciplina de pedagogia, quando de sua fala sobre a cultura urbana do consumismo. Conta que educou os filhos para uma relação "ecológica e econômica" com as coisas materiais, estimulando a "conservação e a reciclagem dos produtos" e a "criatividade para substituir produtos". Por isso, J. sabe consertar a própria bicicleta, faz as próprias "pipas de soltar", e N. guarda brinquedos intactos de sua infância. Na dificuldade de se ganhar muito - ou na impossibilidade - H. vê vantagem na minorização dos gastos, pois "gastar menos está mais ao nosso alcance do que ganhar mais".

Para H. e S., o poder público municipal deveria estar preocupado em assegurar "a tranquilidade do Município, enquanto ainda dá para controlar". S. sugere que o poder público local assegure "pleno emprego para todos, enquanto 'todos' não passam de noventa mil habitantes". Anunciados os conceitos de *multifuncionalidade* e *pluriatividade* - que remetem as áreas rurais ou pouco urbanizadas a uma diversificação de atividades - H. e S. comentam que Maricá não deveria seguir o caminho de uma especialização industrial, e portanto, descartando a hipótese de instalação de indústrias de grande porte, como é o caso de Resende, Macaé ou Campos. Conforme o relato do casal, um *porte médio* poderia assegurar desenvolvimento e sustentabilidade econômica, "sem agredir o meio ambiente e o equilíbrio social", além de "garantir qualidade de vida". Ressaltam que o município deveria aproveitar o fato de ser o "representante da Região dos Lagos mais próximo do Rio". Programada para recepcionar o turista que vem da capital, a cidade poderia "atrair os milhares de turistas que partem para outras cidades do interior, na Região dos Lagos", funcionando como espécie de dique para "represar" o turista. Concomitantemente ao crescimento da cidade, aparelhada para receber o turista, o governo municipal não pode prescindir do controle urbanístico, sob pena de a cidade virar *periferia*: "como a Baixada Fluminense ou São Gonçalo" - ilustram.

H. e S. estão há um ano e meio em Maricá e não pensam em sair da cidade. A

idéia principal é de "mobilidade": residir na cidade e possuir automóvel, para que a família se desloque, quando quiser, para o Rio de Janeiro. H. vê a nova perspectiva como exemplo de funcionalização territorial: Maricá tem a função de residência e lazer, enquanto o Rio funcionaria como pólo cultural e tecnológico.

A terceira fase da entrevista constitui-se na caracterização de símbolos: como a família entrevistada se representa simbolicamente, a partir de questões onde a subjetividade enseja o próprio objeto a ser investigado. Nesse sentido, H. e S. se consideram ecológicos e observam a despreocupação do poder público de Maricá, de uma forma geral, com o assunto. Confessam que "a natureza em Maricá é bastante generosa, apesar das lagoas poluídas". Sobre o Rio de Janeiro, dizem que "a cidade já foi realmente maravilhosa, nos anos 50 e 60", mas que, agora, a beleza só aparece vista do "alto do helicóptero do RJ/TV" - denotando certa artificialidade que a mídia, associada com o governo e alguns setores econômicos, procura passar ao público. "No chão, de perto, o que a gente vê é muita sujeira, violência e estresse" - completam.

Apresentado o tema do êxodo urbano, H. e S. contam conhecer "pessoas que têm vontade de deixar o Rio e morar no interior". Acreditam que a idéia poderia ser melhor utilizada e apreendida institucionalmente. S. se recorda do governo Itamar Franco, quando se veiculava na televisão programa governamental de estímulo ao universitário recém-formado, convidando-o a integrar frentes de trabalho no interior, com emprego e moradia garantidos. "Por que não se aplicar esse tipo de programa no estado do Rio?" - indaga S., que está ansiosa por trabalhar.

H. volta a comentar sobre a violência no Rio. Segundo ele, a violência lá "já passou dos limites". Lembra que, embora a violência se encontre "em cada metro quadrado do planeta", algumas regiões são mais violentas que outras: e uma das obrigações do homem moderno - a título de sobrevivência - seria a de justamente "mapear o roteiro da violência, usando-se de sabedoria para se saber onde se deve e onde não se deve passar". H. está concordante com o conceito adotado na pesquisa de que a violência já se inicia quando ocorre *violação* de direitos. Quando a *cidadania* não pode ser materializada numa *cidade*, então se violam os direitos do cidadão e o resultado é chamado *violência*. S. comenta o fato de conhecer pelo menos cinco pessoas que já sofreram algum tipo de violência extremada no Rio. Uma delas foi seqüestrada, porém, como não se tratava de "gente conhecida", o caso não repercutiu na mídia. Em Maricá, H. presenciou discussão de motoristas, no trânsito, que não teve maiores

consequências, a não ser um aperto de mãos intermediado por dois policiais da guarda municipal que conheciam os motoristas.

Para H., de um modo geral, as pessoas hoje em dia estão mais consumistas e materialistas. Essa tendência deixaria o mundo menos humano. No Rio, H. e S. procuravam não ostentar qualquer sinal de riqueza, evitando usarem relógios ou tênis da moda, para não "afrontar a população pobre, miserável". Teorizam que essa era uma "estratégia" utilizada para sobreviverem, no Rio, aos assaltos: mais uma vez, a elaboração estratégica da "renúncia" conferindo instrumentos de recomposição dos princípios de cidadania.

H. e S. acham graça quando menciono a orientação dada pelo poder público do Rio de *barcelonizar* a cidade, quer dizer, de tornar o Rio uma "Barcelona" - cidade reconhecidamente turística. Acreditam que tal orientação dê prioridade ao turismo (ao turista) e relegue a população a segundo plano. Além disso, a criação de um "pólo turístico, cada vez mais internacional" acaba dolarizando a economia, onde o habitante, que recebe em reais, "sai no prejuízo". H. afirma que Maricá pode ser turística "sem deixar de ser habitacional", mas para tanto seria preciso "um projeto com participação de todos os segmentos, do vendedor de camarão, na calçada, até a Prefeitura, passando pelo patrocínio dos empresários". H. e S. desconhecem a idéia propagada pelo Governo do Estado (Rosinha Garotinho), de fazer de Maricá a *Veneza do Estado*, aproveitando a semelhança das cidades, em função de suas lagoas e praias, e do potencial turístico. Apesar de os dois não se identificarem com a linha política da governadora, reconhecem a propriedade de se produzir tal projeto e se levantar campanha publicitária desse gênero.

Quando se anuncia o tema da "fofoca" em Maricá, H. e S. passam a vista ao redor, denotando curiosa preocupação em saber se existe alguém para ouvi-los, como se prenunciassem um tom de conversa mais ou menos confidencial. Logo em seguida, S. responde que na vila onde morou, no Rio, a "situação era muito pior". Numa escala de 0 a 5, H. situa em 3 um hipotético *grau de hospitalidade* encontrado na "vizinhança e nas novas amizades, de uma forma geral", em Maricá. Índice discrepante quando comparado com os graus 0 e 1, dados para a mesma situação no bairro em que moravam, no Rio. S. complementa: "por incrível que pareça, aqui, onde moro, as pessoas têm mais o que fazer do que lá, na vila". H. ressalta que o "controle da vida alheia" pode assumir também o lado positivo de "segurança", quando a vizinhança

"sabe quem está passando na rua ou entrando numa casa, em qualquer hora do dia e da noite".

Sobre o quesito *lazer*, H. e S. respondem que "tem a ver com a própria segurança que o lugar proporciona". Em Maricá, como não existem cinemas, teatros ou *shoppings*, a diversão é "passear pelas praças", "ir às lagoas e às praias", "soltar pipa com o filho", etc. S. diz que a obrigatoriedade, no Rio, de pagar ingressos - "e caros" - para se divertir, tira o sentido "prazeroso e espontâneo" do lazer: "lazer, pra mim, é me sentir em segurança". H. retoma a questão da "funcionalidade territorial", quando afirma que não tem "nada contra o shopping. Mas, é que o lugar dele é no Rio... quando der saudades, a gente vai ao Rio, mas volta... e o lugar de andar tranqüilo pelas praças ou dormir sem escutar rajadas de AR-15 é aqui..."

H. espera que até o fim de 2005 possa "comprar um carrinho, à vista", mas ressalta que "isso não faz falta". O veículo serviria para deslocamentos maiores até outras localidades, como as cidades vizinhas da Região dos Lagos (Rio das Ostras, Cabo Frio, Araruama, etc.) ou mesmo na própria cidade de Maricá, em regiões de difícil acesso, onde o transporte é mais rarefeito, como os bairros *Espraiado* (circuito de cachoeiras), *Bambuí* (próximo à praia) e *Ponta Negra*. S. lembra que "a família emagreceu de tanto andar a pé e carregar compras" e que, no Rio, "o médico acaba receitando caminhadas diárias, impossíveis de serem feitas numa avenida comum".

Ao término da entrevista, H. e S. se afinam no discurso sobre *qualidade de vida*. Filosofam que não buscam "enriquecer na vida", mas "ter uma vida rica em qualidade". Chegam a arriscar um conceito sobre qualidade de vida: *poder dispensar mais tempo para a família, a leitura, a boa alimentação e o lazer das coisas simples*. H. vai contra o tratamento *relativizante* da "falsa" antropologia, ao dizer que "estas são coisas que valem para todo mundo". Indagada sobre o perigo de *se absolutizarem* ou *universalizarem* questões "subjetivas", S. responde pragmaticamente que há "excessos de teoria sobre o assunto" e que "na prática, no dia-a-dia, as pessoas precisam mesmo é das coisas simples..." Os parentes e amigos que ficaram no Rio costumam identificar "qualidade de vida" com "conforto", que é sinônimo de "ar-condicionado", "andar de automóvel", "comer em restaurantes", por exemplo. H. lembra que também gosta de conforto: mas para ele, conforto é "viver com segurança e tranqüilidade". Assim, a família migrante do êxodo urbano para Maricá, em seu percurso de vida, acaba realizando *desnaturalização* e *(re)construção* de conceitos como *qualidade de vida*,

*violência e conforto.*

#### **4.1 A experiência *invisível*: construindo estratégias de vida**

##### **Foto 5- Monumento em Homenagem à Pe. José de Anchieta.**

Com empréstimo à língua portuguesa, o presente trabalho pode definir estratégia como *a arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos* (HOLANDA, 1999). Uma estratégia, pois, traduziria a forma como o método é exposto, considerando que haja *forças em conflito*, mas o sujeito que o instrumentaliza se aproveita do que lhe é favorável, ou *torna o desfavorável a seu favor*, conforme está ilustrado na experiência da família migrante. As primeiras apropriações do verbete remontam às atividades militares, no exercício da guerra, e vinculam-se com maior propriedade à faculdade da *inteligência* - o que, de certa forma, dispensa o uso da força bruta como principal instrumento. Quer dizer, a *estratégia* se percebe como elemento de *intermediação* entre sujeito - que é levado historicamente a dispensar o uso da força (*in statu nascendi*) - e objeto, no trajeto de execução do objetivo (apropriação, por meio de um novo arranjo vivencial, da *qualidade de vida*).

O sujeito aqui reside na figura do migrante, que sai do município do Rio de

Janeiro rumo a Maricá; o ato de migrar e fixar residência nessa cidade constitui-se o objeto. Deu-se preferência à expressão "êxodo", em vez de "migração", porque se procurou ressaltar o sentido de saída do Rio como necessidade imposta pelas condições adversas - semelhante sentido de repulsão que traz a imagem da seca e do campo automatizado, no caso do êxodo rural. Esse sujeito e o objeto que o acompanha se ressentem de maior visibilidade da sua importância como *fato social*; nossos olhares, já acostumados ao *tempo real* dos computadores, estariam melhores para apreciar cada vez mais os objetos "fugidios" que aparecem, quase que misturados a nós, sujeitos, e então passaríamos a operar eficazmente com pequenos distanciamentos, como se tratasse de "distanciamentos virtuais". Na passagem gradual da percepção do fato social, diremos que o objeto, neste caso, vai saindo da "invisibilidade" e torna-se "transparente", rumo à "visibilidade maior" da apreensão científica.

Não nos será lícito, portanto, tomar o posto de observador exclusivo desse fato (o êxodo urbano), desacreditando que, devido a atualidade do fenômeno, sobre o tema existam outras lentes de observação. Há vários centros de pesquisa que, de alguma forma, cercam a temática, como no caso do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Santos (2003) analisa a questão do êxodo urbano para a cidade de Petrópolis, dando enfoque sobre a influência das novas tecnologias no desenvolvimento territorial. Segundo a pesquisadora, deveríamos atentar para a nova disposição tecnológica advinda da *Revolução Digital* (ou Terceira Revolução Industrial), que disponibiliza a tecnologia ao longo de um espaço descentralizável: "é através da abordagem do espaço virtual que estão surgindo as novas formas de relações sociais". Ela ressalta que "o início da desorganização urbana no Brasil se dá com as *Capitanias Hereditárias* [grifo meu], que não foram nada mais do que uma forma rápida, mas irresponsável, de resolver o problema de ocupação territorial do Brasil" - tese que corrobora nossa presente abordagem, quando "capitanias" se reportam à forma tosca, inicial, de formação das "capitais". O objetivo francamente exploratório da metrópole portuguesa não oculta que na criação das capitais mais se pensou no proveito lucrativo da exploração (sua mais conveniente operacionalidade), e menos na intenção de povoamento (HOLANDA, 1999), enquanto a colonização espanhola, além da expansão mercantil, visualizaria a extensão de seu território para outro continente:

Já é possível observar hoje um movimento de saída dos grandes centros em busca de cidades menores que ofereçam uma melhor qualidade de vida. Essa migração está ocorrendo

principalmente por parte de uma população mais abastada [grifo meu], com melhores condições, e portanto com uma maior mobilidade que, de posse das “novas tecnologias”, abre mão de morar em um grande centro e se muda para uma cidade que na hierarquia das cidades é mais baixa que a sua de origem.

Santos (2003) observa, com precisão, a propriedade da ferramenta tecnológica de que o homem dispõe hoje. Esta pode estimular a geração de outros ordenamentos humanos e sociais, resultantes do movimento que a pesquisadora intitula de *contra-urbanização*:

Mas, por que se acredita que as novas tecnologias são um fator importante? A resposta é simples, com as novas tecnologias é possível encurtar distâncias, é possível ter acesso a tudo que se deixou para trás na cidade grande sem grandes dificuldades. Com a nova realidade, o lugar já não importa mais, não traz nenhuma imposição, basta que o local esteja eletronicamente interconectado. O lugar de trabalho, por exemplo, pode ser a residência. Isto é, pode voltar a ser a casa, como já aconteceu no passado, antes da Revolução Industrial. E essa transformação simples já está acontecendo em muitos lares.

A pesquisadora também está interessada na questão desse movimento migratório, especificamente aqueles da região serrana do estado do Rio (Petrópolis e Itaipava), e traça alguns interessantes recortes (Qualidade de Vida e Violência Urbana) que também nos são caros à pesquisa, embora ela enquadre o fato sobre a perspectiva de oposição ao urbano. Em nossa pesquisa, preferimos categorizar o movimento como *êxodo urbano*, querendo entender que a oposição ao urbano, como quer a pesquisadora, seria um recorte onde o “agente” já possui suficiente consciência de sua atuação no movimento. Acreditamos, porém, que a figura do êxodo reflita melhor a idéia da *repulsividade* que impulsionou a prática de um ato social, no caso específico de Maricá; cremos que, mesmo racionalizado e planejado, tal movimento ainda não contemple com plenitude a consciência de sua própria existência (como estrutura de ato social coletivo). H. e S. não têm formalizado qualquer pensamento que reclame um movimento contrário à urbanização, mas estão cientes de que precisariam encontrar um “ponto de equilíbrio” entre os benefícios e os custos desse processo. Em Maricá, portanto, o grau de urbanização é-lhes satisfatório na consecução do que determinam *qualidade de vida*.

Pelos censos demográficos de 1980 e 1991, o IBGE detectou universo de 3,3 milhões de imigrantes deslocados para cidades de porte intermediário. As cidades

médias do Sudeste atraíram mais migrantes (cerca de 1,7 milhão) que a própria região metropolitana paulista (1,5 milhão): dados que corroboram a importância do papel das cidades médias como absorvedoras dos fluxos migratórios, desde 1980 (ANDRADE & SERRA, 1998). As cidades médias funcionariam como filtros, no movimento da população de cidades pequenas rumo às cidades grandes - o que explicaria, de modo inverso, a especulação de que todo território passe necessariamente por um processo de *metropolização*. Em vez de se pensar a metrópole crescendo em direção ao interior, pode-se imaginar o êxodo rural sendo filtrado pelas cidades médias.

Segundo Haddad (2000), existiria uma tendência mundial de procura pelas cidades de pequeno e médio porte, como forma de se evitar a saturação e a concorrência nos grandes centros. Indústrias de médio porte têm migrado para o interior, em busca de mão-de-obra mais barata, redução de custos e incentivos oferecidos pelo estado. Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) revelou que 20% das 700 maiores empresas do país têm planos para transferir suas matrizes e filiais para outros estados fora do eixo Rio-São Paulo. Segundo Arbache (2004), professor da UnB, salários para vagas que exigem menor qualificação diferem em 15% da remuneração da capital, mas desde 1981, essa diferença vem caindo: processo contínuo de homogeneização dos salários. E mesmo quando o salário é mais baixo - conforme Arbache - a folga no orçamento de quem foge dos grandes centros é maior. No caso específico do Estado do Rio, dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), órgão do Ministério do Trabalho, confirmam o potencial econômico das cidades que formam o novo *ciclo do ouro* do turismo. A descentralização não é somente do capital, mas das próprias agências de qualificação profissional, como o Senai e o Senac, que têm unidades espalhadas pelo interior. Dados da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) atestam que a capital (Rio) deteve US\$ 6,7 bilhões dos US\$ 17,5 bilhões dos investimentos industriais, em 2004. No ano 2000, o Estado do Rio sediou 223 eventos nacionais e internacionais, atraindo em torno de 370 mil turistas, somente para o circuito de convenções; no mesmo período, o setor turístico movimentou US\$ 360 milhões. O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, afirmou, na época, que “todo o drama do nosso estado foi em função da concentração econômica no município do Rio e do esvaziamento do interior”, anunciando que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi acionada para identificar as potencialidades “naturais” do Estado do Rio.

Se há dúvidas quanto ao movimento migratório humano (são os urbanos que buscam as cidades médias, ou os interioranos que são retidos por um “sistema de dique”, em seu percurso até a capital?), os dados acima confirmam explicitamente que empresas de médio e grande porte tomam o sentido da interiorização: o que serve de *elemento de atração* para o migrante. Portanto, além de uma força de repulsão (centrífuga), o migrante sofre a força de atração (centrípeta) dessas cidades médias que recebem o capital, criando oferta de empregos.

Na fala dos entrevistados, por diversos momentos, entende-se a preocupação do chefe de família em realizar a passagem de um *modus operandi* para outro, no âmbito profissional. H. já reside em Maricá, mas continua se deslocando diariamente para o Rio, em seu escritório de advocacia. Espera, contudo, que no prazo de um ano possa "transferir seu trabalho" para Maricá, coincidindo com a chegada de empresas, e acompanhando o crescimento da cidade, sua complexidade social e econômica: “a necessidade de advogados será inevitável” - afirma.

Porém, o recorte desta pesquisa aponta para a perspectiva de *exogeneidade* (característica do que é exógeno) do movimento, capacitado pelo prefixo *ex* (êxodo, exógeno, expansão), onde se deseja focalizar o caráter de repulsão sofrido por determinado segmento social, ilustrado pela experiência de uma família. Obviamente que esse tratamento do objeto de análise não esgota a representatividade do êxodo urbano - nem foi cogitado para isso - mas, contribui oferecendo problematizações e caminhos para pesquisas futuras com população urbana, sob o tema geral das migrações internas.

Assim, H. não migrou para Maricá sendo imediatamente atraído por empresas que se interiorizavam. Sua perspectiva de vida previa condicionamento ao que se denomina *cidade-dormitório*: servindo-se do município para dormir ou residir, mas em contato diário com a capital, onde se estabelece como advogado. A chegada dessas empresas apenas "coincidiu" com o projeto de vida de H. e sua família.

O apelo da violência permeia a entrevista. As expressões "fugindo de balas perdidas e de seqüestros-relâmpagos" denotam a preocupação da família com assunto que é pauta permanente na mídia e na opinião pública. Indica também a percepção de que, se não houve distribuição de renda nas últimas décadas (ao contrário, o capital concentrou-se cada vez mais), a violência foi generosamente socializada: ela transcende as classes sociais. S. recorda que viveu o tempo, na sua infância, em que a violência

“localizava-se” em guetos, com horários definidos, e visava um determinado “alvo social”. Por outro lado, S. concorda com a aceção de que violência não seja um *ponto cirúrgico*, localizável, a ser extirpado, mas um *complexo de relações mal resolvidas social, econômica e historicamente*. Nesse sentido, retomamos o conceito de que a violência pode ser definida, antes de tudo, como processo de *violação* dos direitos básicos do cidadão. Questiona-se aqui se o princípio da *cidadania* poderá emancipar-se do *textual* e assumir o *factual*, quer dizer, realizar-se como *de fato*, muito além do *de direito*. Compreendemos que a existência das *cidades* seja comprometida sistematicamente pela ausência de *cidadania*, assim como a garantia de que o indivíduo possa identificar-se plenamente como *cidadão*. O homem urbano, diante de tal impasse, não pode evitar o sofrimento de uma crise de identidade.

A facilidade com que H. e S. descrevem suas vidas revela a capacidade adquirida pelo indivíduo que se forma numa universidade, qualificando-se e *diferenciando-se socialmente*. O casal dispõe de vocabulário bem elaborado, atual, reproduzindo expressões comuns à mídia e concatenando bem as idéias, numa forma “politicamente correta”. H. e S. descrevem o Rio como cidade caótica, onde o poder público “perdeu o controle da situação”. J. e N., seus filhos, parecem reproduzir o discurso dos pais, sem demonstrar qualquer indício de saudades. De forma inconsciente, sem método, difusa, a família consegue formular - através da construção de discurso simultâneo à prática - tese onde o objeto enseja a própria vida. São relatos dispostos sem linearidade, mas *conexos*, além de práticos e operacionais, no sentido maior de que procuram dar solução inteligente para os problemas cotidianos de uma família comum.

A experiência da família não é a de quem testa determinada situação com distanciamento pacífico. Ela se traduz como *risco*, projeto que pode “dar certo ou não”. H. confessa que, se a situação financeira e orçamentária da família estivesse “muito boa” na cidade do Rio, talvez não pensasse em mudança. Paradoxalmente, H. agradece a Deus pela “dificuldade que o estimulou a sair da cidade”; sem ela, a experiência do êxodo urbano não passaria de idéia fantasiosa, sem fundamento. Ainda assim, H. poderia ter encontrado (ou construído) realidade de vida mais adversa em Maricá, mas sua intuição parece não tê-lo decepcionado. Ao lado da intuição, dados concretos, adquiridos durante os anos em que a família realizou passeios por Maricá, deram relevância para a iniciativa de mudança.

Contei a H. e S. que sua mudança para Maricá poderia tratar-se de uma

*experiência invisível*, pois o IBGE (2000) ainda não havia se preocupado em rastrear estatisticamente a população migrante de êxodo urbano. O máximo a que chegou o instituto foi de inferir que o êxodo rural havia estancado. Também lhes expliquei que a metodologia do IBGE remontava à época do Estado Novo, quando Getúlio Vargas interessava-se por ver o Brasil urbanizado. Na verdade, até hoje interessa às prefeituras considerar os municípios como essencialmente urbanos, pois a arrecadação do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano - tem sua razão de ser justamente em função do beneficiamento social que o governo municipal aplica sobre o território, através da manutenção de recursos tributados sobre as demandas da comunidade. Muitos municípios têm apenas uma "fachada urbana", mas suas características gerais (ANEXO 1) revelam o aspecto visivelmente rural (pelos critérios da OCDE, uma localidade só é considerada urbana quando existem 150 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto o IBGE admite a relação 40 hab/km<sup>2</sup>). H. concorda com o que foi dito e reforça o caráter de invisibilidade de sua experiência, com perspectiva surpreendente: experiência invisível também porque o migrante do êxodo urbano não invoca uma imagem forte, evidente, como tem sido a das famílias de retirantes - imagem clássica - onde se vêem nordestinos chegando à rodoviária com estômago vazio de fome e malas cheias de esperança. Para reforçar a imagem criada, de "invisibilidade", S. revela que seus avós vieram do Norte e conseguiram emprego no Rio, década de 1950, e agora ela e a família "retornam para fora do eixo, fechando um ciclo", como se um movimento compensasse o outro, "equilibrando as forças históricas".

No decorrer da entrevista, o casal lembra a dificuldade que teve, perante familiares e amigos, de dar uma satisfação (explicação) do que estavam fazendo, quando deixaram o Rio e foram viver em Maricá. H. acionou argumento de que Maricá não se encontrava tão distante do Rio; que não se constituía numa distância *absoluta*, mas em distanciamento *estratégico*<sup>26</sup>, relativo. Certamente que a relação de parentesco estruturada durante anos no Rio, agora se mostrava, no mínimo, deslocada; assim como a relação com os amigos que ficaram. Para surpresa da família entrevistada, após alguns meses, amigos e parentes passaram a visitá-los em Maricá, "aproveitando praia e ficando em nossa casa, sem gastar muito dinheiro..." - como H. ilustra. O casal revela que, durante o verão, as visitas de amigos e parentes chegavam a durar, no mínimo, um fim-de-semana; quer dizer, como observa H., dessa forma passavam a conviver com essas pessoas durante mais tempo do que quando moravam no Rio: "morando perto um

do outro, a gente dispensava, às vezes alguns minutos apenas para visitas breves. Agora, morando aqui, eles preferem pernoitar, para não pegar noite na estrada. Só assim a gente fica mais tempo uns com os outros. Foi preciso eu ir para mais longe, para que pudéssemos nos ver mais...!" - H. demonstra a ironia de sua tese.

S. tem predileção por Internet e acredita que "no mundo de hoje tudo ficou muito próximo", sustentando que a interatividade de alto grau proporciona "maior independência e mobilidade"; com isso deseja dizer que o desenvolvimento tecnológico, como "o melhoramento das rodovias e o uso do celular", permitiu "o encurtamento das distâncias". Assim, a distância entre Rio e Maricá seria muito menor hoje do que há vinte anos - o que incentiva e encoraja seu marido a realizar viagens diárias, a trabalho. H. confirma a tese de S., revelando que "no ônibus você encontra outras quarenta pessoas fazendo o mesmo, fora os outros horários, quando não estou pra ver". H. diz que seu trajeto leva, em média, 1h e 20 min: "Quem mora na Baixada, na Zona Norte ou na Barra da Tijuca, leva mais tempo que eu, para chegar ao centro da cidade do Rio".

A família entrevistada, ao realizar a migração para Maricá, reformula seu "perfil", agregando novos valores que vão fazê-la objeto de diferenciação, em se comparando com o antigo *modus vivendi*. O diferencial é a prática do êxodo urbano, isto é, *o ato de transferir residência e vida social para Maricá, motivado por fatores de repulsão da cidade do Rio*. Curioso notar que, para familiares e amigos antigos, H. e S. estariam realizando um *estilo de vida*, mesmo que fora dos padrões "normais", posto que delimitem posição no espaço social e promovam *retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência* (BOURDIEU, 1983). A tipificação *estilo de vida*, entretanto, compromete os sentidos de *mobilidade e ação* que estão implicados no conceito de êxodo; nas falas de H. e S., é possível perceber que o casal não concorda com tal acepção, chegando a ser formulada a idéia de que aquela observação, por parte "do povo que ficou no Rio", possui um ranço de ironia. O sentido mais imediato e comum de *estilo* pode ser encontrado no chamado mundo da moda, fazendo-se passar por mero "capricho estético", quando a prática do êxodo urbano, para H. e S., é elemento que orbita o campo das necessidades básicas, vitais. Mesmo que se relativize - explicando que "a moda também é uma necessidade estética ou artística" -, o caso específico da família traduz uma necessidade vital, onde a sobrevivência material mais básica tem maior peso. Negando que estejam apenas seguindo uma "moda", H. e S. preferem a concepção de *estratégia de vida*. Esta contribui com a melhor apreensão do

significado de êxodo que eles querem dar e que está sendo *reconstruído* na pesquisa. Em meio ao processo de negociação que o pesquisador tem de fazer entre ele próprio, seu objeto, o método e as várias significações, o casal não abre mão do sentido maior do *caráter estratégico* da sua migração.

Por isso, a experiência ainda é *invisível* para os setores científicos de apreensão dos fatos sociais<sup>27</sup> (institutos e academias) e para os indivíduos imersos e integrados no espaço urbano, porque não tiveram semelhantes oportunidades e condições de fazer a comparação entre dois momentos e dois lugares - exercício próprio e básico da antropologia<sup>28</sup>. Assim, o êxodo urbano da família não está vinculado a um *modus vivendi*, mas a um *modus operandi*, a uma estratégia de vida, na incessante busca pela sobrevivência.

A estratégia de vida realizada pela família migrante sustenta-se no tripé: *sobrevivência, custo de vida e segurança*. São fatores inseparáveis para a experiência do êxodo urbano que, no presente estudo, têm licença para se dividirem enquanto categorias de análise, para efeito de aplicação metodológica. Se imaginarmos que esse tripé sirva para sustentar a "cadeira-estratégia", podemos dizer que a *qualidade de vida* é quem se sentará sobre ela. Na dimensão e no equilíbrio desses fatores residiria uma busca estratégica, mas também, um peculiar exercício de crítica desenhado pelo migrante. O desenho que a família traça no território deixa visíveis os elementos indiciários de um discurso crítico: a grande força que é gerada quando um espaço causa repulsa e determina reformulação geral de vida.

*Segurança* é o quesito mais recorrente. Como conceito, atualmente ele se estende a outras áreas, como a *segurança alimentar* ou a *segurança previdenciária*<sup>29</sup>, invocando a carga de complexidade natural que envolve esse tema. Se atentarmos para o fato de que o narcotráfico, no mundo inteiro, movimenta uma economia da ordem de US\$ 1,5 trilhões (superando o PIB do Canadá), entenderemos que a criminalidade articulou vasta e complexa rede, com ramificações em todas as áreas institucionais e regiões: engenharia empresarial que só perderia para a movimentação econômica do petróleo. A dificuldade com que o poder público tem de lidar, nesse caso específico, revela contradições, como a de que em grande parte das comunidades carentes o poder do tráfico (que se usou chamar de paralelo) promove os serviços públicos mais básicos, aproveitando-se da ausência do Estado; é sabido que no entorno de favelas, no Rio, especialmente próximo a quadras de escolas de samba, não ocorrem furtos ou assaltos,

como em outras áreas (o território, por pertencer a determinada “quadrilha”, está “seguro”). Conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, do Rio de Janeiro, de 1985 a 1991, houve 70.061 homicídios no município, enquanto a Guerra do Vietnã matou 56 mil americanos. Evangelista (2003), professor do Departamento de Geografia da UFF, identifica o narcotráfico como “extensão” (continuidade) do *jogo do bicho*, em sua pesquisa *O Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. São dados que a família reconhece, pela simples observação e por meio da própria vivência na capital.

Mesmo se dando o tratamento *relativizador*, que justifica o recorde de sinistros na capital como reflexo do porte de cidade grande, para a família entrevistada a “relatividade” encontrada em Maricá lhe é suficiente. E não será correto dizer que o número de sinistros seja proporcional ao número de habitantes, como numa tentativa de encontrar determinada função matemática ainda oculta. Porém, as análises mostram que num adensamento populacional gigante, como no caso das regiões metropolitanas, as probabilidades de violência são muito maiores: porque a concentração humana traz em si violência - a violação do direito de o cidadão usufruir o “espaço físico” necessário a seu ir e vir, sem o qual serão “vítimas” da elevada *densidade moral* prevista em Durkheim (1998).

Na fala da família entrevistada nota-se a preocupação com o problema do narcotráfico no Rio de Janeiro e "suas balas perdidas". H. e S. manifestam esperança de que "essa praga" não se adentre por Maricá, embora o casal já tenha presenciado, no carnaval, cenas de jovens se drogando: "eram de fora... os daqui não devem ser muitos... a prefeitura e a polícia têm que preservar o espírito de tranquilidade de Maricá". O casal reconhece que em Maricá, a questão da “centralidade” pode se repetir; é no centro dessa cidade que os “vícios” urbanos se manifestam. Daí, sua preocupação em montar a própria residência no bairro de Araçatiba, que é “próximo ao centro, mas diferente do centro” - conforme uma de suas falas. H. tece a seguinte simulação: se tivesse que residir, com o mesmo distanciamento, próximo à avenida Rio Branco, na cidade do Rio, teria que morar no bairro da Praça Onze, ou em outra “periferia”. Esta perspectiva arranjada pela família somente foi possível numa cidade média, onde o movimento de urbanização ainda não se sobrepõe ao território.

Magalhães (2003) vai buscar no mundo clássico interessante percepção a respeito das cidades<sup>30</sup>. Segundo ele, "o mundo clássico sabia que os lugares são regidos por

divindades, os *genius loci*, que determinam as condições sobre as quais as cidades se desenvolvem". Da mesma forma que Weber se utilizou de um *genius capita*, para elaborar sua tese do "espírito do capitalismo", o pesquisador irá dizer que a violência urbana é resultante do "divórcio entre a cidade e o espírito do lugar". Esse litígio seria responsável pela disseminação da violência no Rio - cidade construída e consagrada, ao longo da história, como *locus de cordialidade*. A paisagem carioca, generosamente ofertada pela natureza, não poderia dissociar-se desse espírito e conter os altos índices demográficos - sob pena de irritar o *genius loci* e atrair a ira das divindades, eis uma tese possível.

O êxodo urbano permitiu à família um *ritmo não-violento de vida*, conforme sua fala, durante a entrevista. Uma outra forma possível de se visualizar a violência talvez seja a da *velocidade* com que se operam as atividades cotidianas, além, é claro, da forma explícita das "falsas blitzes e balas perdidas pela cidade". Numa análise histórica e panorâmica da atualidade, encontramos o capitalismo em sua fase neoliberal, hegemônico, que impõe alto grau de concorrência: do trabalhador exige-se incessante busca pela *requalificação*. Os meios de comunicação, na era do computador, trabalham em *tempo real*, com celulares interligados e *cyberconferências* - dispensando muitas vezes o deslocamento físico dos indivíduos; estradas são privatizadas e melhoradas, enquanto automóveis ganham potência e a legislação de trânsito aumenta a velocidade máxima permitida, em rodovias, para 110km. A velocidade com que se operam as atividades econômicas e sociais aumentou em função, não de uma conquista social por mais tempo ocioso ou de lazer, mas devido ao crescimento das demandas modernas impostas pelo sistema econômico. H. e S. reclamavam de falta de tempo para "curtir" os filhos, o lazer, a leitura, etc. Em Maricá, pelo porte médio da cidade, e pela redução de diversas exigências sociais, foi possível se reduzir essa velocidade, inibindo o "teor de violência".

Analisando os dados da entrevista, pode-se perceber também a preocupação que a família teve com o propósito de baixar o *custo de vida*. No Rio de Janeiro, *moradia*, *educação para os filhos*, *alimentação* e *planos de saúde* foram os itens reclamados. Segundo S., a lógica de mercado não passa de "uma grande hipocrisia, pois eles dizem que se procurarmos os preços, comparando, vamos encontrar um preço bom e fazer a concorrência baixar... mas cadê tempo para fazer pesquisa?" O ritmo de vida, outra vez, como forma fundamental de violência.

A concentração dos meios tecnológicos na capital atrai populações de famílias carentes, de vários lugares do estado e do país, elevando o custo de vida local - eis a lógica da equação *oferta x procura*. As capitais, por isso, são expressão e laboratório do capitalismo; elas têm um *papel no desenvolvimento do capitalismo moderno* (WEBER, 1967). O êxodo urbano enseja, antes de tudo, os movimentos de *descentralização* e de *desconcentração*. Descentraliza o poder, pois segue no bojo de uma *globalização* que permite ao trabalhador dispensar-se da obrigatoriedade tradicional, histórica, de ter que *viver próximo aos meios de produção*: H. se imagina em seu escritório, em Maricá, mantendo contatos com a capital, por intermédio da Internet. Ele também desconcentra os meios de produção, refletindo-se na mobilidade da população economicamente ativa.

A despeito da ação prejudicial que a globalização causou para as economias do capitalismo periférico, não se pode deixar de notar o ponto positivo que as novas tecnologias podem proporcionar, no âmbito de um mercado mais descentralizado. E também desconcentra o poder político, já que permite reequilíbrio do próprio mercado: em tese, se parte considerável da população economicamente ativa que se concentra nas capitais resolve ir para o interior, então na capital diminui a procura sobre a oferta de trabalho, aumentando a quantidade de empregos. Se essa matemática acontece, é possível se falar em *aumento do poder aquisitivo de quem fica* ou de um *maior poder de mando político desse segmento*. A concentração e centralização do capital e da população servem à manutenção das *reservas de mão-de-obra*, da população desempregada que pressiona os salários "para baixo" (MARX, 1980).

Por outro lado, as políticas públicas das últimas décadas, para a cidade do Rio, têm particularizado determinada lógica do capital. Governantes insistem na estratégia de captação de *turisdólares*, preparando a cidade para recepcionar e encantar o turista, e teoricamente revertendo divisas para os serviços públicos essenciais da população. O resultado é a valorização imobiliária de algumas regiões, como a Zona Sul, e o aumento do custo de vida, como um todo<sup>31</sup>. O residente da cidade do Rio terá que disputar preços "dolarizados", na orla, se quiser fazer turismo pelas praias da cidade em que mora.

H. e S. lembram que o custo de vida, no Rio, é "feito com muita artificialidade". Acrescentam que existem diversos fatores agregados que encareceriam o custo original. Por exemplo, o fato de haver mais roubo de veículos, no Rio, que em qualquer outra cidade do estado, faz disparar os preços de seguros de automóveis no município, tendendo-se a uma diferenciação (segmentação de preços) entre os diversos bairros. A

lógica "perversa" do mercado nutre-se da sinistralidade. Enquanto que no interior, se uma safra de cultivos alimentares é prejudicada pelo excesso de chuva ou escassez de água (motivos naturais) e faz elevar o preço dos alimentos, na capital os preços são sistematicamente elevados em função de questão social. Ou então, se é preciso viver no Rio, e correr os constantes riscos de violência, será indispensável que se possua: bom plano de seguro, dadas as condições precárias da segurança pública; plano de saúde, haja vista a situação da saúde pública; recursos financeiros para equipar a moradia com sistemas de segurança e blindar automóveis, etc. Ou seja, a capital reúne vários fatores que se agregam, elevando o custo de vida. Em Maricá, H. e S. sustentam que podem dispensar esses valores agregados, reduzindo, assim, o custo de vida.

*Sobrevivência* completa o tripé que a família entrevistada formulou para garantir uma *estratégia de vida*. Na decisão de ir para Maricá, o peso relevante, segundo o casal, foi a saúde como integridade sua e dos próprios filhos. Destacam ainda uma visão crítica do mundo moderno, afirmando que "na verdade, toda essa mudança é também fuga da Babilônia..." H. e S. fazem parte da Maçonaria e professam visão de mundo voltada para a religiosidade, embora não deixem transparecer, em suas vestimentas e seus modos de agir e falar, que sejam religiosos. Contam que várias vezes (citam a Bíblia) pessoas tiveram que "largar a cidade grande, para sobreviverem" - fato que confirma sua opção de vida. O aspecto de sobrevivência denota que, ao lado de uma atitude pensada, racional, há o aporte de "intuição" comum a todos organismos biológicos que procuram, a todo custo e inconscientemente, manter a vida da espécie. H. e S. presenciaram, durante o tempo de vivência no Rio, sérios riscos de vida, que *não podem ser relativizados*. A sobrevivência, nos tempos de hoje, então, é fato diligentemente *absolutizado* pelo casal - e deu força para o impulso de sua mudança radical de vida.

Na busca pela *sobrevivência*, por menor *custo de vida* e por mais *segurança*, a família entrevistada tateia significado mais satisfatório para *qualidade de vida*, quer dizer, realiza exercício de construção de conceito para *qualidade de vida*. A família sacrifica os "benefícios" de uma região urbanizada, renuncia ao "conforto" gerado historicamente pela tecnologia de ponta, em nome da melhoria de condições que consideram objetivas; ao longo desse processo, a família decide e testa o que entrará no rol de suas prioridades. Pode-se conjecturar que, ao dispensar a variedade de opções circunscritas ao espaço urbano, ela está optando por uma dada estratégia; se optasse por

viver no Rio e gerar qualidade de vida para sua família, H. precisaria elevar bastante seu poder aquisitivo - o que invocaria menos tempo com seus filhos e esposa, demandaria maiores custos de investimento; H. estaria concorrendo com grandes empresas de advocacia, nomes ilustres, e mesmo assim não teria garantias de obter sucesso financeiro. Preferiu, ao invés de *ganhar mais, gastar menos*<sup>32</sup>.

Gallopín (1986) vai considerar a saúde como ponto referencial na conceituação de qualidade de vida. Segundo o autor, a saúde dependeria de "satisfatores", como as condições ambientais. Na entrevista, H. e S. reclamam que a temperatura ambiental no Rio "está ficando insuportável"; a urbanização mal feita num espaço coletivo *isola* negligentemente o meio natural, sobrestando-se camadas de "elementos isolantes", como o cimento, o asfalto, o petróleo, as fibras, o plástico, o aço, etc., que influem no chamado *efeito estufa* - que é o calor estagnado na atmosfera. A poluição atmosférica diminui a imunidade natural da camada de ozônio, causando o efeito das altas temperaturas, assim como a alteração climática em todo o mundo. H. e S. observam que, para o "pensamento urbano", elevadas temperaturas formam o "tempo bom": "qualquer chuvinha ou frente fria, o carioca diz que *o tempo está ruim...* mas, ruim por quê? Pra quem?" H. completa o raciocínio: "imagino que o calor seja muito bom para as empresas de refrigerante e bebidas, e para os donos de hotéis, na orla do Rio...". Não se pode negar: a grande dificuldade de se conceituar qualidade de vida esbarra no obstáculo da subjetividade; ela entra no rol das categorias difíceis de conceituação, tal como *liberdade* ou *realidade* - o que não impede que uma família tente construir sua própria definição, para efeito operacional.

Roche (1990) vai enfatizar a dimensão cultural da qualidade de vida, envolvendo meio ambiente e desenvolvimento. Coimbra (1985) parte da conceituação etimológica. Muitos autores já se debruçaram sobre o desafio de definir o que seja qualidade de vida e não há sinal de pacificidade em torno do tema. Por enquanto, a exemplo da família entrevistada, esse conceito está sendo construído *por exclusão*: apreende-se o que é qualidade de vida excluindo-se tudo aquilo que dela não faça parte. É como se conhecer tudo o que desqualifica a vida, sem saber exatamente a referência "absoluta" que a qualifique em definitivo. Esse objeto de busca vai se definindo à medida que as "desqualificações" vão sendo dispensadas.

Para se obter visão mais ampla de como as cidades de Maricá e do Rio de Janeiro se interagem, através da história do estado, é preciso que se entenda primeiramente sua

relação como sendo antiga. Em *Esau e Jacó*, romance de Machado de Assis, a personagem Santos é nascida em Maricá, pobre, e muda-se para o Rio, “por ocasião da febre das ações (1855)”, onde ele parece ter revelado “grandes qualidades para ganhar dinheiro depressa”. Santos oferece emprego a João de Melo: um “lugar de escrivão do cível em Maricá”. Mesmo que *Esau e Jacó* conste como obra ficcional, não se pode descartar o fato de que tal ficção auxilia na compreensão da realidade proposta, sem a qual o caráter de verossimilhança se perde e o impacto da narrativa não vinga. Apesar do reconhecido aspecto rural do município (ANEXO 1) - e quanto mais na metade do século XIX - compreende-se a preocupação de enquadrá-lo oficialmente como urbano, dado o interesse institucional, já referido, pela concepção de espaço urbano como moderno, evoluído. Observa-se, ainda, que a presença de um cartório, em Maricá, nos idos de 1855, pontua o início da descentralização do sistema jurídico no estado do Rio.

**Foto 6- Lagoa de Araçatiba. Ao fundo, formações montanhosas de Itaipuaçu.**

A proximidade que Maricá tem com o Rio explica, em grande parte, seu relacionamento histórico; ela já foi considerada como partícipe do grupo das cidades metropolitanas (como Rio, Niterói e São Gonçalo) até 2002, quando passou a constar como pertencente à Região dos Lagos. Tal peculiaridade aponta sua localização como

“de fronteira”, expressando-se com o caráter duplo de pertencer, na prática, aos dois ambientes - característica que lhe abriria vantagem sobre outros municípios.

A cidade do Rio de Janeiro acumula considerável carga simbólica, que une um generoso ambiente natural, relativa e minimamente conservado, e o histórico de capital federal, além de agregar a “vocação” de circuito cultural. Na verdade, na chamada *cultura carioca* pode existir o conjunto de todas essas características, naturais, sociais e históricas, que acabam compondo perfil de rica complexidade; ao mesmo tempo em que se cria o discurso da unanimidade em torno das “maravilhas” do Rio, constrói-se a roupagem mítica que transcende a mera superposi o de fatos e dados empíricos, quer dizer, o mito da cidade grande (e da “cidade maravilhosa”) inicia-se com a racionalidade dos fundamentos pacíficos (a cidade tem áreas rurais, praias, shows, teatros, etc.) até chegar aos motivos publicitários (simbólicos), quando ela passa a possuir muito mais que essas coisas: há na cidade um *mana*, uma *aura*, um *genius* (HORKHEIMER, 1990). O *fetich * que Marx descobriu na mercadoria se estende ao espaço “cidade”, pois esta imagem é vendida como roteiro turístico internacional, configurando-se, portanto, como uma das principais e mais rentáveis mercadorias da época contemporânea.

Já a apropria o de Maricá como cidade estratégica ocorre em pleno movimento social realizado por indivíduos; não há propaganda oficial que explicita as vantagens de o morador do Rio optar pelo  xodo para Maricá. Esse silêncio aparente se reporta ao caráter de invisibilidade do movimento que, aos poucos, oferece sinais cada vez mais nítidos de existência e evolu o. Pela m dia,   possível percebê-lo nas entrelinhas; em programas governamentais do Estado do Rio, fomentando o desenvolvimento do interior; indiretamente, a partir das lacunas deixadas pelos institutos de pesquisa oficiais. Por isso, Maricá ainda se encontra longe de criar, para si, um epíteto de cidade alternativa - se á que algum dia tal perspectiva se estabelecer  (o que não suprime a liberdade de indivíduos tomarem para si a fun o de sujeitos da história, criando identidades territoriais “alternativas”).

Há que se cogitar também o fato de que não interessaria a certos setores da economia carioca a manifesta o publicitária de uma cidade próxima e sua capacita o para absorver tanto os recursos financeiros e tecnológicos, quanto o fluxo de popula o humana que está em excesso, na capital: sem esta, resultaria comprometida, por exemplo, a mesma reserva de mão-de-obra que lhes permite pressionar salários para

baixo. Como já visto no primeiro capítulo, *concentração* populacional é condição *sine qua non* para a sociedade plenamente *especializada*; uma propaganda agressiva sobre a alternatividade da cidade de Maricá como espaço propício à realização de estratégia de vida e sua operacionalização sistêmica desfigurariam a constituição original do mercado para a divisão social do trabalho, no estado do Rio de Janeiro.

Sob tal perspectiva, a família que migra para Maricá, ao realizar o trajeto do êxodo comentado, subverte a lógica construída historicamente para o relacionamento entre capital e o “restante do corpo territorial”. Ao lado da desconcentração - que se refere à densidade - há também o efeito da *descentralização*, que remete o território ao questionamento: ainda será realmente indispensável à organização coletiva humana, e em especial, à que se refere ao Rio de Janeiro, a disposição do espaço em torno de um centro? O mundo da *alta modernidade* (GIDDENS, 1991) não poderia comportar outros tipos de ambiente, a saber, compostos de não apenas uma centralidade, mas, diversas?

Ora, se o espaço urbano, construção consolidada pela modernidade, somente pôde se constituir (e se manter) à base de extrema *previsibilidade*, isto é, sob pressão de orientação programática muito racionalista, calculista, como laboratório da técnica científica, a subversão que existe no êxodo urbano, da forma silenciosa que vem sendo realizada, deve sua força ao caráter de espontaneidade de um movimento social discreto. Enquanto esse movimento não for apreendido como “sistêmico”, não for apropriado como mais uma opção do mundo industrial, preservará a característica “subversiva”. Por isso, uma eventual apropriação desse movimento como política pública torna a questão um verdadeiro desafio.

Quando o conjunto de valores que compõem o espaço urbano é posto em xeque, ao ser confrontado com o espaço dito rural, revela-se o componente de não-racionalismo, que não é necessariamente o *irracionalismo*. H. e S., na entrevista, detectam a presença de sentido pejorativo na reação de “parentes e amigos que ficaram no Rio”: quando estes afirmaram o discurso de que H. e S. estariam tomando decisões irracionais. A tipificação de que o êxodo urbano seja movimento irracional é a primeira resposta sofrida pela família quando esta subverteu o sentido “normal” do êxodo - o que não constitui em supressão da lógica, segundo o raciocínio do casal, mas em apresentação de lógica diversa.

A busca da qualidade de vida (e para H. e S., esta se confunde com a própria sobrevivência) traduz-se também na pressuposição de que não só o corpo físico da

família necessita de sustentação, mas a saúde mental, e todas as demandas não-físicas (cultura, espiritualidade, intelectualidade, etc.) precisam ser preservadas. Para se conseguir realizar tal tarefa, a família utiliza-se de certa estratégia, que é migrar para Maricá. Essa mudança de vida, por meio do ato de migrar, constitui-se em *modus operandi*, na forma operacional com que é realizada a qualidade de vida. O caráter impositivo, que obriga a família a deixar o Rio, em função de fatores de repulsão, assegura a propriedade de tal movimento ser considerado êxodo, e esse êxodo, ser tipificado como urbano, uma vez que, na consideração da família, há características urbanas sendo questionadas e, em se comparando ambas as cidades, Maricá é tacitamente percebida como cidade essencialmente rural e de porte médio. A prática da estratégia objetiva *reduzir o custo de vida* (que no Rio era alto), *reduzir o risco de vida* (o Rio é bem mais violento), constituindo-se assim uma redefinição conceitual para *qualidade de vida*.

Ao longo do terceiro capítulo, foi visto como na cidade do Rio se desenhou o início de um projeto urbano. Desde 1567, os primeiros contornos de urbanização se dão a partir de marcos seculares (órgãos públicos) e religiosos (igrejas). Mas, será com a vinda da Corte, no século XIX, que o Rio de Janeiro adquire *status*, aumentando-se a população em mais 15 mil habitantes: fidalgos, funcionários, criados e militares vindos de Portugal. O grau baixo de urbanização, levando-se em conta os padrões do século XX, começa a funcionar como chamariz, fator de atração, atuando sobre áreas ainda não “civilizadas” do território; gesta-se um ambiente atrativo, propício para o êxodo rural dos séculos seguintes. Reproduz-se internamente, no território, a mesma relação que havia entre colônias e metrópoles européias. Estas, o centro em torno do qual orbitariam aquelas, fornecedoras de matéria-prima para alimentar a indústria insurgente do Velho Mundo. Nesses primeiros momentos do processo urbanizatório moderno, a cidade do Rio não se diferenciava tanto do restante do território, como hoje, a ponto de poder se destacar e alcançar *status* de epíteto publicitário internacional. Mal se podia falar de êxodo humano das áreas rurais para o Rio: quanto menos de êxodo urbano.

O mito da cidade grande ofereceu motivos para atrair habitantes de outras regiões, durante boa parte do século XX. Nele se traduz a idéia disseminada de que haveria um lugar responsável pelo acúmulo de *boas condições de vida* ou, pelo menos, melhores condições de se captarem recursos financeiros. A migração internacional, por exemplo, que os EUA protagonizam exercendo atração sobre grande parte dos povos latino-

americanos, possibilitou a criação da expressão *fazer a América*. Em nosso caso, ir para a cidade grande, durante certo período histórico, equivaleu a *fazer a América* sem sair do território nacional.

Se a consolidação desse mito se deve ao período moderno, manifestado institucionalmente como *projeto urbanizatório*, seus antecedentes remontam a períodos sem data, quando tribos nômades migravam para o exercício “primitivo” da sobrevivência, à base de caça e coleta; mais tarde, com a instituição da agricultura, a migração humana se diferenciou, até virar movimento destacado, de exceção: o homem passou a migrar buscando terras férteis e climas favoráveis ao plantio. Como já visto, no cânone judaico-cristão é possível se encontrar a figura do êxodo em vários momentos, muito embora ali ele esteja vinculado ao sentido religioso. Sua apropriação como estratégia, no entanto, seguida dos reflexos de atração e repulsão, parece ter sempre acompanhado e motivado as migrações humanas.

A mítica moderna do progresso inseriu o fenômeno do êxodo urbano no rol de outras manifestações igualmente míticas. Por exemplo: situar todo e qualquer território como potencialmente urbanizável - orientação da escola americana de sociologia rural - aproxima a urbanização ao mito. Na verdade, trata-se de conjunto de fenômenos urdidos a partir do mesmo impulso histórico iniciado com a Revolução Industrial. Quando se invocam os fundamentos iluministas que deram suporte a essa transformação está se fazendo referência às mesmas características do fenômeno de urbanização: universalismo, especialização, individualismo, liberdade, etc. Dentre as diversas qualidades desse conjunto, *cidadania* é o instituto que se presta, por excelência, a significar uma faculdade específica da cidade como unidade geográfica e social. Ser cidadão é ser dignatário das conquistas históricas reunidas (concentradas e centralizadas) naquele espaço. E como se trata de categoria universal, a cidadania transcende as próprias condições que serviram na sua criação; ela não é privilégio de apenas quem vive em cidades, mas, por exemplo, deve alcançar o mais isolado dos homens que resiste no espaço rural mais distante. Se o projeto urbanizatório alcança a totalidade do espaço territorial, quer fisicamente (materialmente) ou simbolicamente (por meio de *mass media*), *cidadania* é conceito que lhe acompanha o percurso. Quando se diz que o cidadão não conhece a plenitude de seus direitos, está-se querendo mostrar a resistência dele em aceitar a ação de uma força universal, *inevitável, natural e benevolente* promovida pelo projeto civilizatório. Já se tentou experiência na

classificação de outras categorias como *favelania* (para indicar o espaço distinto da favela) ou *florestania* (referindo-se às especificações dos “povos da floresta”), sem se obter o êxito universalista, entretanto, de subjugação do termo cidadania. O conceito de cidade como espaço onde se travam debates e discussões, onde se alimenta, se concentra e se centraliza o progresso tecnológico, unido ao princípio da *cidadania*, naturalizou-se com tal intensidade, que passou a fazer parte de todas as pautas reivindicatórias modernas, desde a voz mais tradicionalista “de direita” até os movimentos mais radicais “de esquerda”. A figura da *cidadania* acaba se transferindo para o seletivo grupo das categorias abstratas (como liberdade, independência, qualidade de vida, etc.), passando a representar, sob a forma moderna, um espaço de “perfeição” somente comparável aos tempos idílicos onde o mítico revela sua sobreponência. Aplicar materialmente toda a cartilha dos direitos do cidadão é transportá-lo ao “paraíso”, a começar pelos direitos mais básicos como, por exemplo, o alcance totalizante, integral, do salário mínimo previsto na Constituição Federal para satisfazer plenamente o cidadão brasileiro, ou o seu pleno direito à saúde, à educação, à moradia, etc. A criação de um conceito jurídico pensado como dispositivo garantidor dos direitos básicos do *cidadão* necessitou de fundamentos altamente racionais que, paradoxalmente, reverteram-se ao aspecto principal do *mítico*. Assim, materializar os direitos do cidadão - ou tornar o texto da lei plenamente exequível - torna-se um mito: promessa de redenção, material fartamente utilizado em época eleitoral.

A estratégia do êxodo urbano subverte a lógica desse progresso. H. e S. sentem com intensidade, pelas diversas vozes e falas de familiares, que estariam tomando a direção contrária ao percurso “normal”. Sem estar devida e suficientemente apropriado como fenômeno sociológico, o êxodo urbano não pode lhes oferecer a segurança do recurso institucional; eles não estão embarcando num programa governamental, nem não-governamental (ONG), mas assumindo o papel solitário de desbravadores - autênticos agentes sociais.

Mesmo incorporando esse espírito desbravador, a família revela que a atitude em deixar um *modus vivendi* para assimilar outro está longe de ter sido pacífica. Essa passagem não se deu de forma linear, sem percalços, e diversos receios surgiram para fazer o contratempo. Inicialmente, a idéia de residir em Maricá não passava de inocentes comentários produzidos geralmente ao término dos fins-de-semana, quando da volta ao Rio. Os amigos feitos em Maricá convidavam a família para viver na cidade,

explicando os detalhes da adaptação de vida<sup>33</sup>. Revelavam informações importantes, como os dias, na semana, em que o “caminhão de lixo” passava, ou os horários dos ônibus. Há nesse comentário indício de *solidariedade social*, atitude de hospitalidade, e também certa estratégia de relacionamento com o desconhecido, já que a vizinhança ainda não possui “satisfatório grau de intimidade” com os novos moradores.

O trânsito “engarrafado”, pela Rodovia Amaral Peixoto, passando pela ponte Rio Niterói, também os desestimulava: milhares de veículos deixando a Região dos Lagos, aos fins-de-tarde dos domingos. A partir desse quadro, H. formulou a seguinte perspectiva: se ele morasse em Maricá, poderia se dar ao luxo de ir visitar amigos e parentes no Rio, durante o mesmo período em que milhares de viajantes fossem para a Região dos Lagos, e especialmente para Maricá. H. chamou essa inversão de *contrafluxo*; quer dizer, em sua perspectiva simulada, ele nunca estaria no congestionamento do trânsito; quando ele estivesse indo por um sentido da estrada (vazia), o fluxo congestionado de veículos viria pelo outro. Obviamente, esse *contrafluxo* transcende o espaço físico do tráfego, e sugere um *contrafluxo sistêmico*, quando os demais relacionamentos sociais são tomados pela mesma inversão de lógica.

Ora, a inversão desses sentidos físicos da estrada pode ser aproveitada para ilustrar uma estratégia de vida, segundo a qual o território (o estado) é dividido por funcionalidades - e esta é uma visão básica, racional, a partir da qual H. e S. tomarão proveito. Para o casal, a cidade do Rio deve exercer sua função de *espaço cultural e tecnológico*, de visitação turística, enquanto Maricá assume a função de residência. O grande fluxo dos moradores da cidade do Rio prefere o sentido “normal” - residir no Rio e fazer de Maricá apenas opção de passeio. H. já se pronunciara a respeito, numa *crítica* visceral aos últimos governos, afirmando que *a cidade do Rio é produzida para o turista e não para seu morador*. Este, segundo H., “sustenta” a cidade por meio de sua própria sociabilidade diária e também como contribuinte de impostos. O casal lembrou a vez em que o bondinho do Pão-de-Açúcar, ocupado por turistas estrangeiros, foi assaltado, e o prefeito restituiu imediatamente o valor da mercadoria levada (câmeras, máquinas de fotografar, dólares, relógios, etc.). “E a população residente que é assaltada...? Terá o mesmo tratamento?” - indaga S. Esse tratamento diferenciado, dando vantagem ao turista, permitiu que o casal construísse opinião acerca das linhas políticas aplicadas no município. “Já que [o Rio] é feito para o turista, então eu viro turista” - complementa H., demonstrando qual seria a melhor opção diante das

perspectivas. Ambos salientam que Maricá reúne características e condições próprias de espaço residencial ainda não tomado pelo porte de cidade grande. Seus indicadores são subjetivos: *poder estacionar a bicicleta em frente ao mercado ou à padaria; poder caminhar a qualquer hora pelas ruas principais; poder dispensar o carro e andar a pé; poder estacionar o carro, sem ser coagido por “flanelinhas”; poder andar mais à vontade; etc.* Estas faculdades expressam, conforme diz o casal, atributos de uma cidade que lhe serve de residência.

Por outro lado, H. e S. confessam que Maricá resente-se de um parque cultural; nesse quesito o Rio de Janeiro parece estar à frente. Uma eventual perspectiva de especialização da cidade de Maricá como *estação turística* também rende ao casal idéia de comércio - cogitou-se, durante a entrevista, na possibilidade de H. e S. venderem cerveja na praia, durante o carnaval, ou milho cozido na praça, ao longo do verão. Nesse sentido, H. tece novas considerações, comparando perspectivas entre as duas cidades analisadas; no Rio, ficaria bastante difícil e complicado trabalhar na praia, já que, segundo sua análise, teria pela frente muita e poderosa concorrência - haja vista a segmentação do comércio, na orla, como uma espécie de “máfia”. No Rio, encontraria os complicadores da legalização burocrática do comércio na praia e a pressão de comerciantes já instalados, que exploram há muito essas atividades. Em Maricá, ao contrário, bastaria “encher o isopor, encontrar o ‘ponto’ e armar a barraca”. A idéia principal, pois, está em se aproveitarem os espaços conforme sua “vocação”: no momento em questão, a cidade do Rio não teria “vocação” para residência.

## 5. Conclusões

O tema do presente trabalho é o êxodo urbano - movimento migratório humano que toma o sentido inverso do êxodo rural, isto é, no caso em tela, a migração do habitante do espaço urbano carioca rumo ao espaço rural, interior do Estado do Rio, à cidade de Maricá. Como objeto, entretanto, focaliza-se a experimentação de uma família que *se enquadra* como agente de tal movimento. A idéia é contribuir com a singularidade de uma experiência, no sentido de abrir espaço para reflexões de maiores envergaduras, fornecendo indícios de fenômeno social ainda não apreendido oficial e estatisticamente.

O primeiro aspecto a ser imediatamente averiguado foi o de pontuar a carência dos meios oficiais de estatística sobre populações humanas. Durante a pesquisa, surpreendi-me com o fato de o IBGE - além de outros institutos - não ter ainda alentado a possibilidade de *êxodo urbano*, quer dizer, não ter investigado ainda a perspectiva trazida no bojo do presente trabalho. O máximo a que chegou foi diagnosticar procedências de migrantes para os municípios do Estado do Rio de Janeiro, sem oferecer análise mínima que aduzisse a ocorrência desse fenômeno social, articulado com a “saída de gente” da capital. Contudo, o estancamento do êxodo rural é fato que não tem, por si só, suficiência de significados para a conclusão de que o êxodo tenha revertido sua direção. O trabalho em tela contribui levantando a questão, deslocando o foco das lentes oficiais para além desse "ponto zero" do estancamento do êxodo rural. Por isso, é denominada *invisível* a experiência da família entrevistada.

Outro aspecto, que surge na esteira da pesquisa, reside na percepção territorial do Estado do Rio. Sem desmerecer o debate levantado a respeito das identidades urbana e rural (o que é urbano? O que é rural?), propus a visualização de outras perspectivas. É claro, a visão oficial do IBGE (2000), por exemplo, que definiu o município *União da Serra*, no Rio Grande do Sul, com apenas 18 habitantes, como urbano, não pode ficar incólume - conforme a preocupação de Veiga (2005), em suas pesquisas sobre ruralidade. Ser urbano apenas devido à presença de sede federativa acusa necessidade imediata de revisão dos instrumentos metodológicos do instituto. Compreende-se o esforço dos agentes públicos em estender a característica urbana pelo território, uma vez que ela invoca a assistência institucional de recursos, de transferências financeiras (a indissociabilidade entre *o capital* e *o processo urbanizatório*), tendo como exemplo

mais palpável o IPTU - imposto que somente tem sua razão de ser em função da urbanização. Contudo, no seio desses aspectos não residiriam dados suficientes para denunciar uma espécie de prevenção, quiçá preconceito, com o caráter rural, no país? Teremos vergonha de sermos um país essencialmente rural<sup>34</sup>? Ainda não se possui pacífica definição do que seja rural ou urbano, e enquanto isso não ocorre e não convence socialmente, a sociedade prossegue a bordo de projetos-modelo importados de países "desenvolvidos", que historicamente desenharam seus territórios como espaços *urbanos* ou *urbanizáveis*. Fica evidente que o projeto de urbanização é também, e por excelência, expressão *da modernidade* - paradigma em crise, mas que luta acirradamente para manter seu posto no centro do *projeto civilizatório*, em marcha há pelo menos quatro séculos (a violência numa cidade grande espelha essa crise). Manter um projeto urbanizatório, como programa institucional, não pode ser explicado como sendo apenas capricho ou opção inocente; ele denota conjunto de interesses bem conjugado ao paradigma de modernidade, onde os territórios geográficos precisam ser tratados com racionalidade técnica e funcionalidade. A visão de progresso está inexoravelmente *vinculada ao processo de pavimentação e iluminação urbanas, ao saneamento, à malha de transportes coletivos, a uma rede de comércio, ao oferecimento de serviços, etc..* A auto-sustentabilidade de cidades rurais pequenas e médias oferece-nos a chance de se suspeitar: até onde o processo de urbanização é interesse do cidadão (ou lhe é imprescindível) que habita uma cidade média, e a partir de que ponto ele não é manifestação de grupos privados interessados em oferecer, ao poder público, a intermediação de seus serviços para construção do espaço urbano?

A primeira conclusão serve para contribuir com a identidade do município de Maricá. Trata-se de cidade visivelmente rural, que já fez parte do grupo de municípios metropolitanos do estado, mas recentemente passou para o rol das cidades da Região dos Lagos (uma forma de amenizar sua identidade urbana?). Realmente, diagnosticar como urbano ou rural não é fácil tarefa; existe ainda possibilidade de se considerar a *densidade demográfica*, isto é, a concentração de gente: dezoito pessoas vivendo num espaço de 100 metros quadrados, no "meio do mato", serão indícios suficientes para definir esse espaço de urbano? Longe de termos um critério pacífico sobre o assunto, aceitei a idéia da formulação *democrática* de representação, onde se considera o *resultado racional de forças*. Assim sendo, o meio natural de Maricá sobrepõe-se à parte urbanizada da cidade - paisagem facilmente constatada por meio de fotos aéreas

(ANEXO 1); o relato da família e outras fontes secundárias certamente que, no presente trabalho, foram tão considerados quanto as definições do IBGE, dando-se chance às mais variadas vozes e falas que atuam na conceituação do que seja urbano ou rural. Ainda assim, deve-se admitir, no caso, a dificuldade de uma aceção definitiva para esses conceitos. Buscando constituir o IQM-VERDE (Índice de Qualidade dos Municípios Verde), O CIDE tentou enquadrar essa antinomia - enquadramento que mais se aproxima da linha deste trabalho - partindo da perspectiva de planejamento ecológico e gestão ambiental do território, e criou o IQUS (Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal), que compara as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos usos do solo. Por esse enquadramento, Maricá não é definida exatamente como cidade rural, mas se enquadra no item Rodeio/Verde II: *maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas / grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas.*

Se aprofundarmos a discussão do que seja urbano ou rural, concluiremos que não há como se separar um do outro, especialmente em casos como as cidades interioranas do Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, esse conflito de conceitos faz ressonância a um litígio maior - a velha luta travada para se dominar o ambiente natural e se implantar "definitivamente" um modelo de ocupação territorial moderno, por onde o pensamento industrial possa lançar seus novos e incessantes afluentes. Um espaço assim, inteiramente estabelecido como urbano, é digno das projeções feitas, não pela ação científica, mas pela *ficção científica*. O debate sobre o que vem a ser urbano deve encontrar pontos intermediários entre os extremos dos tipos ideais weberianos (WEBER, 1967), desconsiderada a possibilidade de o homem voltar para um estado de natureza rousseauiano ou, inversamente, de se fabricar um mundo integralmente sintético, sem ligação nenhuma com o meio natural, absolutamente neutro e isolado.

Poderemos ainda considerar a criação de outros índices, onde se levem em conta, não a densidade da população humana ou do meio ambiente, mas fatores como *velocidade* ou *ritmo*:

1. *Velocidade/ ritmo de resolução*

- A velocidade que se leva, dentro de um coletivo, para chegar a um determinado ponto da cidade ou do bairro;
- A velocidade para se obterem os alimentos básicos;
- A velocidade para se obter a satisfação de um serviço público;
- A velocidade dos computadores, nos cruzamentos de dados e de informação.

O ritmo do espaço urbano é bastante sintomático, pois ele caracteriza facilmente certo *modus vivendi*, onde o mercado capitalista realiza, com excelência, processos de concorrência e competição. Ora, o acirramento desses dois fatores não pode se refletir em outra coisa senão na velocidade que os membros da sociedade aplicam sobre o trabalho social para saírem “vencedores” socialmente. A tecnologia vem a bordo das exigências de velocidade: aquela empresa que pode oferecer produtos, levando menos tempo, ganha mais clientes, leva vantagem, vence o jogo. Os fatores tecnológicos impõem determinado ritmo operacional para que o homem a ele se adapte; um cidadão não pode deliberadamente impor a velocidade de seus passos, por exemplo, para atravessar a Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, sob pena de ser atropelado (por pedestres ou automóveis) simplesmente porque o semáforo tem seu relógio programado pela engenharia de trânsito - o crivo tecnológico socializado para naturalizar esse ritmo. Antônio Cândido (1964), ao estudar os "caipiras" de São Paulo, demonstra como se dão os ritmos rurais. A velocidade de obtenção de produtos alimentícios - supondo-se que serão semeados e cultivados - é naturalmente muito mais lenta que a velocidade utilizada para um cidadão urbano ir ao mercado e fazer compras, e sua localização em ambiente natural aponta para a necessidade de definição para *ritmo natural*. É na *intermediação* entre o produtor e o comerciante "de prateleira", e na velocidade rápida dispensada pelo comprador urbano, dentro de um mercado, que os custos vão ser agregados à margem do lucro, encarecendo ao máximo o preço original do produto. No processamento da matéria-prima, isto é, em sua *socialização* (deixa de ser *natural* e passa a ser *social*), infiltra-se a demonstração de que o "natural" está sendo beneficiado (e aqui o beneficiamento não é uma opção, mas uma "exigência natural dos tempos modernos"), e portanto se deve pagar mais caro pelo produto. Por outro lado, o clima rural aproxima o homem do *ritmo* do meio natural: o pequeno agricultor que se adapta às condições climáticas, às estações do ano, à fertilidade da terra; as estradas

enlameadas, devido às chuvas, que determinam a demora da viagem para algum lugar; o frio, que condiciona horários de sono e de se levantar, pois não havendo máquinas, cimento, poluição, não encontra calor artificial que reduza a temperatura. Todos esses fatores influem na personalidade do "tipo" rural e deveriam ser considerados sociologicamente, no momento de se pensarem critérios para a conceituação do que é urbano ou rural. Por estar carregado de significados, que escapam à simples densidade populacional, o espaço urbano é melhor apreendido pelo fator “velocidade”; ele é composto por diversos caracteres de um conjunto bem delineado de significados, de forma que, em se estando no meio da Avenida Rio Branco, por exemplo, não se possa ter dúvidas de que ali seja um espaço urbano. O tipo ideal weberiano aplicado à cidade grande nos conduz a uma comparação entre esses dois espaços, demonstrando como se exercitam as respectivas velocidades, e a razão de ser de seus ritmos. No caso de Maricá, como cidade média, H. e S. esperam “organizar a vida, de modo que a gente faça tudo a pé, economizando o tempo precioso”.

Porém, devem ser considerados igualmente os depoimentos da família entrevistada, que apontam a ruralidade do município, percebida através de um *método subjetivo e comparativo*<sup>35</sup>: quando o agente do êxodo urbano aplica *trabalho de campo*, mesmo não sabendo ou desconhecendo que tal exercício traga esse nome academicamente. Na verdade, a família entrevistada não se preocupou em classificar a nova cidade residencial, mas se contentou em atribuir à mesma *graus toleráveis de urbanização* (em contrapartida, os graus de urbanização do Rio não foram tolerados). A observação acurada e a própria vivência no Rio de Janeiro foram seus instrumentos usuais durante a concepção do plano de mudança para Maricá. "Por meio de leitura de jornais e pela própria observação do dia-a-dia", como afirma H., numa de suas falas: bagagem empírica que faz *interface* com a dimensão teórica da presente pesquisa, resultando em maior densidade para o tema.

Em comparação com o Rio de Janeiro, Maricá é perfeitamente rural. Outra questão que se deve levar em conta é que o município faz parte do *interior* do Estado, mas também é *litoral* - um complicador (ou “enriquecedor”) da análise. Rio-Maricá seria um conjunto de relações: *capital-interior; interior-interior; espaço urbano-espaço rural; e litoral-litoral*.

Em segundo lugar, conclui-se que a prática do êxodo urbano traz, no seu bojo, determinada *carga simbólica*<sup>36</sup> rica em elementos bastante significativos. A família

entrevistada apresentou *discurso* para expor e legitimar metodicamente sua ação. Pelo material analisado, resultante da entrevista, ficou patente que esse discurso fora construído ao longo de anos, quando a família ainda se encontrava no Rio. Ele funcionou como elemento explicativo, para "satisfazer a curiosidade alheia", mas também como peça de *autoconvencimento*. A todo momento, observa-se o uso da *função enfática* de sua linguagem, com utilização de expressões de reforço - sinais de que a idéia de deixar a cidade do Rio é também desistir de relacionamentos, do convívio diário com os antigos amigos e familiares, sendo plausível que a família formule, para os mesmos, uma espécie de "explicação do que está acontecendo"; ela precisa dispor de uma imagem (perante terceiros) e de uma auto-imagem (perante a si mesma) que satisfaça e normatize o novo arranjo engendrado para sua rede de sociabilidade. E por se tratar de idéia que foge radicalmente aos padrões, o dispositivo de reforço é diligentemente acionado. Ao elaborar tal explicação, a família está (re)*construindo a realidade*, elaborando uma *visão de mundo* ou demonstrando aos "seus" aquilo que está ocorrendo (ação de fatores de repulsão na cidade do Rio) e o que tal ocorrência pode lhes causar. Junto a esse discurso haveria outro: o de se explicarem às novas relações que fizeram em Maricá (o que essa família "veio fazer em Maricá, em 'nossa' cidade?"). O fato de a família ser composta por indivíduos com certa formação profissional e intelectual torna-se elemento de peso que depõe a seu favor, pois sua atitude não se trata de aventura, mas de ato pensado *racionalmente*, mesmo que sob perspectiva alternativa.

O caráter exógeno do êxodo urbano é bem delimitado porque aqui não se trata de apenas mudança, mas de *quebra na continuidade* de um pensamento-padrão - o de se estabelecer definitivamente no Rio e ali construir sua vida, como a maioria da população - partindo-se de fatores de repulsão, como a *violência urbana*. Esta se confirmou expressão redundante: o espaço urbano seria violento em sua essência; ele não poderia reproduzir outra coisa, que não a violência. Nesse sentido, a família está compondo quadro conceitual, não apenas sobre uma possível alternatividade de vida, mas acerca do estado de violência encontrado na cidade de origem. E mais: *experimentando estratégia de vida*, como resposta à necessidade de sobrevivência e aos fatores de risco a que ficavam sujeitos na capital. O ato de "desistir" do Rio, por causa da violência (no sentido mais amplo aqui preconizado), comunica a intensidade e o alcance dessa violência. A família tem plena consciência de que *o Rio está muito mais violento que Maricá* e que *violência é um conjunto complexo de fatores, cujo mote*

*maior reside na violação dos direitos básicos de cidadania.* A cidade do Rio de Janeiro não responde plenamente à necessidade de materialização dos direitos do cidadão, em outras palavras, não permite o exercício da completa cidadania. Essa conclusão se sustenta pelos diversos momentos da fala da família. Se há um lugar onde a cidadania deveria ser prontamente exequível, esse lugar não seria o espaço rural, mas a própria *cidade* - unidade sociogeográfica que permitiu a construção etimológica do verbete que se refere a *cidadão*. Paradoxalmente, não foi na cidade, em local especialmente urbano, que a família encontrou maiores chances de exercer a cidadania.

Analisando o quadro político do estado do Rio, extrairemos também a conclusão de que atualmente sua relação política com a capital denuncia litígio que expõe outra galeria de projeções simbólicas. Na figura pessoal do prefeito do Rio (César Maia) e do governo do estado (casal Garotinho), evidencia-se, pelos seus projetos divergentes, o conflito que há entre interior e capital. Está visível - e isso consta também no relato da família entrevistada - que não se trata de apenas atrito de personalidades, mas de *conflito histórico de forças e interesses*. A posição privilegiada da capital vem sendo sistematicamente questionada em sua superioridade. O turismo, que sempre esteve atrelado à "cidade maravilhosa", descentraliza-se e vai surgir nos recantos que historicamente tiveram outorga de "espaço de atraso". A imagem da cidade do Rio, que ultimamente vem sendo arranhada pela imprensa internacional, abre espaço para que outras regiões almejem o posto de região com vocação "natural" para o turismo. O início do século XXI, na capital do estado, é marcado por aumento de violência sobre o turista; por outro lado, espaços alternativos como, por exemplo, as cidades litorâneas do interior do Rio, servem para alargar o circuito clássico do turismo no Brasil: não somente os litorais são munidos com características de meio ambiente prendado pela generosidade da natureza. Os arranhões imputados à cidade auxiliam no processo de *desnaturalização* daquilo que foi construído a partir de uma vocação.

Finalmente, devemos concluir que a experiência do êxodo urbano, na figura da família entrevistada e do aporte teórico levantado, apresenta importantes hipóteses acerca de como o território do estado do Rio de Janeiro vem mudando, nos últimos vinte anos. O crescimento econômico do interior do estado - inegável - espelha a *desconcentração* dos meios tecnológicos e de produção, historicamente adstritos ao espaço da capital, onde se concentra a urbanização; para acompanhar esse trajeto do capital, rumo ao interior, o poder público tem de *descentralizar* seus serviços, se deseja

dar conta das novas demandas (e principalmente a de controle urbanístico). Tal perspectiva impõe que se pense numa possibilidade: é possível que esse duplo processo se refira também ao capital? Descentralizar e desconcentrar a capital pode ser indício de descentralização e desconcentração do capital? Haveria algo mais nessa relação que simples coincidência etimológica? Estaríamos, pois, sugerindo com tal idéia uma possível e pacífica distribuição de renda sobre dado território?

O período escolhido para a presente pesquisa é de vinte anos - as décadas de 80 e 90 -por estarmos considerando duas fases bem demarcadas, respectivamente: uma, de *abertura política*; outra, de *abertura econômica*. Partimos do pressuposto de que esse momento histórico compreenda período de maiores opções e de maior liberdade para o trato do tema *migração-mobilidade*. Com a Constituição Federal de 1998, o Brasil *se municipalizou*, oferecendo maior autonomia à unidade federativa "município". As cidades consolidam o direito de eleger representantes, de receber transferências financeiras do estado e da União, de gerir e gestar a própria economia e a administração local; ao mesmo tempo, estímulo para a interiorização do processo urbanizatório. Os estados aproveitam para estender a rede de urbanização, antes limitada às capitais, ao restante do território, oferecendo diversos incentivos a empresas nacionais e internacionais. Nesse caminho, abre-se justamente a possibilidade e a opção do êxodo urbano.

Além disso, os estados têm a chance de *mapear* e controlar o crescimento urbano em seus municípios interiores, com a vantagem de terem suas capitais como experimentação original. Quer dizer, eles possuem material físico e humano para a elaboração do crescimento sustentável, focalizando e corrigindo os pontos que se prejudicaram na formação da qualidade de vida da população. Por exemplo, pesquisa recente (ONU, 2000) revela que 40% dos latino-americanos moram em favelas ou localidades precárias. Ciente de que os processos corriqueiros, provincianos, de *loteamentos irregulares*, sem a consideração ecológica devida, causam a favelização (horizontal ou vertical), o poder público teria à sua disposição outro conjunto de opções de política urbana. Geralmente, o loteamento irregular surge na carona de promessas eleitorais da política incoseqüente. Depois que as favelas se consolidam como paisagem urbana (ou *point turístico internacional*), como no caso do programa carioca *favela-bairro*, as correções tornam-se ainda mais complexas, de difícil tratamento.

A *abertura econômica* dos anos 90 surgiu sob influência de variadas

denominações (globalização, pós-modernidade, etc.) e marca o período da história em que o sistema capitalista se mostra hegemônico (legitimizado após a disputa ideológica do pós-guerra). A unipolaridade do mercado passa a derrubar ideologias, a interferir nas economias nacionais, a impor outro *ritmo de resolução*. Na figura da cibernética, do computador, compreende-se que a *informação* tenha se transformado em moeda global. A Globalização redesenha o panorama - sobretudo econômico - do mundo, interligando novas áreas de consumo e aumentando a concorrência de mercado para nível internacional. Apesar dos diversos sinistros causados na economia de países do Terceiro Mundo, a globalização pode estar oferecendo também oportunidades nunca antes pensadas. O uso das redes de computadores (net) é estímulo para se descentralizarem e se desconcentrarem os meios de produção. Historicamente, o homem se habituou a construir moradias, e a própria vida, no entorno dos meios de produção - o que estabeleceu *órbitas* de convívio social, formando a relação *centro-periferia*. Em tal perspectiva, vigora a hierarquização sob forma funcional de um corpo: a cabeça (o centro, a capital, o capital), concentrando as atividades essencialmente técnicas, denota a estrutura de comando do paradigma da racionalidade; enquanto o resto do corpo (a periferia, o interior, o trabalho) cuida da estrita operacionalidade, encarregando-se de executar o que na "cabeça" foi tomado como decisão articulada racionalmente. Quando outros *pontos de inteligência* são encontrados pelo cidadão urbano, ao longo do corpo territorial, então se abre a possibilidade inusitada do êxodo urbano como ação social exploradora de novas estratégias, suscitando experimentações mais ousadas no trato com o desenvolvimento do estado.

Entretanto, a visão matemática, redundante de que a desconcentração de população e tecnologia, ao longo do estado do Rio de Janeiro, equilibraria o próprio estado, apesar de sua praticidade lógica, não é suficiente para mover as forças sociais em direção de assumir o êxodo urbano como projeto de vida ou programa governamental. A invisibilidade desse movimento social, sua insuficiente expressividade, denota que tal desarticulação ainda não chamou a atenção institucional e deixa espaço para se identificarem outras formas de se pensar o desenvolvimento territorial.

A iniciativa privada que vem preenchendo espaços no interior do estado do Rio prova à sociedade que seu ato de *descentralização* (deixar o "centro") tem dado certo, com o diferencial de, pelo menos, duas vantagens: o custo de produção e a concorrência

são relativamente bem menores que na capital. Ora, se a própria economia privada explora o êxodo urbano, traçando novas lógicas para o capital, fica *desnaturalizado* o preconceito histórico acerca do interior, e o indivíduo urbano, livre para pensar o território com integralidade, como alargamento de perspectivas.

Para administrar esse espaço que vem sendo ocupado socialmente, os governos não podem prescindir de acompanhar o movimento de interiorização, sob pena de perderem o controle institucional naquela parte do território, até então esquecida. Percebe-se a importância que tem a presença do Estado no interior, quando o país não ocupa efetivamente suas fronteiras e fornece brechas para a ação do *tráfico de drogas* e da *biopirataria*, ou a presença de *grupos armados* clandestinamente. Caso opte por assumir a descentralização, fomentando programas de transferência de população urbana para o interior, o estado terá em mãos grande chance de redesenhar o território e conferir inclusão à população urbana desempregada (o que pode ser sinônimo de retorno para a população do êxodo rural).

A conclusão mais abrangente que da pesquisa se pôde formar refere-se ao movimento histórico atual que expõe um máximo de contradições, próprio da fase já denominada *alta modernidade* (GIDDENS, 1991). Ao mesmo tempo em que a hegemonia do capital reafirma padrões de mercado no mundo, acirrando-os, a cultura dessa modernidade em crise (ROUANET, 1991) permite outra sorte de fatores importantes, quando se trata de experimentar “modos estratégicos de vida”.

A *interatividade* proclamada, a plenos pulmões, pela chamada *globalização*, deve sua existência ao desenvolvimento das *vias de ligação* entre as diversas partes geográficas do globo, assim como entre as várias formas de conhecimento e cultura. Aumento de interatividade entre as partes que constituem o todo global é também acréscimo de *velocidade de resolução*, quando o tempo entre demandas e satisfação de demandas está cada vez mais curto. Por exemplo: a substituição da maioria das funções operacionais do meio mecânico (analógico) para o digital, da manivela para o botão. Esse ritmo mais acelerado intensifica os processos de concorrência e competitividade, agravando as relações sociais mal resolvidas historicamente.

Para a pesquisa em tela, importou explicitar um ângulo específico dessas contradições. É certo que o fim da Guerra Fria, permitindo a unipolarização do capital internacional, acirrou as relações sociais, à força da mancha neoliberal que invadiu o planeta, aumentando o desemprego e a recessão, reduzindo o crédito, à custa de juros

elevados; a nível ecológico, o meio natural vem sofrendo processos de exaustão: resultado de uma política exploratória inconseqüente (como no caso da recusa dos EUA em assinar o protocolo de Kyoto). Com todos esses sintomas reunidos, não se pode negar que os níveis de qualidade de vida, no mundo, têm se reduzido, a despeito da dificuldade compreensível de conceituá-los. Ora, essa paisagem socioeconômica é justamente oposta ao que projetou a Revolução Industrial do século XVIII, impulsionada pelos ideais iluministas. Podemos concluir, à guisa de reflexão macrosociológica, que hoje vivemos certa frustração por causa de uma promessa não cumprida, a saber, a redenção do homem, em todas as áreas, por meio da razão científica - eis a região epistemológica onde poderemos melhor localizar o propalado *mal estar da civilização* (FREUD, 1988).

Entretanto, o que mais interessou à presente pesquisa foi a reflexão *micro* sobre o espaço urbanizado, comparando-o sempre com o meio de características rurais. Como já visto, o meio urbano é fiel representante (e resultado) da evolução milenar do paradigma da razão (*ratio*); historicamente, uma construção bem demarcada do mundo moderno. A consolidação desse mundo pode ser compreendida pela conjunção de, pelo menos, duas características: um sistema econômico legitimizado (o capitalismo); e a manifestação de um projeto de sustentação material (o modelo industrial).

Maricá se encontra no eixo intermediário. Contém as características tradicionais de cidade pequena, mas assimila incessantemente as forças da urbanização; tal ambivalência produz nova identidade. Elementos contraditórios transitam pelo município: charretes e cavalos ao lado de carros importados; pescadores analfabetos ao lado de funcionários públicos federais; mercearias e botequins ao lado de grandes lojas, etc. Há contrastes pela cidade, como a disseminação da *internet* (até quatro anos atrás não havia servidor, e a Internet era acessada pelo impulso telefônico interurbano, o que encarecia o serviço) e de jogos eletrônicos (*games*), onde o perfil do usuário denota faixa infanto-juvenil contraposta à “geração mais velha”, que ainda transita pela cidade, não raro, vestindo-se à moda antiga, usando “chapéu de caipira” e “bota de vaqueiro”. A discrepância entre essas gerações é muito mais que de idade: trata-se de um diferencial entre duas culturas bem distintas. Não é somente o tempo que separa as duas gerações, mas a fronteira demarcada pela inserção do município no processo urbanizador regional impulsionado ao fim da década de 1970, quando já havia sido construída a Ponte Rio-Niterói<sup>37</sup>, e incrementado na última década, com a melhoria das malhas

rodoviárias.

Retomando o raciocínio, apesar dos sinistros já bem conhecidos e desencadeados pela globalização, há vantagens a serem aproveitadas por esse fenômeno. A família entrevistada, na figura de “agente do êxodo urbano”, aproveita-se da maior interatividade proporcionada pelos tempos atuais: utiliza-se dela para angariar vantagens; opta por viver em espaço menos urbanizado (ou mais ruralizado), impulsionada por fatores de repulsão que encontram na cidade de origem, mantendo distanciamento “estratégico”. Em Maricá, encontram os elementos que compõem seu conceito para *qualidade de vida*: mais horas livres, em função da economia de tempo; mais segurança; menos gastos e custos operacionais, etc. Esse movimento, portanto, pode ser configurado como “êxodo” e como “urbano”. Tal iniciativa enseja mais que simples *estilo de vida* ou *modus vivendi*, mas verdadeira estratégia de vida - um *modus operandi*. A estratégia traduz-se em operacionalidade de sobrevivência, tanto material, quanto de valores simbólicos e afetivos (não materiais). Como fenômeno sociológico, essa experiência não atesta a legitimidade de um movimento coletivo, mas se presta a valer como expressão desse movimento e como indicativo de tema a ser aprofundado como reflexão acadêmica, mas também como ulterior proposição de intervenção governamental sobre o território, a bem da qualidade de vida da população. Índícios corroboram a “coincidência” entre essa experiência solitária e a valorização do interior do estado do Rio, onde o poder público estadual fornece visível orientação para o desenvolvimento, e o capital de empresas tem interesse por se instalar (o êxodo não é só humano). Apesar da necessidade superveniente do recorte metodológico, não há como se separarem as instâncias *macro* e *micro*, pois aqui se entendeu que o fenômeno do êxodo urbano, embora ainda silencioso (ou invisível), pode estar afetando ou preparando as bases para a configuração maior do território nacional, invertendo a lógica centralizadora e concentradora *dos e das* capitais.

O crescente debate sobre o desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro revela que existe considerável e imperiosa necessidade de se procurar a melhor visualização do novo ambiente encontrado na região. Como anteriormente foi visto, não se pode negar que o estado tenha crescido, e a motivação mais apresentada pelos analistas refere-se aos *royalties* do petróleo. O impulso financeiro dos *petrodólares* é bastante evidente (justifica, em parte, a colocação de 2º PIB do país), mas não elimina outra sorte de considerações.

Nesse novo desenho que se vai traçando ao longo das últimas duas décadas, entram influências do tempo histórico nacional (abertura política e federalização municipal) e internacional (abertura econômica e neoliberalismo). Sob o referente "globalização" circulam vários significados, sendo o mais importante entre eles a figura da *descentralidade*, que consiste no tratamento operacional das estruturas sociais, a partir de uma aplicação *relativizante*. A tecnologia assume papel de agente principal, quando orienta a sociedade na direção dos ambientes descentralizados; se determinado órgão público resolve estender-se pelo interior, buscando aumentar seu alcance institucional, não o faz somente a bordo de um capricho, de simples voluntarismo. Na verdade, ele está acompanhando o novo recorte que permite a independência das clássicas espacialidades. Portanto, o espaço territorial torna-se "relativo". O antigo determinismo que agrilhoava trabalhadores no entorno dos meios de produção perde sua força e dá passagem ao espaço *virtual*. Além disso, a melhoria dos acessos viários (apesar das condições precárias da maioria das estradas) permite locomoção entre locais em tempo nunca imaginado: a viagem que, há trinta anos, poderia ser questão de muitas horas ou dias, hoje certamente será feita em muito menos tempo (fato que tornou possível o surgimento das cidades-dormitório).

A exclusividade da atividade agrícola como motor do espaço rural é outra instância a ser relativizada. Novamente, a tecnologia intervém otimizando a produtividade na agricultura; e mais: o espaço rural entende que outras atividades podem *se associar* à atividade agrícola, como o turismo rural e a produção artesanal (que aproveita os atributos específicos de cada território). Ao se padronizar o meio rural com elementos urbanos, destrói-se a possibilidade das características peculiares de cada município. O sucesso do turismo rural se deve, em grande parte, ao baixo custo, quando comparado ao turismo para os circuitos clássicos, mas tem na sua caracterização bucólica do meio natural forte apelo de chamada publicitária, além de elementos para construção de uma identidade.

Portanto, o descentralismo - ação dirigida da descentralidade - reclama também o nível cultural. Se é prático descentralizar-se a tecnologia, se parece natural que se descentralize o Estado (Administração Pública), maior dificuldade será encontrada quando a descentralização é promovida como ferramenta individual e coletiva que está à disposição da sociedade, no atual momento histórico. Emancipados social e historicamente, os homens não estariam mais aprisionados aos grilhões do Estado

Absolutista ou de qualquer forma de obscurantismo superada pelo pensamento esclarecido (HORKHEIMER, 1990). No presente momento, em que se experimenta a liberdade sobre a disposição territorial do espaço centralizador, não seria a hora de se pensar o êxodo urbano como programação governamental, não-governamental, ou simplesmente tratado pela iniciativa privada, como instrumento de *reterritorialização*?

O recorte escolhido no presente trabalho encontrou, em representantes da classe média, o foco mais apropriado de análise. Porque se constitui no segmento social que reúne as melhores condições para modificar o tecido social, intervindo no espaço como atores sociais, e segundo a perspectiva deste trabalho. Consciente de que os períodos históricos ofertam, cada um, seu principal agente de transformação (a burguesia, a partir do século XVII; o proletário, a partir do século XIX), para o recorte específico desta pesquisa sobre êxodo urbano, entende-se a propriedade da classe média. Ela é a classe que dispõe - a um só tempo - de instrumentos técnicos, intelectuais e culturais que poderiam melhor operacionalizar um projeto de êxodo urbano; não raro, é a classe que possui casa de praia, de veraneio, ou sítio. Motorizada, ela costuma conhecer as rotas e rodovias de acesso ao interior do estado do Rio. Socialmente, seria a classe mais interessada em fugir às políticas econômicas que lhe vêm, sistematicamente, exaurindo recursos. A classe média abriga o profissional liberal, capacitado a articular seu serviço em outro lugar, fora da capital; e também o funcionário público que, muitas vezes, tem chance de pedir transferência para o interior, em programas de permuta ou de *interiorização administrativa*. Finalmente, trata-se da classe mais envolvida com as formas de violência urbana, posto que - ao contrário da classe alta - ela não possui meios de se aparelhar, contratando segurança privada, blindando carros e equipando a casa com sistema de câmeras. A migração das classes C, D ou E para o interior esbarraria num entrave histórico brasileiro - a Reforma Agrária. Ora, se o debate acerca da Reforma Urbana vem (re)surgindo em pauta, ele não poderá ficar restrito a mudanças estruturais do espaço urbano. Há que se sobrestar à discussão a mesma matemática da reforma no campo: a busca de espaço físico (e não virtual) no meio urbano. E somente haverá espaço neste meio se houver transferência de população para o interior.

A classe média que possui casas de veraneio ou de campo já tem naturalmente a reserva desse espaço que lhe falta no ambiente de origem, na capital; possui meios de transporte e recursos financeiros suficientes para gerir a "segunda" moradia. Indagaremos, assim, se ela não reuniria condições favoráveis de articular e explorar sua

vida em tais ambientes alternativos. É uma questão operacional que, por enquanto, subsiste sob especulação teórica.

## **6- Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo* - Texto para discussão No 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

AMÊNDOLA, Mônica. *Uma análise sobre a política urbana desenvolvida pelo plano estratégico do Rio de Janeiro durante o governo César Maia (1993 a 1996)* - tese de monografia (UFF). Niterói, 1998.

ANDRADE, T.A & SERRA, R.V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro* - texto para debate. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ARBACHE, Jorge S. & DE NEGRI, J. *Filiação Industrial e Diferencial de Salários no Brasil*. Revista Brasileira de Economia, 2004.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BICALHO, Maria Fernanda. Entrevista. [www.editorarecord.com.br/entrevista](http://www.editorarecord.com.br/entrevista) - 2003.

BORJA, Jordi (Org.) *Barcelona: um modelo de transformación urbana* / Programa de Gestión Urbana / Oficina Regional para América Latina y Caribe. Quito. 1995.

BOSQUET, Michel. *Ecologia e Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (Org.). \_\_\_\_\_ . Coleção Cientistas Sociais. No 39. São Paulo: Ática, 1983.

BREMAEKER, François E. J. de. *Implicações dos movimentos migratórios nos municípios no período 1980-1991*. ABEP: 2003.

BRUM, Cezar. *Contando a história de Maricá*. Maricá: GBN Designer's, 2004.  
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) / Ministério do Trabalho.  
[www2.caged.com.br](http://www2.caged.com.br)

CAMPOS, Maria de Freitas. *Espaço, tempo e pessoa em Tarituba: a disputa pela terra e pela água*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro:UFRRJ, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARNEIRO, Maria José. *Agricultura, Meio Ambiente e Turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo)*. In: CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato (Org.). *Para além da produção / Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ / NEAD / MAUAD, 2003.

CNI – [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)

DA MATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues*. In: *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DUBOS, René J. *Um animal tão humano*. São Paulo: ed. Melhoramento / EDUSP, 1974.

DUPAS, Gilberto. *O novo paradigma do emprego*. São Paulo: Revista da Fundação Seade, 1996.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1980.

DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

EHRlich, Paul R. *The population explosion*. New York: Simon and Schuster, 1990.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. Rio de Janeiro: ed. Revan, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FIRJAN – [www.firjan.org.br/biblioteca](http://www.firjan.org.br/biblioteca)

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização* - ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud - vol XII. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1991.

GRIMBERG, Elisabeth. *Ambiente Urbano e Qualidade de Vida*. São Paulo: Polis, 1990.

HADDAD, Paulo Roberto. *Políticas econômicas e políticas de desenvolvimento*. São Paulo: Instituto Antônio Vilela, 2000.

HAECKEL, Ernest. *História da Creação dos seres organizados segundo as leis naturais*. Porto: livraria Chardron, 1911.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Aurélio XXI: dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: ed. Cia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1990.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAËRTIOS, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. Mario da Gama

Kuri. Ed. Unb. Brasília, 1977.

LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. CLAES (Centro Latino Americano Ecologia Social), 2004.

MACHADO, Pe. Paulo Batista. *Maricá, meu amor*. Rio de Janeiro: Apex, 1977.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. *O reencontro do Rio*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Prourb - UFRJ, 2003.

MALUF, R. S. *Políticas de Segurança Alimentar - Definições, Determinantes e o papel do MAARA*. Brasília, IICA/Min. Agricultura, 1994.

MARX, Karl. *Conseqüências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo: ed. Populares - obras completas, 1980.

MENDRAS, Henri. *A cidade e o campo*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.) *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, 1969.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e a história de São Paulo*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, No 34, 1992.

PARK, Robert E. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano*. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O fenômeno urbano (1987)*.

PEREIRA, Denise de Castro. *Turismo, Cultura e Espaço Religioso no Santuário do Caraça*. In: *Anais do 7º Encontro Nacional de Turismo com base local*, Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia, 2003.

PERES, Waldir Rugero, RAHY, Ione Salomão. *Quadro de classificação de áreas pelo IQUS (Índice de Qualidade do Uso do Solo e da Cobertura Vegetal)*. Fundação CIDE. [www.cide.rj.gov.br/default.asp](http://www.cide.rj.gov.br/default.asp)

QUEIROZ, Maria Isaura de. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Cadernos de Sociologia - Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Roberta Nascimento Saint Clair dos. *Novas tecnologias versus desenvolvimento urbano*. Arquitectos, texto especial No 194 - Julho / 2003. [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)

SILVA, Geraldo & COCCO, Giuseppe. *Cidades e Portos: espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Salvador Mata. *Nobreza maricaense*. Cia brasileira de artes gráficas. Rio de Janeiro: Cia brasileira de artes gráficas, 1994.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. Illinois: Chicago Press, 1950.

SISSON, Rachel. *Marcos históricos e configurações espaciais, um estudo de caso – os centros do Rio de Janeiro*. In: *Arquitetura Revista*. No 4. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1986.

SOARES, Luis Eduardo. *Meu casado de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

STJ – Supremo Tribunal de Justiça. [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)

VAZ, Lilian Fessler. *Habitação coletiva no Rio de Janeiro, sécs. XIX-XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias*. 2ª e. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1966.

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1987.

### **Documentos**

*Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro. IBGE. 2000

O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Série Textos para Discussão. No 1. Convênio FIPE-IICA (MDA-CNDRS/NEAD. Brasília, 2001.

A dimensão rural do Brasil. Programa de Seminários Acadêmicos. No 4/2004. FEA-USP. São Paulo, 2004.

PERES, Waldir Rugero, RAHY, Ione Salomão. Quadro de classificação de áreas pelo IQUS (Índice de Qualidade do Uso do Solo e da Cobertura Vegetal). Fundação CIDE. [www.cide.rj.gov.br/default.asp](http://www.cide.rj.gov.br/default.asp).

A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea CLAES (Centro Latino Americano de Ecologia Social). Ed. Coscoroba. [www.ambiental.net/claes](http://www.ambiental.net/claes)

Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003 – 2007). Ministério do Turismo (Secretaria de Políticas de Turismo).

O Rio cresce: os novos eixos da expansão econômica. JB/Projetos de Mercado. Rio de Janeiro, 2001.

Estudo da Demanda Turística Internacional em 1998. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. *Estudo da Demanda Turística Internacional*

Estudo Socioeconômico / Maricá. Rio de Janeiro, 2003. TCE/RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

### **Jornais**

Editorial do jornal *Grande Estilo: turismo e negócios*. Ano V, No 57, Maio - 2005 (imprensa local).

*Apertem os cintos - o progresso vai decolar*. A HORA, No 169 (imprensa local).

*Rio é da cocaína*. JB ONLINE, 13.10.04

*Rio Rural: o Rio além do cartão postal* (projeto especial do jornal O DIA. 10.07.2005).

*Os 300 municípios mais dinâmicos do Brasil*. Atlas do Mercado Brasileiro. A Gazeta Mercantil - [www.gazeta.com.br/pt/default.aspx](http://www.gazeta.com.br/pt/default.aspx)

### **Notas**

---

<sup>1</sup> DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter *anthropological blues*. In *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>2</sup> CAMPOS, Maria de Freitas. *Espaço, tempo e pessoa em Tarituba: a disputa pela terra e pela água*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. “É um tempo em que se apresenta para o turista como de relaxamento em relação à rotina anual e de compensação das tensões e que se estabelece cada vez mais para os moradores como de reinvenção das suas possibilidades de produção, e de previsão econômica em relação ao resto do ano”.

<sup>3</sup> Que, segundo ABRAMOVAY (2001), é resultado de “formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, propícias a valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir”. A dimensão territorial é mais abrangente e complexa que a tradicional dimensão “setorial” de mercado.

<sup>4</sup> BREAMAERKER, François E. J. de (2003). *Implicações dos movimentos migratórios nos municípios no período 1980-1991*. ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

<sup>5</sup> A obra consagrada de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, será aplicada no trabalho, por se tratar de estudo sobre a “gênese” da interiorização humana na América do Sul, na época da colonização européia.

<sup>6</sup> SANTOS, José Vicente Tavares dos (1991). *Cadernos de Sociologia - Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.

<sup>7</sup> Ainda até hoje é possível se ouvir, de moradores “antigos”, a referência ao “Centro de Maricá” como “Vila”.

<sup>8</sup> Seria o esboço de uma idéia de urbanização?

<sup>9</sup> O que gerou problemas fundiários, com loteamentos irregulares e crescimento desordenado da cidade.

<sup>10</sup> *Rio Rural: o Rio além do cartão postal* (projeto especial do jornal O DIA. 10.07.2005). O projeto Rio Rural, que recebe recursos do Banco Mundial, pretende implantar 40 mil hectares de agricultura sustentável, reduzir em 80% a taxa de erosão e nível de sedimento dos rios, reabilitar 1.600 hectares de matas ciliares e florestas nativas, além do investimento em capacitação e qualificação técnica.

<sup>11</sup> Ministério do Turismo (Secretaria de Políticas de Turismo). *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003-2007)*.

<sup>12</sup> LAËRTIOS, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad Mario da Gama Kuri. Ed. UnB. Brasília, 1977.

<sup>13</sup> Entretanto, as cidades são mais antigas que a urbanização propriamente dita.

<sup>14</sup> Há meios objetivos de medi-la, com indicadores oficiais. Por exemplo: IDH, IQV, etc.

<sup>15</sup> VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, sécs. XIX-XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

<sup>17</sup> [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)

<sup>18</sup> Em 2004, inaugura-se a *Cidade do Samba*, estrategicamente estabelecida na zona portuária da Pça Mauá, onde funcionarão as “fábricas de carnaval”, que servirão para profissionalizar os trabalhos de preparo dos desfiles, garantindo produção de empregos. A chamada publicitária do governo refere-se ao carnaval como “atração permanente no Rio”.

<sup>18</sup> JB ONLINE. *Rio é da Cocaína*. 13.10.2004.

<sup>19</sup> Coincidência ou não, o número reflete praticamente a mesmo volume de turistas que transitam pela Ponte Rio-Niterói, em véspera de carnaval ou feriados.

<sup>20</sup> A figura do “traficante”, no Rio de Janeiro, é antiga.

<sup>21</sup> A favor de nossa tese, corrobora o ditado americano *Time is money*.

<sup>22</sup> Entende-se o sucesso da linguagem virtual dos computadores: economia imperiosa de espaço.

<sup>23</sup> Excetuando-se as “cidades planejadas”, como Brasília.

<sup>24</sup> Sabemos que a urbanização pode se estender para o interior, por exemplo, na figura do *agrobusiness*. Havemos que considerar também os movimentos de *periferização*, que são a extensão da órbita urbana para o meio rural.

<sup>25</sup> Técnica da observação participante.

<sup>26</sup> Nota-se aqui interessante incursão pelo uso do *método* na própria vida. O trabalho no escritório, no Rio, constitui o *objeto* sobre o qual H. mantém distanciamento “estratégico”, assim como um pesquisador deve encontrar a “distância ideal” para com seu objeto de pesquisa. Conclui-se que H., ao fazer de Maricá uma cidade-dormitório e manter com o Rio uma relação de “observador-participante”, produz tratamento metodológico “inconsciente” de investigação, durante a execução de sua “estratégia”.

<sup>27</sup> Entende-se que a dificuldade, nesse caso, é considerável e justifica a “lacuna”, pois se trata de objeto atualíssimo e muito próximo, quando a condição mais favorável (ou “ideal”) é a de maior distanciamento metodológico, tanto espacial, quanto temporal.

<sup>28</sup> O próximo passo do cidadão-antropólogo seria o de viver certo “estranhamento” em relação à sua “cultura urbana” e um possível processo de “desencantamento”.

<sup>29</sup> Em Portugal, Previdência Social é conhecida como *Segurança Previdenciária*. Segurança Alimentar é conceito atualíssimo na atual gestão federal (governo Lula), sob o comando do programa *Fome Zero*. Nele se encontra diversificado interesse na forma de produção de alimentos conexas ao tratamento de *equidade social*.

<sup>30</sup> MAGALHÃES, Sérgio Ferraz . *O reencontro do Rio*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Proub-UFRJ, 2003.

<sup>31</sup> Percebe-se atualmente um “jogo” entre duas forças políticas antagônicas: a que pretende continuar valorizando a “cidade maravilhosa” (César Maia) e a que busca se fortalecer politicamente, investindo no “interior” do estado (casal Garotinho).

<sup>32</sup> Com a instituição da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), as unidades federativas brasileiras têm de fazer o mesmo: adequar as despesas do orçamento às possibilidades “objetivas” de apropriação. Como os governantes não podem mais “gastar e passar o custo” para o governante seguinte, passam a governar com o “pouco” que têm. O plano individual do êxodo urbano, realizado pela família, considera a mesma perspectiva enfrentada pelas unidades municipais “emancipadas”: a vinculação necessária e proporcional

---

de *responsabilidade* à medida da *liberdade* conquistada. Quanto mais “liberdade” se tem, maior a “responsabilidade” de administrá-la.

<sup>33</sup> Este auxílio imediato reforça a idéia de que esses “novos amigos” possuem *know how* no assunto de “adaptação de migrantes”; para eles, o caso da família entrevistada não é novidade. Portanto, há precedentes do êxodo urbano em Maricá, ou esses “amigos” não teriam como saber contemporizar os detalhes de uma adaptação: certamente que conheceram outros casos de gente migrada.

<sup>34</sup> VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias*. 2ª e. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. “sermos essencialmente rurais... um atributo que nada envolve de negativo, já que algumas das principais vantagens competitivas do séc. XXI dependerão da força de economias rurais”.

<sup>35</sup> Segundo Kuhn (1987): “...a ciência normal possui um mecanismo interno que assegura o relaxamento das restrições que limitam a pesquisa, toda vez que o paradigma do qual derivam deixa de funcionar efetivamente... e a natureza da pesquisa muda”.

<sup>36</sup> Segundo Geertz (1989): “no estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjunto de atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social”.

<sup>37</sup> Com a ponte de concreto coincide uma “ponte simbólica” entre o espaço urbanizado (e urbanizador) da cidade do Rio e Maricá.

---

## **Anexo**

Foto 1- **Estação Ferroviária de Inoã**, 1924. Acervo: Lino Carvalho. In: Lambraki, Alexandra (Org). *Compêndios da História de Marica*. Cop. Editora e Gráfica LTDA, 2005.

Foto 2- **Primeiros ônibus da Viação Nossa Senhora do Amparo**, 1950. Acervo Família Caetano. In: Lambraki, Alexandra (Org). *Compêndios da História de Marica*. Cop. Editora e Gráfica LTDA, 2005.

Foto 3- **Lagoa de Araçatiba**. Maurício Martins de Oliveira, 2004.

Foto 4- **Calçadão da Lagoa de Araçatiba**. Maurício Martins de Oliveira, 2004.

Foto 5- **Monumento em Homenagem ao Pe. José de Anchieta**. Maurício Martins de Oliveira, 2004.

Foto 6- **Lagoa de Araçatiba**. Ao fundo, formações montanhosas de Itaipuaçu.